Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [x]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): MAIRA DELMONDES DE MATOS

E-mail: mairaufpi@gmail.com

Orientador (a) Dra. Nilsângela Cardoso Lima

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Membro da banca: Dr. Johny Santana de Araujo

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Membro da banca: Profa. Dra. Maria Regina Santos de Souza

Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ

Titulação obtida: MESTRE

Data da defesa: 27/ 03/ 2025

Título do trabalho: IMPRENSA EM TEMPOS DE GUERRA: O DISCURSO POLÍTICO DE A IMPRENSA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): CAPES

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: TERESINA – PI Data: 11/ 08/ 2025

Assinatura do(a) autor(a): Documento assinado digitalmente gov.br MAIRA DELMONDES DE MATOS Data: 11/08/2025 13:03:54-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

MAIRA DELMONTES DE MATOS

IMPRENSA EM TEMPOS DE GUERRA: O DISCURSO POLÍTICO DE *A IMPRENSA* NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

TERESINA – PI
2025

MAIRA DELMONTES DE MATOS

IMPRENSA EM TEMPOS DE GUERRA: O DISCURSO POLÍTICO DE *A IMPRENSA* NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima.

Linha de pesquisa: História, Cidade, Memória e Trabalho.

TERESINA-PI
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí Centro de
Ciências Humanas e Letras Biblioteca Setorial
Prof. Wilson Brandão

M425i Matos, Maira Delmontes de.

Imprensa em tempos de guerra : o discurso político de *A Imprensa* na Guerra do Paraguai (1865-1870) / Maira Delmontes de Matos. -- 2025.

164 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.

"Orientadora: Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima".

CDD 981

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

MAIRA DELMONDES DE MATOS

IMPRENSA EM TEMPOS DE GUERRA: O DISCURSO POLÍTICO DE *A IMPRENSA* NA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Teresina (PI), _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima
Presidente

Profa. Dra. Maria Regina Santos de Souza
Examinadora externa

Prof. Dr. Johny Santana Araújo
Examinador

Prof. Dr. Francisco Gleisson da Costa Monteiro
Suplente

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Marinalva Águida Delmondes. Ser filha dela — e de mais ninguém — orienta meus caminhos em cada passo e recuo.

Agradeço às minhas irmãs, Inara e Vivi, porque sempre fomos nós contra o mundo.

Toda minha gratidão ao corpo docente do PPGHB – UFPI, em especial à minha orientadora, Profa. Dra. Nilsângela Cardoso Lima, por toda a empatia com o meu processo de escrita e por me ensinar a ser professora.

Agradeço especialmente também ao Prof. Dr. Johny Santana Araújo pelo incentivo incondicional e por acreditar em mim bem mais do que eu mesma.

Ao Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, pela oportunidade de ser sua aluna.

A à dupla de ouro das pesquisas sobre o Piauí oitocentista, Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco e Profa. Dra. Teresinha Queiroz, cujas indicações de leituras e fontes abriram inúmeras possibilidades para esta pesquisa.

E ao Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, por seu trabalho cuidadoso e gentil enquanto coordenador do PPGHB.

Sou grata também a Raquel, colaboradora da coordenação do PPGHB, sempre solicita e sorridente.

Agradeço ao apartamento 201 do condomínio Santa Mônica, que me deu a oportunidade de conhecer a Kátia, dona do melhor abraço do mundo, a Ana Ester, nossa pequena gigante, e a Ana Geórgia, que é todo som de felicidade. Sou melhor por termos estado juntas.

Ao meu companheiro de trincheira, Italo. Cuja amizade me presenteou com uma família.

Agradeço a presença nada sutil de Almerito, que enche a vida de cor e música.

A belíssima Cristina, pela amizade e força, que têm sido um exemplo do que é sonhar.

A doce Dani, pelos textos, cores e pela delicadeza ao me olhar.

E a todos os colegas de turma.

Agradeço a Pedro por me estender a mão mais vezes do que posso dizer.

Toda a minha gratidão a Dayvide, cuja escuta atenta e conselhos foram fundamentais para enfrentar os dias tortuosos de Teresina.

Agradeço infinitamente ao pequeno Lucas, por ser a própria expressão do amor.

E a ausência de José de Matos Filho, que agora se faz mais presente do que jamais foi.

E por fim agradeço a CAPES, por proporcionar condições para o andamento dessa pesquisa.

— E tu, cristão, é fi de quem?
— Eu, de Marinalva. E o senhor, é filho de quem?
— Eu não sou filho de ninguém não, só sou pai.
— Pai de quem?
— De Marinalva.

Conversas com João Alves Delmondes

RESUMO

Esta dissertação investiga a cobertura da Guerra do Paraguai na província do Piauí, especificamente no periódico político *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal fundado por Deolindo Mendes da Silva Moura em 1865. Editado até 1889, *A Imprensa* teve grande relevância na província, especialmente no recrutamento para a guerra. Considerado o maior conflito bélico da América do Sul, a Guerra do Paraguai foi amplamente noticiada pela imprensa brasileira, que teve papel crucial na divulgação das repercussões do conflito e no fortalecimento do discurso oficial. Ao longo da guerra, jornais de diversas províncias foram usados na disputa pelo poder, visando à consolidação do Brasil como Estado-Nação unificado. Diante dessa conjuntura, esta dissertação tem por problemática compreender a narrativa construída pelo jornal *A Imprensa* sobre a Guerra do Paraguai, enquanto órgão ligado ao Partido Liberal, considerando suas articulações com a imprensa nacional na cobertura do conflito e as particularidades de seu discurso bélico, no período de 1865 a 1870. Concluímos que a narrativa do jornal, acompanhando o que os periódicos denominavam "Theatro da Guerra", variava nas páginas de *A Imprensa* de acordo com as particularidades desse discurso, decorrentes de sua posição enquanto órgão do Partido Liberal. O referencial teórico empregado baseia-se em Sousa (2008), Sodré (1996), Araújo (2015), Doratioto (2002) e Clausewitz (1832). A metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa histórica, conforme Gil (2008).

Palavras-chave: História do Brasil. História da Imprensa. Guerra do Paraguai. Jornal *A Imprensa*. Piauí.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 01: Caricaturas de escarnio ao inimigo no *Paraguay Illustrado* …..... 53
Figura 02 Cabeçalho do jornal *O Telégrafo*..... 71
Figura 03 Simulação pejorativa de panfleto conservador sob o título *Sentina de Ladrões do Estado*..... 150

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Números de crimes registrados na província do Piauí entre 1854 e 1863..... 116
Quadro 02 Número de efetivo destinado à segurança interna da província do Piauí..... 124
Quadro 03 Número de efetivo destinado à segurança interna da província do Piauí..... 127

LISTA DE SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGEP – Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense

NUPEM – Núcleo de Pesquisa em História e Memória do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 NTRODUÇÃO 11
2 IMPRENSA E GUERRA NO SÉCULO XIX..... 17
2.1 Imprensa, guerra e tecnologia no mundo ocidental da segunda metade do século XIX..... 17
2.2 A Guerra do Paraguai para além da imprensa..... 22
2.3 Imprensa no Brasil: política, censura e debate público..... 30
2.4 A Guerra impressa: o jornalismo brasileiro durante a guerra do Paraguai e notas sobre o silêncio..... 41
3 A IMPRENSA NO PIAUÍ OITOCENTISTA..... 67
3.1 A Construção da Imprensa no Piauí: desafios, atrasos e avanços..... 67
3.2 Teresina e a diversificação da imprensa e política piauienses 74
3.3 O periódico A Imprensa: redação, condições materiais e ideologia..... 93
4 DISCURSO BÉLICO E A SITUAÇÃO DAS FORÇAS NO PIAUÍ IMPERIAL: A IMPRENSA COMO ARENA DE CONFLITOS..... 110
4.1 Situação das forças do Império brasileiro e da segurança pública na província do Piauí..... 110
4.2. Política e Ideologia Liberal em A Imprensa..... 131
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 153
REFERÊNCIAS 158

1 INTRODUÇÃO

Durante o processo de formação dos Estados-nação na América do Sul, diversos conflitos contribuíram para a consolidação das novas identidades políticas. Entre esses episódios, destacam-se a Guerra do Prata (1852), o quase confronto entre os Estados Unidos e o Paraguai (1859), a intervenção do Brasil no Uruguai (1864) e o conflito entre a Espanha e o Chile (1867), eventos decisivos na disseminação de discursos bélicos e nacionalistas. Nesse contexto de enfrentamentos sucessivos e convulsos, a Guerra do Paraguai (1864-1870) sobressai como o conflito de maiores proporções na região, sendo fundamental para a construção de uma narrativa patriótica e o fortalecimento do sentimento de unidade nacional dentro dos países envolvidos.

Durante os seis longos anos do conflito, a imprensa brasileira abordou o combate de maneiras diversas, produzindo poemas, folhetins, crônicas e um intenso fluxo de notícias que retratavam os dias sangrentos de forma ufanista e poética. Dessa forma, o Império do Brasil utilizou a existência de um inimigo externo como elemento unificador para sustentar o discurso de unidade nacional — embora, na prática, essa unidade permanecesse como um ideal distante na segunda metade do século XIX. Ao voltarmos o olhar para esse período sangrento, marcado por conflitos e redefinições, percebemos como os movimentos bélicos ajudaram a consolidar a ilusão de que a equação nação = Estado = povo era algo natural e incontestável, quando, na realidade, o próprio período era de busca por definição (Hobsbawm, 2021).

As histórias que se cruzaram ao longo daquele que foi o maior enfrentamento bélico da América do Sul originaram nuances de sentido que não chegam a ser compreendidas apenas nos resultados alcançados ou frustrados pelas partes envolvidas, e nem mesmo o número de baixas é capaz de traduzir as dimensões do impacto de uma guerra. O confronto que envolveu a união entre o Império do Brasil e as repúblicas do Uruguai e da Argentina contra a república paraguaia recebe o nome de Guerra da Tríplice Aliança na maioria dos países platinos; de *La Gran Guerra* no Paraguai; e em terras brasileiras ficou conhecido apenas como a Guerra do Paraguai, denominação que revela o tom dos discursos bélicos no país, em especial os jornalísticos.

O conflito recebe diferentes nomenclaturas nos países envolvidos, refletindo diretamente o impacto que teve em suas realidades. Esse contraste é particularmente marcante entre o Império do Brasil e o Paraguai. No país platino, onde a guerra foi total e transformou profundamente suas paisagens e seu cotidiano, o embate ficou conhecido como *La Gran Guerra*. Já no Brasil, a denominação Guerra do Paraguai evidencia a quem o Império atribuiu

a responsabilidade por toda a destruição e pelo sangue derramado ao longo do conflito (Capdevila, 2007; Doratioto, 2002).

Nesta dissertação, não abordaremos a destruição causada pelo confronto nem a complexa sucessão de rancores que o precipitaram. Em vez disso, focaremos no poder criador do espectro da guerra, observando como os discursos propagados pela imprensa corroboraram para a construção da noção de unidade nacional amparada por um ideal de patriotismo alimentado pelo confronto. Aqui, daremos ênfase aos aspectos desse processo, concentrando a análise em torno da atuação do periódico político *A Imprensa*, que circulou em Teresina de 1865 a 1889. Dessa forma, acompanharemos as fases da guerra por meio da cobertura oferecida pelo jornal, percebendo as modificações no discurso bélico do periódico.

Vale ressaltar que esta dissertação é, em muito, a continuidade de um estudo iniciado ainda no âmbito da Graduação em História, com o trabalho de conclusão de curso intitulado *A palavra e o conceito: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político A Imprensa 1865-1889*, onde buscou-se acompanhar a modificação no conteúdo dos conceitos de "nacionalismo", "patriotismo", "civilidade" e "ócio" por meio da linguagem política utilizada no periódico *A Imprensa*.

Os conceitos políticos e sociais continuam sendo parte de nossos interesses, mas, agora, direcionamos nosso foco para o periódico *A Imprensa*, conectando-o ao que ocorria no jornalismo brasileiro e buscando relacioná-lo às transformações políticas e sociais do período. Dessa forma, entendemos *A Imprensa* como parte de um conjunto mais amplo, e não mais de forma isolada.

Órgão do Partido Liberal, o periódico *A Impressa* em sua primeira edição, de 27 de junho de 1865, destaca a expressão "periódico político", além de incluir as datas e preços específicos para assinatura. Com isso, deixa claro desde o início seu caráter político, sugerindo que seria uma importante adição ao "estereo jornalismo"[1] da província do Piauí, ao tempo em que ressaltava que sua missão era a de propagar os ideais liberais, o que naquele momento bélico se misturava com o discurso patriótico em prol da defesa da nação.

Desse modo, nossa principal problemática é: qual a narrativa construída pelo jornal *A Imprensa* sobre a Guerra do Paraguai, enquanto órgão ligado ao Partido Liberal, considerando suas articulações com a imprensa nacional na cobertura do conflito e as particularidades de seu discurso bélico? Para responder a esse questionamento, é necessário compreender a dimensão

[1] *A Imprensa* emprega a expressão "estéreo jornalismo" para sugerir que o jornalismo piauiense não produzia resultados, comparando-o à esterilidade de uma mulher infértil.

discursiva do periódico em sua complexidade, levando em consideração os variados fatores que influenciavam sua narrativa.

Sendo assim, o objetivo geral da dissertação é compreender tanto o papel do periódico *A Imprensa* enquanto órgão do Partido Liberal na propaganda para o recrutamento durante a Guerra do Paraguai, quanto as particularidades de sua cobertura, incluindo as contradições com o discurso oficial. Embora alinhado à perspectiva dominante dos jornais da época – que, independentemente de sua filiação ao Partido Conservador ou à Liga Progressista, defendiam a causa da guerra –, o periódico também refletia as tensões e rivalidades da realidade política e social da província do Piauí. Além disso, sua orientação liberal influenciava diretamente a construção dessas narrativas, moldando a forma como os acontecimentos eram interpretados e divulgados.

Sendo assim, definimos nossos objetivos específicos: compreender as relações existentes entre o jornalismo feito no restante do Império e as publicações do periódico *A Imprensa*; analisar o papel do periódico *A Imprensa* na propaganda para o recrutamento durante a guerra; contextualizar a cobertura da Guerra do Paraguai feita pelo periódico *A Imprensa* com a realidade política e social da província do Piauí.

O que ocorre em uma conjuntura de fatos dificilmente é moldado apenas pelos discursos. Contudo, a propaganda desempenha um papel crucial ao consolidar informações e enraizar determinadas visões de mundo no espírito da época, refletindo os interesses de quem as divulga. Assim, justificamos a escolha do periódico *A Imprensa* como principal fonte e objeto desta pesquisa, pois o percebemos como um ponto de convergência de interesses. O jornal evidencia as complexas inter-relações entre imprensa e poder tanto pela visão de mundo de seus principais redatores – nos primeiros anos representados pelo jornalista David Moreira Caldas e pelo jurista e proprietário Deolindo Mendes da Silva Moura – quanto pela lógica da política local e pela tônica imposta pelo governo imperial, as quais se refletem na cobertura da guerra apresentada em suas páginas.

Quando o conflito eclodiu no Sul do Império, em outubro de 1864, o Brasil estava sob a administração de gabinetes liberais, representados pelos governos de Pedro Araújo de Lima, Zacarias de Gois, e do piauiense Francisco José Furtado, que se alternaram no comando do Conselho de Ministros Império do Brasil entre 1864 e 1866 (Ribeiro, 2015). A circunstância política do país naquele momento favoreceu a atuação do periódico *A Imprensa* na província do Piauí. Como um órgão do Partido Liberal lançado logo no início do conflito, em 1865, o jornal se tornou uma das principais vozes do discurso oficial sobre a Guerra do Paraguai.

Com isso, esta dissertação se desenvolve em dois níveis de investigação. Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico de teses e dissertações dos repositórios *online* de Universidades Federais para identificar como a Guerra do Paraguai tem sido historicamente retratada nas diferentes províncias do Império do Brasil. Utilizamos como parâmetro as produções que abordavam o recorte temporal da guerra, uma vez que nem sempre foi possível encontrar estudos dedicados exclusivamente ao conflito. Na análise desses textos, privilegiamos os fragmentos que evidenciavam quais jornais atuavam no período de interesse, construindo, assim, um mosaico informativo com esses vestígios.

Para entender a complexidade da realidade na qual *A Imprensa* se insere, utilizamos um amplo conjunto de fontes primárias, dentre as quais se destacam os periódicos *Liga e Progresso* – também órgão do Partido Liberal – e *O Piauhy*, órgão conservador da província do Piauí. A força evocativa do jornal enquanto fonte histórica reside em seu modo singular de atuação, que não só reflete, mas também elabora, modifica e interage com a realidade. Dessa forma, acompanhar os debates e as abordagens de jornais desse mesmo contexto nos proporciona uma riqueza de detalhes única, revelando as contradições, dissonâncias, intrigas e concordâncias de uma determinada época (Barros, 2023).

Para compreender a narrativa de guerra do periódico *A Imprensa*, foi fundamental analisar os diversos discursos políticos que permeavam o jornalismo piauiense. Nesse sentido, consultamos sistematicamente os *Anais do Parlamento Imperial*, disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional, bem como os relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, também acessíveis por meio da mesma instituição[2]. Adicionalmente, examinamos os relatórios apresentados à Assembleia Legislativa da Província do Piauí, elaborados pelos presidentes provinciais e compilados regularmente nos meses de junho e julho de cada ano, documentos aos quais tivemos acesso graças à colaboração do Núcleo de Pesquisa em História e Memória do Piauí (NEPEM). Complementamos nossa pesquisa sobre o jornalismo na província do Piauí com publicações da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[3], mais especificamente os artigos assinados pelos piauienses Francisco de Sousa Martins e Abdias Neves.

A base teórica e metodológica de nossa pesquisa foi construída a partir da leitura de Francisco Doratioto (2002), que nos leva a entender o conflito não como um resultado de interesses externos à América do Sul, como se acreditava anteriormente, mas como uma sucessão de rancores concentrados nas fronteiras platinas. O autor ressalta a complexidade das

[2] https://antigo.bn.gov.br/busca-acervo/tipo-acervo
[3] Revista IHGB | Portal do IHGB

relações diplomáticas e militares nos países platinos, bem como a constante interferência do Império brasileiro nessa conjuntura, além destacar como o frágil sentimento de patriotismo desses países foi fomentado por meio da guerra.

Para articular os resultados da pesquisa sobre a cobertura da imprensa piauiense ao que os jornais chamavam de "Theatro da Guerra", nos amparamos, sobretudo, em Johny Santana Araújo (2015). O autor nos dá respaldo para entender a reação do jornalismo piauiense na Guerra do Paraguai, nos ajudando a compreender como a imprensa da província do Piauí moldava sua percepção sobre o conflito. Além disso, consultar as reflexões do autor sobre a propaganda patriótica durante a Guerra do Paraguai nos dá munição para entender os discursos bélicos empreendidos pelo periódico *A Imprensa*.

Aprofundamos a dimensão política dos impactos da guerra – inclusive em sua representação no jornalismo – aplicando as ferramentas teóricas de Carl Von Clausewitz (1832), em *De la guerra: táctica y estrategia*. O autor contribui para refletirmos que a motivação moral que mantém acesa a chama de um confronto só se sustenta enquanto estiver alinhada ao seu caráter político. Em outras palavras, quando as ideias que deram início ao enfrentamento bélico deixam de ser evidentes para os combatentes, a continuidade das batalhas passa a ser questionada, e o caráter político substitui a moral patriótica nos discursos que cercam a guerra.

Nossa análise também dialoga com perspectivas mais amplas sobre a atuação da imprensa, recorrendo a Nelson Werneck Sodré (1966), que associa a expansão da imprensa no Brasil às questões políticas e econômicas, e a Jorge Pedro Sousa (2008), que esclarece os padrões do jornalismo ocidental e sua adaptação à realidade brasileira. Dessa forma, *A Imprensa* é entendida não como um elemento isolado, mas como parte de um contexto maior.

Em relação ao desenvolvimento do jornalismo no Piauí, recorremos ao suporte bibliográfico de Teresinha Queiroz (1994), Ana Regina Barros Leal Rêgo (2001) e Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020). Esses autores dedicaram boa parte de suas pesquisas ao jornalismo do Piauí oitocentista; dessa forma, a consulta sistemática a suas obras sanou dúvidas e nos acompanhou ao longo de toda a investigação para a construção desta dissertação, permitindo uma compreensão mais aprofundada das nuances e desafios deste campo. Suas contribuições embasaram nossa análise histórica e enriqueceram o debate sobre as transformações e especificidades do jornalismo na piauiense.

A metodologia adotada baseia-se na pesquisa histórica voltada à compreensão da narrativa de guerra do periódico. Como destaca Antonio Carlos Gil (2008), os jornais são fontes ricas que revelam diversos aspectos da sociedade. No caso de *A Imprensa*, não se trata apenas

de dados sobre a guerra, mas também das características próprias de sua narrativa, influenciada pelo seu viés político-ideológico e pelo contexto social. Para isso, consultamos diretamente as edições do jornal, com foco nas matérias relacionadas ao conflito, complementando a análise com outras fontes selecionadas já citadas.

Esta dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, "Imprensa e Guerra no Século XIX", realizamos um levantamento bibliográfico para compreender a cobertura de conflitos no ocidente durante a década de 1860, apresentamos a Guerra do Paraguai e discutimos a atuação da imprensa brasileira. No segundo capítulo, "A Imprensa no Piauí Oitocentista", trata da realidade na qual o jornal estava inserido, isso inclui conhecer os processos que facilitaram ou dificultaram o desenvolvimento do jornalismo na província do Piauí, além de explorar quem eram os indivíduos responsáveis pela redação das matérias e o contexto político e social em que o jornal atuou durante o período de 1865 a 1870, que corresponde a cobertura da guerra.

Finalmente, o último capítulo, intitulado "Discurso Bélico e a Situação das Forças no Piauí Imperial: "A Imprensa como Arena de Conflitos" discute a situação das forças e do recrutamento na província do Piauí, bem como analisa a forma como esse processo é retratado no periódico. Concluímos com a análise da narrativa de guerra em *A Imprensa*, acompanhando o que os jornais denominavam "Theatro da Guerra" nas páginas do periódico e identificando as particularidades desse discurso, decorrentes de sua posição enquanto órgão do Partido Liberal.

2 IMPRENSA E GUERRA NO SÉCULO XIX

Ao longo deste capítulo, realizamos levantamento bibliográfico com o objetivo de elucidar a relação entre imprensa e guerra no século XIX. Neste ponto, encaramos os conflitos no globo como uma extensão da política por outros meios, conforme propõe Clausewitz (1832). Além disso, observamos a influência das tecnologias da época no fazer jornalístico, quando ferramentas como o telégrafo, o trem, as prensas mais velozes e os avanços nas técnicas de litogravura e fotografia aproximaram cada vez mais os acontecimentos das trincheiras do público leitor.

Na sequência, apresentamos brevemente as causas e consequências da Guerra do Paraguai, para, em seguida, explorar a cobertura do conflito na imprensa brasileira. Consideramos, nesse ponto, as razões para o atraso no desenvolvimento do jornalismo no Brasil e como o contexto bélico contribuiu para a diversificação da imprensa no país, marcando a difusão de imagens dedicadas a ilustrar a guerra nos periódicos. Além disso, observamos a variação na narrativa do conflito, de acordo com o eixo político que orientava cada jornal mencionado nessa dissertação.

2.1 Imprensa, guerra e tecnologia no mundo ocidental da segunda metade do século XIX

"Por onde for que se observe a década de 1860 é uma década de sangue" (Hobsbawm, 1998, p. 92). São estas as palavras que Eric Hobsbawm (1998) utiliza para simbolizar um recorte temporal marcado por guerras[4]. Os massacres, que, por vezes, significavam a colisão de forças absurdamente desiguais, eram utilizados amplamente como política internacional de Estados ainda em formação e práxis potencializada por um capitalismo latente[5] que agregava

[4] A década de 1860 foi marcada por conflitos ao redor do mundo. O período pode ser entendido como de ruptura, pois a ascensão do capitalismo fez com que as grandes potências da Europa reconfigurassem seus limites geográficos e comerciais. Além disso, os Estados Unidos ganharam força econômica e industrial passando a competir com o monopólio europeu no mercado internacional. Esses choques, com proporções distintas ao longo da década, foram alientados pela consolidação dos Estados-Nação, processo em andamento quase que simultâneo em todo o mundo ocidental. Como exemplo, podemos citar França, Sávoia e Itália contra a Áustria (1858-1859); Prússia e Áustria contra a Dinamarca (1864); Prússia e Itália contra Áustria (1866). Nas Américas, a guerra de Secessão, que opôs os Estados do Sul e do N
orte dos EUA, proporcionou a configuração que hoje conhecemos do país. De Norte a Sul, os países se digladiavam interna e externamente em relações políticas. Aqui podemos citar as insurreições separatistas, ou centralizadoras, do Uruguai e da Argentina, em que o Império Brasil interviu diplomática e militarmente. Além da disputa frequente por espaço de navegação nos rios da Bacia do Prata, que resultou na guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864-1870) (Hobsbawm, 2002).

[5] Para um aprofundamento da relação entre as práticas econômicas e os conflitos entre as "potências" da segunda metade do século XIX, ver Eric Hobsbawm (1998, p. 96), onde o autor detalha como a industrialização advinda do capitalismo modificou as tecnologias bélicas, alterando definitivamente a maneira de se fazer guerra.

aos conflitos tecnologias bélicas inéditas, alterando sua mortalidade e também a circulação de notícias sobre eles.

Ao longo dos movimentos que, historicamente, conhecemos como "Revoluções Industriais", as tecnologias de guerra, de transporte e também de comunicação entraram em curso constante de atualização. Os recursos materiais passaram a ser instrumentalizados, visando a expansão comercial e consequentemente o maior lucro possível[6]. A lógica capitalista de mercado internacional demandava maior velocidade no fluxo de notícias que passaram a fazer parte do conjunto de mercadorias se movimentando entre as nações.

Os empreendedores comerciais e industriais passaram a depender cada vez mais da atualização noticiosa, local ou internacional, pelos jornais para tomar decisões sobre os próprios negócios, com o intuito de se inserirem nas questões geopolíticas de um mundo que migra do colonialismo de valores imperiais para o capitalismo de valores burgueses (Almeida, 2018).

Durante a segunda metade do século XIX, enquanto as nações europeias cresciam tecnologicamente, as Américas se tornavam celeiros de monoculturas – exceto os Estados Unidos que logo passaram a competir quase no mesmo nível da Inglaterra – para suprir as necessidades de um mundo cada vez mais interligado. A especialização extrema na exportação de produtos agrícolas continuou uma constante na América do Sul, onde a demanda era o elemento que proporcionava desenvolvimento, pois, ao passo que novos mercados surgiam, antigas áreas cresciam drasticamente (Hobsbawm, 1998).

No mesmo período, o Brasil tinha esse sistema sustentado pelo trabalho compulsório advindo do regime escravocrata. Tais fatores atravancavam o progresso tecnológico, posto que os recursos estavam monopolizados e empregados na grande lavoura, especificamente na cafeicultura e nos canaviais. De qualquer modo, por meio dos recursos advindos dessas relações de mercado que o estabelecimento de tecnologias, especialmente de transporte, era possibilitado.

A realidade do mundo ocidental da segunda metade do século XIX se tornava cada vez mais interligada por relações comerciais. E a imprensa ganhava os contornos que hoje conhecemos, em que o fluxo das notícias influenciava diretamente nas associações políticas e de negócios, uma vez que estar bem informado passava a ser uma necessidade. O jornal era o

[6] Para um debate mais sólido sobre industrialização e jornalismo internacional, ver a tese de Francisco A. Oliveira de Almeida, intitulada *O Jornalismo Internacional e as notícias do Brasil: práticas de produção de conteúdo, enquadramentos e valores- notícia*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. O autor faz um parâmetro sobre como as notícias internacionais são retratadas no jornalismo brasileiro, levando em consideração os fatores que favorecem essa interação, entre eles os processos de "industrialização".

espaço para onde convergiam e de onde partiam expectativas, posições e concepções específicas de um determinado contexto histórico (Araújo, 2015), em que podemos observar não somente versões dos acontecimentos, mas também a ordem dos desejos das nações, dos próprios órgãos noticiosos e dos indivíduos que os produziam.

As transformações da segunda metade do século XIX chegaram ao jornalismo, alterando o modo de conceber, distribuir e consumir imprensa no Ocidente. Jorge Pedro Sousa (2008, p. 100-103) lista alguns dos fatores que contribuíram para essa modificação, sistematizando os sete pontos que, de modo geral, marcaram o século XIX: 1. Expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial, 2. Ascensão educacional e social das populações, 3. Democratização da vida política, 4. Incremento dos processos coloniais, 5. Formação de grandes correntes ideológicas, 6. Eclosão e massificação dos conflitos armados, 7. Transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política.

A sequência apresentada pelo autor demonstra a relação entre o modelo econômico capitalista e a reação das sociedades ocidentais a ele. No mundo mais urbano e letrado de sistemas políticos, que, ao menos, teoricamente passaram a ser mais participativos, a imprensa desempenhou o papel fundamental de manter indivíduos e Estados informados, como também de legitimar discursos. Ainda segundo Sousa (2008), o século XIX testemunha a transição de um jornalismo marcadamente político "de partido" para um jornalismo popular noticioso que funcionava de acordo com a demanda do momento, o que aumentou o alcance da imprensa e da sua influência política nas sociedades em que atuava. Sobre as etapas que levaram a esse processo de transição do modo de fazer jornalismo, Jorge Pedro Sousa (2008) nos fala:

> Na Europa, foram os confrontos políticos em torno da governação, suscitados pelo ambiente liberal, mas também os confrontos militares, a criar condições para o desenvolvimento dessa imprensa política, enquanto na América-Latina o florescimento dos jornais políticos e partidários se deveu, essencialmente, aos processos de independência. Embora na Europa e na América Latina o cenário jornalístico fosse dominado pela *party press* durante toda a primeira metade do século XIX, nos Estados Unidos [...] logo na década de Trinta do século XIX surgiram jornais predominantemente noticiosos, baratos, politicamente independentes, com um discurso acessível, direcionados para as pessoas comuns, encarados essencialmente como negócio empresarial, que começaram a competir com os jornais de elite dominantes (Sousa, 2008, p. 105).

O estudioso ressalta que, a partir de 1830, conforme o jornalismo vai adquirindo caráter noticioso, a influência política fica em segundo plano e passa imperar a ordem do mercado. Os jornais se tornam mais baratos, com narrativas mais simples e conteúdo alinhado aos interesses

do grande público, ou seja, das pessoas comuns. Sousa (2008) alude para o caráter empresarial tornar o jornalismo suscetível ao que gera interesse, ao que impressiona e gera fascínio no público leitor.

Não por acaso, os conflitos da década de 1860 serviram de subsídio para a imprensa, pois a guerra produzia certo fascínio no leitor. Os países beligerantes, por exemplo, utilizavam-se do espaço da imprensa para envolver suas populações no voluntariado por meio das propagandas de incentivo ao recrutamento militar.

Segundo Johny Santana Araújo (2015, p. 230), até a Guerra do Paraguai o exército brasileiro era uma "força mais simbológica (sic.) do que efetiva, cuja composição carecia de identificação com o próprio país". Já Francisco Doratioto (2002), ao discorrer sobre o assunto, indica que reside na segunda metade do século XIX o momento de formação dos Estados-Nação Sul-americanos e, portanto, as identidades nacionais eram tão indefinidas quanto às fronteiras físicas entre os países.

Levando em consideração as colocações dos dois autores, chegamos à conclusão de que, na América do Sul do século XIX, os símbolos nacionais não possuíam ainda a força evocativa necessária em tempos de guerra. Dessa forma, entendemos os motivos que fizeram da imprensa um apoio para a construção do sentimento de patriotismo nos momentos de enfrentamento bélico, uma vez que o estado de guerra exige que povos e bandeiras estejam alinhados para alimentar os campos de batalha. A imprensa estava inserida como parte do esforço bélico, processo que, na América do Sul, ganhou proporção durante a Guerra do Paraguai.

Na Europa, a associação entre os movimentos bélicos e a imprensa teve maior intensidade na guerra da Crimeia[7]. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2008), esse confronto inaugura um tipo de intervenção jornalística em conflitos que serve de modelo para a cobertura de guerras no Ocidente ao longo de todo o século XIX, pois a grande imprensa se dava conta da possibilidade de orientar as opiniões a respeito da guerra por meio do fluxo das notícias. Durante o embate, a ação de correspondentes deslocados pelos próprios jornais para acompanhar de perto o teatro dos acontecimentos deu às notícias de guerra um tom mais vivo de sangue, porque o horror passou a ser narrado por uma testemunha ocular que sabia manipular os discursos de modo a comover o leitor.

[7] A Guerra da Crimeia (1853-1856) foi o maior conflito bélico da Europa no século XIX, envolvendo o Império Russo contra a aliança vitoriosa do Império Otomano, França, Reino Unido e Sardenha-Piemonte. Travada principalmente na península da Crimeia, resultou de disputas por territórios do enfraquecido Império Otomano. Segundo Orlando Figes (2010), a guerra alterou permanentemente o mapa das relações políticas e sociais do continente velho.

A função desempenhada pelo repórter William Howard Russell, por exemplo, no *front* da guerra da Crimeia como correspondente do poderoso jornal inglês *Times "*foi apenas o primeiro indício das complicadas relações entre jornalistas, militares e políticos" (Sousa, 2008, p.115), dado que as notícias conseguiam modificar planos militares e influenciar a imagem do conflito.

Nas Américas, o começo da década 1860 é marcada pela Guerra da Secessão[8] nos Estados Unidos, opondo os Estados do Norte, que despontavam em progresso capitalista carecendo de terras livres, ao Sul escravista e rural. Confrontando esses dois modelos sociais em um mesmo país, a permanência do regime servil sulista pode ser vista como fator de atraso da região numa época em que a escravidão negra passava a ser moralmente desaprovada pela maior parte das nações ocidentais (Hobsbawm, 1998).

A Secessão foi o primeiro conflito a ser massivamente coberto por centenas de jornalistas, ao mesmo tempo em que descortinava as diferenças dos polos opostos da guerra: enquanto no Norte o jornalismo já tinha certa consistência devido às políticas liberais de liberdade de imprensa, no Sul o modelo ainda era de um jornalismo partidário, portanto extremamente tendencioso (Sousa, 2008).

Ao mesmo tempo, a América do Sul convulsionava em conflitos, onde os países vivenciavam abalos originados na indefinição de suas fronteiras e na dificuldade para consolidação de seus Estados. Como os embates da região da Bacia do Prata que, herdado das Coroas de Espanha e Portugal, seguiram durante quase todo século XIX, travando novamente as batalhas deixadas por seus colonizadores (Silva, 2014).

A complexidade política da região platina pode ser caracterizada tanto pela descentralização da Argentina, dividida entre as províncias confederadas e a cidade de Buenos Aires – situação que perdurou até 1861 –, como pela interferência diplomática e militar do Império brasileiro nas revoltas internas do Uruguai e da Argentina. Para além disso, a República do Paraguai vivia sob uma conduta isolacionista de tradição militarizada desde que fora declarada sua independência em 1811 (Doratioto, 2002).

Nesse cenário, Argentina e Brasil gozavam de certa liberdade de imprensa, uma vez que seus periódicos críticos direcionavam questionamentos aos próprios governos, como é o caso

[8] A Guerra de Secessão (1861-1865), também conhecida como Guerra Civil Americana, foi um conflito entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos. O Sul defendia a escravidão, enquanto o Norte era contra. O conflito resultou em grande destruição, especialmente no Sul, afetando a economia e deixando cerca de 600 mil mortos. A principal causa foi a disputa sobre a continuidade da escravidão, com o Norte buscando sua abolição e o Sul desejando preservá-la. Para James M. Mcpherson (2003), descreve a guerra como responsável por ampliar o legado de liberdade iniciado com a declaração de independência dos Estados Unidos em 1776.

da revista ilustrada *El Mosquito* que começou a circular na capital argentina em 1863, mantendo publicações frequentes pelos próximos trinta anos (Sousa Júnior, 2013).

No Brasil, o imperador D. Pedro II preservava a atividade da imprensa relativamente livre, pois acreditava que ela servia como uma espécie de ponto de observação da sociedade. Desse modo, os periódicos tinham "liberdade" para veicular notícias que influenciavam movimentos internos e que, por vezes, estavam em total desacordo com a política imperial.

Segundo Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022), em outubro de 1864, cativos mineiros tiveram a oportunidade de acessar ao conteúdo dos jornais sobre os progressos da guerra civil norte-americana, cujos desdobramentos levaram ao fim da escravidão nos Estados Unidos. Tais notícias levaram centenas de indivíduos, inclusive brancos, a se insurgir contra o regime servil brasileiro.

Em contraponto, o jornalismo paraguaio passava por um rígido sistema de controle estatal, de forma que a imprensa no país cumpria apenas a função de divulgar as decisões tomadas pelo governo e panfletar sobre sua ideologia. Tal quadro só foi modificado com a emergência dos periódicos de trincheira, jornais que foram produzidos e distribuídos durante a Guerra do Paraguai e que, devido às condições atípicas do estado de guerra total que o país enfrentava, desfrutavam de alguma liberdade de imprensa, o que não significava, de modo algum, a instalação de uma política de livre pensamento (Johansson, 2010).

De modo geral, o jornalismo Sul-americano era impulsionado por tecnologias importadas da Inglaterra. A adoção de novos métodos de imprensa representava um avanço material alinhado às transformações europeias e norte-americanas. A câmera, o telégrafo, as embarcações a vapor e a expansão das ferrovias aceleraram a cobertura dos conflitos, ampliando seu alcance e permitindo uma representação mais ágil e detalhada das experiências nos campos de batalha, fazendo com que seu horror e fascínio ultrapassassem definitivamente os limites das trincheiras.

2.2 A Guerra do Paraguai para além da imprensa

Sendo um dos conflitos mais importantes e, sem dúvida, o de maiores proporções da América do Sul, a Guerra do Paraguai (também chamada de *La Gran Guerra* ou Guerra da Tríplice Aliança) deixou marcas profundas que atravessam o tempo. Seu impacto exige do presente a constante revisitação às trincheiras do passado, na busca por compreender seus desdobramentos. Durante o conflito travado entre a aliança formada pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai contra a República do Paraguai, a produção de narrativas impressas

tornou-se parte do arsenal estratégico das nações envolvidas. As representações do embate beligerante[9] não apenas conferiam legitimidade aos fatos, mas também fomentavam o sentimento de pertencimento que o estado de guerra exigia.

Na bibliografia sobre a Guerra do Paraguai[10], é possível constatar que, para as nações envolvidas, a atuação dos periódicos passou a ser uma ferramenta bélica. No entanto, para entender os caminhos da narração do conflito, é preciso sistematizar, ao menos parcialmente, os acontecimentos que levaram ao estopim da guerra. Destacamos que não é uma tarefa fácil, posto que não há um motivo específico, mas, sim, uma sucessão de rancores políticos que deixaram escapar o espectro da guerra que rondava a região da bacia do Rio da Prata.

Segundo Francisco Doratioto (2002), a tensão da região do Prata no século XIX é resultado do processo de formação dos Estados-nação em seu entorno e da indefinição de suas fronteiras. Nesse cenário, a ideia de "confederação" ou de "república" aparecia como uma rota escapatória à centralização do poder econômico que, de forma geral, desenvolvia-se nas capitais platinas. Todavia, a independência era um ideal inalcançável, uma vez que o escoamento da produção e o contato com o exterior desses "Estados em construção" passavam obrigatoriamente pelo mesmo caminho fluvial.

Tal indefinição era agravada pela antiga configuração das terras enquanto colônias espanholas, quando ocorreu a formação da super-região[11] do Vice-Reino do Prata, englobando os territórios que atualmente pertencem a Argentina, Paraguai, Uruguai, Banda Oriental do Uruguai e pequenas porções de terra que fazem parte do Brasil e da Bolívia. De acordo com Johny Santana Araújo (2015), a existência desse extenso território de fronteiras indefinidas atrasou ainda mais a emancipação dos Estados do Prata, proporcionando uma tradição de países que se digladiavam internamente pela definição do poder.

Para fugir de possíveis interferências externas, mais especificamente de Buenos Aires que mantinha uma política expansionista, e do Brasil, que mantinha uma sistemática interferência

---

[9] Existem muitos trabalhos envolvendo a Guerra do Paraguai que utilizam jornais como fonte justamente pela importância que a imprensa tomou naquele momento. Como a obra de Johny Santana Araújo (2015), *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866,* que se dedica apenas à atuação da imprensa durante a guerra.

[10]Muitos trabalhos sobre a Guerra do Paraguai utilizam a imprensa como fonte, destacando sua importância na época, especialmente na disseminação de ideias patrióticas e na mobilização popular para o voluntariado. Entre as pesquisas recentes, destacam-se *A Guerra de Papel: história e historiografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*, de Mário Maestri (2013), e *A Guerra do Paraguai*, de Luiz Octavio de Lima (2016). Embora não tenham a imprensa como objeto central de investigação, ambos os autores recorrem a periódicos da época em diversos momentos de suas obras.

[11]A expressão "super-região" é bastante adequada para se referir ao espaço geográfico que pertenceu ao Vice-Reinado do Prata, tendo sido utilizada por Francisco Doratioto (2002) e comumente empregada pelo professor Dr. Johny Santana Araújo em suas aulas nas disciplinas de Historiografia Brasileira e Conflitos Globais, ministradas nos programas de pós-graduação em História do Brasil e Ciências Políticas da Universidade Federal do Piauí.

militar e diplomática nos países vizinhos, o Paraguai, adotou um comportamento isolacionista, restringindo o quanto fosse possível as relações com as outras nações do Prata. A isso fundia-se a cultura militarizada do país. Tais fatores tornaram a constituição do Paraguai como Estado Nacional um processo complexo, marcado pela constante busca por reconhecimento de sua autonomia, ao passo que o país foi forçado a firmar acordos, nem sempre favoráveis, em nome do acesso à Bacia do Prata.

No início da década de 1840, o Paraguai estava sob o governo do ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, que consolidou a independência do país mantendo-o isolado para evitar interferências externas. Embora proclamada em 1811, a independência só foi formalmente reconhecida em 1842. José Gaspar Rodríguez de Francia impôs um rígido controle político e econômico, restringindo o comércio e mantendo o Paraguai afastado dos conflitos platinos. Após sua morte, o país foi governado por juntas militares até 1844, quando Carlos Antonio Lopez assumiu a presidência.

Embora mantivesse um governo autoritário, Carlos Antonio López rompeu com o isolacionismo e iniciou uma maior participação nos assuntos regionais. Em 1841, o Paraguai firmou dois tratados com Corrientes – um de amizade, comércio e navegação e outro sobre questões de limites – enquanto a província enfrentava as investidas de Juan Manuel de Rosas. No ano seguinte, o Congresso Paraguaio reafirmou sua independência, um passo essencial para o reconhecimento internacional (Araújo, 2018, p. 89).

Segundo Johny Santana Araújo (2018), ao final da década de 1850, o Paraguai atravessava um período de grandes desafios para consolidar sua identidade como Estado-nação. Enquanto Carlos Antonio López implementava reformas políticas e militares, impulsionadas pelo retorno de seu filho Francisco Solano López da Europa, que trouxe técnicos e investimentos em infraestrutura bélica, o país se via envolvido em uma política externa marcada por tensões tanto com potências Sul-americanas quanto estrangeiras.

Esses dessabores com os Estados Unidos resultaram em conflitos com o futuro cônsul norte-americano no Paraguai, Edward Hopkins, e na suspensão dos acordos comerciais e de livre navegação entre os dois países. Com Buenos Aires, os tratados eram praticamente inviáveis, já que a cidade portuária, então sob o jugo do ditador Juan Manuel Rosas, restringia a navegação paraguaia, considerando o país guarani uma província rebelde a ser reconduzida. O Brasil, por sua vez, temia a recriação do Vice-Reino do Prata e buscava impedir uma aliança entre Paraguai e a Confederação Argentina (Araújo, 2018).

Os desafios que o Paraguai enfrentava eram enormes, pois, sem acesso ao mar, o país corria o risco constante de isolamento em relação ao mundo europeu. Já para o Império

brasileiro, a livre navegação nos rios da Bacia do Prata era fundamental, pois o percurso fluvial era a única ligação com sua distante província de Mato Grosso, justificando sua frequente intervenção na política platina. Além disso, as diferenças nos modelos políticos acirravam as tensões: "o Brasil era uma monarquia solitária cercada de repúblicas potencialmente inimigas" (Doratioto, 2002, p. 27).

No contexto do Prata, as alianças políticas do Brasil visavam conter possíveis pretensões expansionistas das repúblicas vizinhas, intervindo na política interna dos países platinos sempre que havia risco de consolidação do poder. O Império, isolado como monarquia nos trópicos[12], via a estabilidade republicana como uma ameaça e recorria à diplomacia ou à força militar sempre que a livre navegação estava em perigo. Foi justamente a interferência brasileira na política uruguaia que se tornou uma das principais causas da guerra com o Paraguai.

No início da década de 1860, o Paraguai intensificou seu processo de abertura em relação às demais nações platinas. Essa mudança ocorreu com a morte de Carlos Antonio López, sucedido imediatamente por seu filho, Francisco Solano López. Pouco antes de falecer, o autocrata teria aconselhado seu sucessor a evitar confrontos com o Império, deixando a seguinte recomendação: "têm muitas questões pendentes, mas busque não resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil" (Krause; Soares, 2022, p. 276). No entanto, Francisco Solano López acabou recorrendo à espada, pois suas tentativas com a caneta foram frustradas.

Entre as alianças políticas dessa nova fase conduzida por Francisco Solano López, a mais relevante foi com o governo *Blanco* do Uruguai. A proximidade com o país vizinho garantia ao Paraguai uma possível saída para o mar pelo porto de Montevidéu. Em contrapartida, os *Blancos* exigiram apoio militar paraguaio, já que o Uruguai enfrentava uma série de revoltas civis lideradas pelo partido rival, os *Colorados*.

Venâncio Flores, líder do partido *Colorado*, então buscou apoio no Império brasileiro e o obteve com facilidade, pois estava claro para o Brasil que os *Blancos* precisavam ser removidos do poder. O partido Blanco, que representava a legalidade, era liderado pelo presidente Bernardo Prudêncio Berro, que havia conseguido reduzir a dívida pública uruguaia, atrair investimentos britânicos e estimular as exportações. No entanto, a governabilidade de Berro

[12] Boris Fausto (2006) em sua *História do Brasil* alude para a inclinação do Império brasileiro em realizar intervenções na política "interna dos países platinos". Desde a primeira metade do século XIX que o Brasil interferia diretamente na política argentina. De acordo com o autor, o Império enxergava na consolidação da república portenha uma ameaça a sua hegemonia. Sistematicamente, o Império brasileiro interferiu nas repúblicas vizinhas como forma de garantir a própria segurança, econômica e territorial.

era, em grande parte, marcada por um nacionalismo antibrasileiro, relacionado à presença de fazendas bovinas de gaúchos em terras uruguaias. Em resposta, Berro impôs uma taxa sobre o gado brasileiro criado no país e fechou o livre trânsito brasileiro pelo Rio Uruguai (Krause; Soares, 2022).

Sobre o ódio ao povo brasileiro disseminado no Uruguai, Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022, p. 278) afirmam: "Tamanha era a repulsa ao Império, que em Montevidéu quase se autorizava a execução de gaúchos, encontrados despidos e decapitados, com o documento de nacionalidade prensado entre os dentes". Tal cenário de horror experimentado pelos fazendeiros brasileiros no Uruguai motivava reivindicações de socorro junto ao governo imperial, para com seus súditos, desprotegidos em terra estrangeira.

Atendendo às solicitações de Venâncio Flores e das súplicas dos gaúchos, o Império brasileiro passou a intervir na política uruguaia, inicialmente com o envio de uma missão diplomática. Em abril de 1864, o governo imperial, por meio do Gabinete Liberal de Zacarias Góis de Vasconcelos, enviou o conselheiro José Antônio Saraiva a Montevidéu para garantir os direitos dos brasileiros residentes no país (Doratioto, 2002).

Atanásio Aguirre, sucessor de Berro, manteve o tom das relações diplomáticas predispostas e esteve na conferência de *Puntas del Rosário*, que contou com o líder *Colorado*, Venâncio Flores. No encontro intermediado pelos representantes da diplomacia brasileira, argentina e inglesa, foi definida maior participação dos *Colorados* na política uruguaia, incluindo a nomeação de militares e a composição ministerial do governo. Atanásio Aguirre, entretanto, recua e então Saraiva põe em prática o ultimato do governo imperial com a ameaça expressa de ação militar. O Paraguai reage, pois já havia deixado claro que qualquer ação violenta dentro Uruguai por parte do Império representaria uma declaração formal de guerra (Krause; Soares, 2022).

Em 10 de novembro de 1864, em um claro ato de guerra, o governo paraguaio captura o vapor brasileiro Marquês de Olinda em resposta à intervenção militar brasileira na República Oriental. Todos os tripulantes da embarcação morreram em prisões paraguaias (Doratioto, 2002). Em janeiro de 1865, Solano Lopéz solicitou ao governo argentino permissão para que forças paraguaias atravessassem as províncias de Corrientes e Entre Rios para atacar o Rio Grande do Sul e, diante da negativa, declarou guerra também à Confederação Argentina (Araújo, 2015).

Estavam dados os contornos da guerra. De acordo com Johny Santana Araújo (2015), a união entre Brasil, Confederação Argentina e o Uruguai "colorado" contra o Paraguai era quase uma tendência natural, visto que a imagem do país de Solano López passou a ser associada a

um risco em potencial para as demais nações. Por ocasião do começo da guerra, o ministro brasileiro em Assunção, Cézar Suavan Viana Lima, escreve para o almirante Tamandaré informando que uma "tropa de 10 mil homens seria suficiente para derrotar sem esforço o exército de Solano López" (Doratioto, 2002, p. 62).

Essa visão equivocada e otimista logo caiu por terra. O governo absolutista de Solano Lopez havia logrado em equipar militarmente o Paraguai "a ponto de possuir três vezes o número de soldados que o Brasil albergava em sua caserna" (Krause; Soares, 2022, p. 261). Na altura de dezembro de 1864, quando as forças paraguaias consolidam a invasão da província brasileira do Mato Grosso (Araújo, 2015, p. 45), "o Império era Davi, e o Paraguai o Golias" (Krause; Soares, 2022, p. 261).

> Diante da dificuldade em empreender o Exército nacional um a Guerra contra o Paraguai, restava, então, apelar para o povo através da criação de batalhões denominados "Voluntários da Pátria", criados por Decreto Imperial número 3.371 cujo objetivo era atuar na guerra contra a República paraguaia, fazendo aumentar as forças militares existentes do Império No dia 7 d e janeiro d e 1865. O decreto Imperial estava pronto e nos dias seguintes, foi publicado em toda a Corte e demais províncias do Império em jornais de todas as Capitais Poderiam compor os Corpos todo cidadão entre 18 e 50 anos de idade que aceitassem as condições do decreto que para atrair voluntários, oferecia 300 réis por dia assim com o soldo a que tinham direito os voluntários do Exército, de 165 reis; para as famílias dos soldados que morressem em combate, um a pensão de meio soldo; gratificação de 300S 000 para aqueles que fizessem toda a Campanha; por último, 22.500 braças de terras em colônias militares ou agrícola (Rodrigues, 2001, p. 71).

As generosas promessas feitas pelo Império brasileiro, sobre as quais Marcelo Santos Rodrigues (2001) reporta, não se concretizaram, mas, enquanto discurso, cumpriram seu papel ao impulsionar o voluntariado no processo de recrutamento para a guerra. Em pouco tempo, a população percebeu as contradições do discurso imperial e, novamente, a recruta de homens para o combate tornou-se difícil, a ponto de o Imperador, D. Pedro II, abrir mão dos escravos que trabalhavam nas fazendas da nação para formar os *fronts* de batalha. É importante ressaltar que, teoricamente, os negros que lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai eram livres, pois o Exército brasileiro não aceitava o serviço de escravos. Assim, os Corpos negros em combate eram compostos por homens alforriados[13].

Essa decisão drástica do imperador D. Pedro II para manter a guerra foi oficializada pelo Decreto 3.725, de 1866:

[13] Sobre os *fronts* negros de batalha na Guerra do Paraguai, ver o artigo de Amaral André Toral (1995), *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*.

> Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exercito.
> Hei por bem ordenar que os escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exercito se dê gratuitamente a liberdade para se empregarem naquelle serviço; sendo casados, estende-se o mesmo beneficio a suas mulheres (BRASIL. Decreto nº 3725, de 06 de novembro de 1866).

A "gratuidade da liberdade" concedida aos escravos da Nação aptos ao combate era apenas retórica; o preço cobrado foi, muitas vezes, a própria vida, ceifada em terras paraguaias. Mesmo após o retorno dos campos de batalha, a parte que lhes cabia em troca da liberdade continuava a ser exigida, pois regressavam amputados, mal recebiam os soldos devidos e enfrentavam a contradição de serem "heróis de guerra" cujos amigos e familiares permaneciam cativos (Toral, 1995).

Segundo Johny Santana Araújo (2015), outro grave problema para a formação das tropas foi o fato de que o Exército tradicionalmente baseava seu recrutamento na coerção de indivíduos socialmente indesejáveis, ou seja, homens livres e pobres que se desviavam de rotinas de trabalho sistemático. Por muito tempo, o serviço militar funcionou como um mecanismo de "limpeza social", removendo à força "arruaceiros, bêbados e vagabundos" do convívio em sociedade.

Portanto, o uso da farda não carregava uma conotação positiva e, embora a euforia dos primeiros momentos de convocação para a guerra tenha atenuado, em parte, o estigma associado ao Exército, esse sentimento logo se dissipou. Passado o entusiasmo inicial, o temor do "sequestro militar" voltou a assombrar o imaginário da população.

Apesar das vitórias iniciais, a guerra avançava lentamente. Em 1866, a derrota na batalha de Carupaiti alterou completamente o ânimo público em relação ao esforço bélico do Império e seus aliados:

> Com o passar dos meses e as dificuldades crescentes para a se derrotar o Paraguai acabou por ocorrer uma inversão de expectativas no imaginário social brasileiro, em todos os níveis, nas cidades e no campo, gerando um clima negativo em relação à guerra, concebendo, junto ao povo brasileiro, uma experiência traumática nunca antes experimentada com tamanha dimensão (Araújo, 2015, p. 56).

Mesmo com a chegada do experiente Duque de Caxias ao comando das tropas brasileiras em 1866, o conflito já não causava o mesmo entusiasmo do ano anterior (Krause; Soares, 2022). Entre os diversos fatores que contribuíram para a desaprovação da guerra,

inclusive na imprensa, destacava-se a crise econômica gerada pela continuidade desse vasto enfrentamento bélico.

Ainda de acordo com Johny Santana Araújo (2015), entre 15% e 20% dos custos da guerra foram pagos com empréstimos estrangeiros, enquanto o restante foi financiado pelo aumento da dívida pública interna. Impossibilitado de obter mais empréstimos junto aos bancos ingleses[14], o Império recorreu à emissão de papel moeda e ao Tesouro Imperial. Esses títulos, teoricamente super rentáveis, eram vendidos por menos de 75% de seu valor nominal para resgate posterior (Araújo, 2015; Krause; Soares, 2022).

Em 1868, a emissão de papel-moeda deixou de ser responsabilidade do Tesouro Imperial e passou para os domínios do banco privado de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. A partir daí o Banco do Brasil passou a financiar a guerra por meio de empréstimos nacionais e da emissão de apólices, ou títulos da dívida pública. Essas medidas contribuíram significativamente para o aumento da inflação no Império, já que grande parte dos recursos gerados pela emissão de títulos e apólices era direcionada para atender às necessidades do Marques de Caxias no campo de batalha. Esse financiamento também possibilitou a incorporação de inovações tecnológicas no Exército brasileiro, como o uso de balões de observação para mapear o território paraguaio, um marco histórico registrado como o início da Aeronáutica na América do Sul[15] (Krause; Soares, 2022).

Em 1867, as medidas adotadas pelo Marques de Caxias no comando do Exército brasileiro, como a compra de balões de observação, tinham como objetivo organizar os próximos passos do confronto. Além disso, o Exército passou a utilizar fuzis nos campos de batalha, uma novidade nos conflitos da região platina, o que resultou em um aumento drástico da letalidade da guerra.

De acordo com Luiz Octavio de Lima (2016, p. 118), o armamento do Exército Imperial até 1865 era composto por “fuzis de percussão com canos raiados, e munição calibre 14,8

[14] Entre 1862 e 1865, o Império do Brasil manteve relações cortadas com a Inglaterra devido ao desentendimento conhecido como questão Christie. "Em 1861, o diplomata britânico William Dougal Christie reclamou sobre o desrespeito do Estado brasileiro a uma lei de 1831, que determinava a libertação de todos os negros que chegassem ao Brasil". No ano seguinte, o navio britânico *Prince of Wales* naufragou na orla do Rio Grande do Sul, e sua carga foi roubada. Na ocasião, três oficiais do navio inglês haviam sido aprisionados por oficiais brasileiros no Rio de Janeiro. Segundo Christie, essa atitude representava um insulto à marinha de Sua Majestade inglesa, exigindo que o Império arcasse com os custos do prejuízo (Graham, 1962).

[15] Em 2017, o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica lançou o memorial Os Balões de Observação na Guerra do Paraguai, de autoria do Tenente-Brigadeiro RR Nelson Freire Lavenère-Wanderley e organização da historiadora Monica Teixeira Serra. De acordo com Lavenère-Wanderley (2017), a obra tem a pretensão de sanar uma lacuna da historiografia brasileira: estudos sobre as tecnologias bélicas utilizadas na Guerra do Paraguai. O memorial configura um dos muitos mecanismos para filtrar a imagem do conflito, de modo a louvar as atitudes do Exército brasileiro.

milímetros, sistema Miniè". Contudo, devido à escassez de arsenal, os soldados frequentemente iam para o campo de batalha munidos com armamento pessoal, armas brancas e até paus e pedras, quando não havia outros recursos à disposição para suprir as demandas do confronto.

A situação dos suprimentos bélicos do Império, no entanto, mudou com a chegada do Marquês de Caxias ao comando das tropas, que incorporou carabinas Spencer e rifles de repetição Winchester modelo 1866 ao arsenal do Exército brasileiro. Embora nem sempre houvesse munição disponível ou armamento em quantidade suficiente, essas aquisições representaram um importante avanço rumo à vitória contra o Paraguai (Lima, 2016).

Contudo, a falsa expectativa de uma guerra breve levou o Império brasileiro a explorar a imagem do conflito nos jornais como ferramenta de mobilização social, os quais "acabaram de certa forma contribuindo para gerar um sentimento de nacionalidade, algo novo em um país que convivia com a escravidão" (Araújo, 2015, p. 71). Com o tempo, essa empolgação, alimentada por um patriotismo nascente, desvaneceu diante dos prejuízos humanos e financeiros do conflito, que ceifou cerca de "150 mil almas" (Lima, 2016, p. 12).

2.3 Imprensa no Brasil: política, censura e debate público

Se analisarmos o século XIX sob a perspectiva do desenvolvimento da imprensa ocidental, veremos que esse período marcou a ascensão do debate público como elemento de relevância social. O amplo alcance do jornalismo nessa época resultou tanto das inovações na produção da imprensa[16] quanto das concepções que a envolviam.

Segundo Ciro Marcondes Filho (2000, p. 22), a virada do século foi marcada por uma "atividade jornalística que reflete o livre jogo das forças políticas". Contudo, é essencial reconhecer que essa representação ideológica não ocorreu de forma homogênea nem foi uma consequência natural do tempo. A liberdade de imprensa é um "direito" socialmente construído, condicionado a processos específicos em cada contexto.

No Brasil, qualquer iniciativa de produzir jornais era expressamente proibida durante o período colonial, e as poucas tentativas de estabelecer uma atividade de imprensa fora dos domínios eclesiásticos da Coroa eram duramente reprimidas[17]. Havia um temor de que, junto

[16] Como citamos anteriormente, ao longo do século XIX, a atualização das tecnologias de comunicação e transporte passou a ser uma constante. Para um aprofundamento sobre as particularidades dessas mudanças, ver o debate proposto por Ciro Marcondes Filho (2000), no livro *Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos*, onde o autor explana sobre a adaptação do jornalismo aos enredamentos da indústria global, discutindo desde o surgimento das primeiras agências de notícia até a modernização da comunicação com o advento do digital.

[17] Houve em 1706, no Pernambuco; em 1747, no Rio de Janeiro, e, posteriormente, em 1807, em Vila Rica, Minas Gerais, tentativas frustradas de estabelecer uma atividade "jornalística" independente de Portugal. Sobre a

com a imprensa, se disseminassem também ideais rebeldes de independência. Dessa forma, a "censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício)" para coibir quaisquer textos considerados fora dos parâmetros religiosos, políticos e morais da Coroa Portuguesa, ou seja, que questionassem o poder da metrópole ou a fé católica (Morel, 2012, p. 17).

Essa vigilância constante sobre "qualquer letra impressa"[18] que circulasse em terras brasileiras só começou a se flexibilizar com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808. A mudança administrativa exigia a produção de impressos para a circulação de informações importantes e para reforçar a simbologia da Coroa na colônia. Afinal, com a fuga da família real e sua comitiva para o Brasil devido ao avanço das forças napoleônicas na Europa, o território colonial passou a sediar o centro do poder português (Martins, 2012).

Com a chegada da família real à colônia, surgiu a necessidade de disseminar informações burocráticas da administração pública. Para isso, a pequena tipografia que acompanhou Dom João VI e sua comitiva tornou-se responsável pela impressão do primeiro jornal brasileiro produzido no país. O periódico oficial da Corte, intitulado *Gazeta do Rio de Janeiro* e redigido pelo Frei Tibúrcio José Rocha, teve sua publicação inaugural em 10 de setembro de 1808, mantendo-se em circulação, em moldes servis, até dezembro de 1822 (Rêgo, 2001).

Ironicamente, antes mesmo da publicação do primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o Brasil foi contemplado com um periódico oposicionista que dirigia duras críticas à Coroa Portuguesa: o *Correio Braziliense*. Produzido na Inglaterra, onde a liberdade de imprensa já era um valor consolidado, o periódico tinha maior liberdade para veicular conteúdos críticos e diversos. Seus textos abordavam o funcionamento político da colônia, analisando e questionando a administração portuguesa, além de propor ideias para reformas políticas e sociais. Assim, o *Correio Braziliense* tornou-se um importante canal de comunicação e reflexão sobre o futuro do Brasil, atuando como um veículo de oposição ao regime colonial.

Seu idealizador, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, atribuía à sua obra um caráter pedagógico, trazendo ao leitor brasileiro, desde junho de 1808, os debates intelectuais em curso na Europa, além de traduções de livros e artigos sobre diversos temas, a

imprensa no Brasil ver a dissertação de mestrado Jerônimo Duque Estrada de Barros (2012), "Impressões de um Tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro 1747-1750", que rastreia a atuação de Antônio Isidoro da Fonseca e sua trajetória de rebeldia enquanto impressor Brasil colonial.

[18] Ana Luiza Martins (2012, p. 47) emprega a expressão "letra impressa" para abranger os diversos tipos de publicações existentes no século XIX, como folhetins, jornais, pasquins e brochuras.

fim de contribuir para o desenvolvimento intelectual e político da sociedade brasileira (Martins, 2012). O formato do periódico assemelhava-se a um livro, com capa dura e cerca de cem páginas por edição, abordando uma ampla variedade de assuntos e apresentando reflexões profundas que transitavam entre política, filosofia e ciência.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1966), apesar do esforço de Hipólito da Costa em pensar o Brasil, a influência do *Correio Braziliense* é questionável. Isso se deve, em parte, à distância que impedia seu redator de acompanhar em tempo hábil as pautas da sociedade brasileira. Além disso, muitas de suas ideias refletiam uma visão burguesa, baseada no modelo social inglês, o que criava uma discrepância de interesses, já que, naquele momento, o Brasil não possuía uma burguesia consolidada. Ainda assim, o periódico manteve sua distribuição clandestina no país até a proclamação da independência em 1822 (Sodré, 1966).

A imprensa brasileira ganharia maior relevância com os levantes da Revolução Constitucional Portuguesa, iniciados na cidade do Porto, em 1820. O movimento exigia a instauração de uma monarquia constitucional e o retorno de Dom João VI à metrópole. De acordo com Ana Luiza Martins (2012, p. 24), "entre as medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa estava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820".

Pressionado e temendo perder espaço dentro do próprio reino, Dom João VI assinou, em 2 de março de 1821, um decreto que suspendia provisoriamente a censura prévia. As implicações legais decorrentes da Revolução do Porto resultaram em um crescimento exponencial da atividade jornalística no Brasil. "Tal fato impulsiona a produção jornalística, com a proliferação de folhetos e periódicos que influenciam nos rumos das lutas políticas internas e concorrem para a independência" (Rêgo, 2001, p. 45). Segundo Ana Regina Rêgo (2001), a queda da censura régia inflamou o debate político, que assumiu um tom mais panfletário e agressivo. A autora destaca ainda o surgimento dos "pasquins", que passaram a retratar a política com uma sátira mordaz e irreverente.

Ainda no fluxo desses acontecimentos, começou a circular no Rio de Janeiro, em 1821, o *Reverbério Constitucional Fluminense*. Editado pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, o periódico foi criado com o propósito de doutrinar a opinião pública em favor da independência brasileira. Veiculado até outubro de 1822, contou com quarenta e oito edições ordinárias e três extraordinárias, nas quais propagava ideias independentistas e publicava trechos de jornais europeus, incluindo extratos do *Correio Braziliense* (Sodré, 1966).

O *Reverbério Constitucional Fluminense* pode ser visto como um exemplo significativo para refletir sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966, p. 62), o periódico "publicava extratos de notícias internacionais vindas de Lisboa, Paris e Londres e particularmente do *Correio Braziliense*". O autor destaca ainda que o *Reverbério* frequentemente polemizava com publicações que defendiam os interesses lusitanos.

A partir das práticas de atuação do *Reverbério Constitucional Fluminense*, percebe-se uma imprensa brasileira mais aberta ao jornalismo internacional e ciente de seu potencial para influenciar a situação política. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966), os artigos doutrinários do *Reverbério* evoluíram em sintonia com os processos que levaram à independência.

Os acontecimentos do Brasil eram retratados pela imprensa por meio de narrativas que não apenas descreviam os fatos, mas também buscavam direcionar o cenário político. Assim, os anos de 1821 e 1822 foram marcados por uma intensa campanha brasileira contra as medidas impostas pela corte portuguesa. A causa da independência ganhava cada vez mais força nos diversos tipos de publicações, como o folheto *Despertador Brasiliense*, que, apesar de contar com apenas uma edição extraordinária, utilizou uma linguagem agressiva e inflamatória para defender a permanência do príncipe regente no Brasil e questionar a falta de autonomia da colônia (Sodré, 1966).

O jornalismo, irremediavelmente, havia se tornado o meio pelo qual o debate político e intelectual buscava legitimação. A partir da década de 1820, observa-se a consolidação da imprensa como espaço da esfera pública do poder, tornando-se, ao menos em tese, uma ferramenta para que os indivíduos criticassem os rumos da política, reivindicassem melhorias e debatessem o cotidiano.

Com a independência em 1822, a necessidade de validar o discurso político por meio dos jornais tornou-se ainda mais evidente. Como exemplo, podem-se citar os periódicos *O Espelho* e *O Patriota*, ambos editados por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, o mesmo responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nessas publicações, o próprio Dom Pedro I escrevia sob pseudônimos, utilizando um linguajar grosseiro para defender sua posição (Ribeiro, 2007).

Apesar das medidas adotadas por Dom Pedro I em relação à imprensa no início de seu reinado, como a portaria que exigia a assinatura dos redatores em todo material impresso em circulação e sua aprovação prévia por um procurador da Coroa (Rêgo, 2001), os atritos entre o imperador e os jornalistas permaneceram latentes.

> A abertura da sessão da Assembleia Geral Constituinte, em maio de 1823, já prenunciava as dificuldades que os deputados teriam com o Imperador,

> quando este afirmou que juraria a Constituição se fosse digna do Brasil e dele, "defensor perpétuo" do novo Estado. Os debates acalorados na Assembleia repercutiram na imprensa. Os Andradas, através do jornal *O Tamoio*, fizeram oposição veemente aos portugueses, *pés de chumbo*, aliados do Imperador, mas ressalvaram a figura do monarca. Outro jornal que carregava nas tintas contra os portugueses, em especial os oficiais portugueses incorporados ao exército brasileiro, foi *A Sentinela da Liberdade a Beira-Mar da Praia Grande*, do italiano Giuseppe Stephano Grandona. Ambos circularam de agosto a novembro de 1823, quando a Assembleia foi dissolvida por Pedro I. (Machado, 2010, p. 40-41, grifos do autor).

A reação da imprensa contra os portugueses, que, em grande parte, ainda controlavam o instável jogo de poderes em formação, não era desproporcional. "Cresciam os protestos contra a admissão de oficiais portugueses nos corpos do exército brasileiro, a nomeação de portugueses para as funções de confiança e as manobras de reaproximação com a antiga metrópole" (Sodré, 1966, p. 91).

O momento era tão delicado que a publicação de dois artigos no periódico *Sentinela da Liberdade da Praia Grande* serviu de estopim para o fechamento da Constituinte. Nos textos de Francisco Antônio Soares, que escrevia sob o pseudônimo "Brasileiro Resoluto", havia ofensas direcionadas aos militares portugueses, especialmente ao major José Joaquim Januário Lapa e ao capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire. Revoltados, ambos reagiram com violência, espancando, por engano, o boticário Davi Pamplona (Sodré, 1966).

A injustiça gerou manifestações tanto entre os membros da Assembleia quanto na imprensa. Em resposta, os militares apresentaram uma representação ao imperador contra os insultos dos jornais oposicionistas, o que resultou no fechamento da Assembleia e na perseguição de jornalistas (Machado, 2010, p. 41).

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966, p. 195), o período seguinte foi marcado por uma censura intensa à imprensa, apesar de a Constituição outorgada em 1824 afirmar claramente a liberdade de expressão. Contudo, o modelo de administração adotado permitia interferências do Estado, tratando como crime a propagação de ideias contrárias ao poder do Imperador e o questionamento da ordem política.

Essas prerrogativas embasaram perseguições e violências contra redatores de jornais, sendo que tais atos nem sempre eram executados por meios legais:

> A lista dos atentados pessoais contra figuras da imprensa, na época, é bem grande. Luís Augusto May, redator da Malagueta sofreu duas agressões, a primeira na sua residência, a segunda na via pública, sendo ele então deputado. Evaristo da Veiga foi alvo de atentado a tiro. Clemente José de Oliveira, redator de O Brasil Affito, foi assassinado a golpes de espada (Sodré, 1966, p. 196).

Os jornais refletiam um cenário político em crescente complexidade, com os liberais e liberais moderados utilizando a imprensa como o principal meio para reivindicar maior participação política. Embora a influência da imprensa fosse limitada devido ao alto grau de analfabetismo da população brasileira no século XIX, a "estrutura de poder temia a imprensa" (Machado, 2010, p. 41).

A grande massa da população ficava parcialmente à margem dos debates políticos. Segundo José Murilo de Carvalho (2016, p. 34), é necessário ter ressalvas sobre o papel do povo no evento da independência do Brasil, uma vez que "nas capitais e nas províncias mais distantes, a notícia da independência só chegou uns três meses depois". De fato, a elaboração da carta constitucional também não contou com a participação ativa dos populares. No entanto, ainda segundo o autor, os movimentos que levaram o primeiro imperador do Brasil a renunciar em 1831 tiveram a decisiva participação do povo.

A imprensa ajudou a afastar Dom Pedro I, retratando-o como um tirano responsável pelos problemas do país.

> Entre 1828 e 1831 a persona de Pedro I passa a ser cada vez mais depreciada na imprensa pela corrente reconhecida como liberal, que o definia como tirano e absolutista. Esta corrente defendia o aumento do poder da Assembléia diante da atuação de um poder monárquico que distribuía privilégios e sancionava leis arbitrariamente. Jornais como O Repúblico, Aurora Fluminense e Ástrea criticavam em 1831 a atitude despótica de D. Pedro I quando fechou a Assembléia em 1823 (Pandolfi, 2006, n.p.).

O jornal Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga, ajuda a entender os rancores da época. Nelson Werneck Sodré (1966, p. 124) classifica o periódico como "direita liberal[19]", pois usava uma linguagem agressiva para defender o poder Legislativo e criticar a falta de indústrias no país. O jornal reivindicava um sistema político mais representativo e se opunha à imprensa que se pretendia neutra, além de exemplificar o nativismo presente nos discursos da época, contrapondo brasileiros nativos aos residentes lusos. Essa ideologia de valorização nacional foi um dos fatores responsáveis pela união de diferentes correntes de pensamento em defesa da abdicação de D. Pedro I (Pandolfi, 2006).

[19] Debates mais recentes destinam ao periódico a classificação de "liberal moderado". Sobre esse contraste na linha política do jornal ver o artigo "A imprensa e a abdicação de D. Pedro em 1831: história e historiografia", de Fernanda C. Pandolf (2006).

A insatisfação, aliada à revolta gerada por mais um episódio de violência contra o jornalismo – o assassinato de Giovanni Baptista Libero Badaró, redator do periódico paulista *Observador Constitucional*[20] – culminou na "noite das garrafadas", uma sequência de protestos violentos contra Dom Pedro I no Rio de Janeiro, em 1831. Em 7 de abril daquele ano, Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, ainda menor, e retornou para Portugal, marcando o início da Regência.

Segundo Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022), as regências são períodos turbulentos em qualquer sociedade, pois, diante da incerteza sobre quem detém o comando, "diversas facções políticas buscarão preencher o vácuo do poder" (Soares, 2022, p. 85). No caso do Brasil, os autores veem esse momento como um "laboratório para a nação", onde, dentro da organização provisória, são concebidos os projetos para o futuro do país.

Ainda em 7 de abril de 1831, foram definidos os nomes da Regência Provisória:

> [...] o baiano José Joaquim Carneiro de Campos, marquês de Caravelas e arquiteto da Constituição de 1824; o latifundiário paulista e senador moderado Nicolau Vergueiro de Campos; e o comandante das armas da Corte Francisco de Lima e Silva, carrasco da Confederação do Equador (Krause; Soares, 2022, p. 88).

Inicialmente, a Assembleia Geral do Império manteve um tom moderado, pois a Regência não representou uma ruptura com os poderes já estabelecidos. No início dos trabalhos, foram nomeados deputados moderados ligados a interesses agrários, como José Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Ainda assim, a representação "caramuru" dentro da Assembleia era significativa (Krause; Soares, 2022, p. 89).

Fora dos limites de atuação da Assembleia Geral do Império, a situação continuava conturbada, pois a tendência moderada que se estabeleceu não representava todas as facções políticas que se formavam no âmago do Império brasileiro. A imprecisão do período regencial permitiu que estes diferentes grupos políticos – dentre os quais se destacavam *liberais* e *conservadores* – buscassem maior representatividade, promovendo a defesa de projetos nacionais anteriormente impensáveis.

[20] Nelson Werneck Sodré (1966) discorre sobre o assassinato de Líbero Badaró, ressaltando o furor causado pelas ideias do jornalista no periódico *Observador Constitucional*, que vão desde a defesa da liberdade de imprensa até a hostilização das autoridades políticas e eclesiásticas da província de São Paulo. Além disso, o jornal fez uma série de discursos baseados na notícia de que o rei da França teria sido forçado a abdicar do trono por desrespeitar a constituição. Badaró incentivava o povo brasileiro a fazer o mesmo, logo sua morte foi vista por muitos como um ato de censura do Império, mesmo sem que o assassino fosse encontrado.

A imprensa impulsionou esse cenário ao difundir novas ideias e servir de plataforma para reivindicações de direitos, fomentando um intenso debate público. Sobre essa atmosfera durante a Regência, Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022) afirmam:

> A maleabilidade das alianças políticas estava ligada a uma "explosão da palavra" no espaço público: Legislativo, jornais, associações, ruas e até senzalas foram palco de discussão de ideias e projetos que talvez fossem impensáveis – e certamente eram indizíveis – poucos anos antes. Tantas turbulências reforçaram teorias da conspiração. Os agentes políticos enxergavam tramas nefandas por trás de todas as ações dos adversários, acirrando a polarização. As disputas giraram inicialmente em torno de dois eixos parcialmente sobrepostos: o grau de participação popular e a reforma das instituições políticas (Krause; Soares, 2022, p. 87).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1966), a Regência foi um dos períodos mais dinâmicos da imprensa brasileira. A indefinição do poder levava cada facção política a manter seu próprio periódico para garantir espaço no debate público. Sobre essa relação, Sodré (1966) define:

> A imprensa definia-se quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho da restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda, Evaristo da Veiga, figura central do liberalismo de direita, era violentamente combatido pelos jornais das outras duas facções (Sodré, 1996, p. 152).

No entanto, é importante entender que as colocações de Nelson Werneck Sodré (1966) visam tornar o complexo cenário político do período regencial mais acessível ao leitor, já que a realidade política da época era marcada por uma grande incerteza. O sistema partidário ainda não estava claramente definido, e as posições políticas dos indivíduos eram volúveis, ajustando-se conforme os interesses particulares de cada um. Essa falta de estabilidade torna a compreensão da sociedade regencial um verdadeiro desafio.

"No Brasil, como em outros países, a formação de um sistema partidário digno desse nome foi um processo lento, pois dependia de uma combinação de alianças pessoais, coalizões políticas e institucionais que demorariam a se amalgamar em um todo minimamente coerente" (Krause; Soares, 2022, p. 87). As doutrinas de pensamento político não eram tão plácidas quanto na sistemática de Nelson Werneck Sodré (1966, p. 89), mas isso não impediu o surgimento de diversos jornais e pasquins durante a regência, com a intenção de "mobilizar afetos para impulsionar a ação política futura".

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), em 1832, o Brasil já contava com cerca de cinquenta jornais defendendo as mais diversas causas, entre eles *O Filho da Terra,*

Republicano a Sempre-Viva, O Caramuru, O Carijó, O Independente e *Sete d' Abril*. Esses periódicos veiculavam correntes de pensamento distintas: enquanto *O Independente* e *Sete d' Abril* seguiam uma linha que Sodré (1966, p. 141-142) classifica como de "centro-direita", o *Republicano a Sempre-Viva, O Caramuru* e *O Carijó* eram abertamente restauradores.

Ainda segundo Sodré (1966), os jornais disputavam espaço com a proliferação de pasquins durante a Regência, pois o periodismo da época já era pouco noticioso. Os pasquins, por sua vez, voltavam-se quase exclusivamente para o discurso político, no qual os posicionamentos eram defendidos com linguagem virulenta e irônica. Além disso, o caráter avulso e anônimo de muitos desses impressos intensificava a violência do discurso (Martins, 2012).

Conforme Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022), a Regência brasileira foi marcada por fortes tensões administrativas, pois representou o momento em que a estrutura de poder buscava consolidar a influência do Império sobre as províncias, desafiando os privilégios das elites locais. Nesse contexto, a legislação da época passou por diversas mudanças, sendo a Lei de 29 de novembro de 1832 um símbolo desse processo. Essa normativa regulamentava o Código do Processo Criminal de Primeira Instância, estabelecendo a organização jurídica do Império e definindo as disposições preliminares para os indivíduos que fariam parte desse corpo político.

Como reflexo da centralização do poder em construção, destaca-se o seguinte trecho da Lei de 29 de novembro de 1832:

> Art. 8º Ficam extintas as Ouvidorias de Comarca, Juízes de Fora, e Ordinários, e a Jurisdição Criminal de qualquer outra Autoridade, exceto o Senado, Supremo Tribunal de Justiça, Relações, Juízos Militares, que continuam a conhecer de crimes puramente militares, e Juízos Eclesiásticos em matérias puramente espirituais (Brasil, Lei de 29 de novembro de 1832).

Por meio desse trecho, é possível perceber uma característica da conjuntura regencial que permaneceria no reinado de Dom Pedro II: a sobreposição do poder estatal sobre qualquer organização subordinada às autoridades locais. Os olhos da administração central[21] estavam por toda parte, representados pelo Senado, pelo Supremo Tribunal de Justiça e pelos Tribunais de Relação, enquanto as questões militares e eclesiásticas permaneciam em suas respectivas jurisdições.

[21] Para uma visão mais profunda sobre a construção da centralidade do poder no Estado brasileiro, ver o livro de Ilmar Rohoff de Matos (2017), *Tempo Saquarema*.

O aspecto mais relevante da Lei de 29 de novembro de 1832 para a relação entre imprensa e censura está no parágrafo primeiro do artigo 37:

> Art. 37. Ao Promotor pertencem as atribuições seguintes:
> 1º Denunciar os crimes públicos, e policiais, e acusar os delinquentes perante os Jurados, assim como os crimes de reduzir á escravidão pessoas livres, cárcere privado, homicídio, ou a tentativa dele, ou ferimentos com as qualificações dos artigos 202, 203, 204 do Código Criminal; e roubos, calúnias, e injurias contra o Imperador, e membros da Família Imperial, contra a Regência, e cada um de seus membros, contra a Assembleia Geral, e contra cada uma das Câmaras (Brasil, Lei de 29 de novembro de 1832).

Nele, observa-se a continuidade da Lei de 20 de setembro de 1830, que, embora garantisse a livre manifestação da opinião, estabelecia punições para impressores, editores, autores e até vendedores que cometessem crimes de injúria contra a família imperial, o sistema monárquico representativo e o Imperador. Segundo Humberto Fernandes Machado (2010), esses delitos eram considerados ainda mais graves quando praticados por meios impressos. Apesar disso, mesmo sem um mecanismo permanente de censura, a repressão à imprensa permanecia nos momentos críticos da política, refletindo o embate constante entre o poder oficial e a liberdade de expressão.

Os anos seguintes foram marcados por turbulência e instabilidade, decorrentes do processo de enraizamento social da monarquia e da legitimação da Coroa perante as forças dominantes do país. A consolidação do Império ocorreu às custas de intenso derramamento de sangue em revoltas separatistas. Segundo José Murilo de Carvalho (2022), entre 1832 e 1848, o Império brasileiro enfrentou levantes em quase todo o território, resultado do choque entre o complexo tecido social e a ordem imposta.

Entre 1832 e 1835, Pernambuco foi palco da Guerra dos Cabanos, na qual comerciantes portugueses, pequenos proprietários, índios e escravizados se uniram em um movimento reivindicativo em defesa da supremacia da Igreja Católica e do retorno de D. Pedro I ao trono. No Pará, conflitos inicialmente restritos a facções da elite local logo se espalharam pela população, transformando Belém em cenário de uma das maiores carnificinas da história nacional, com quase trinta mil mortos entre 1835 e 1840. Já em 1842, as medidas centralizadoras adotadas pelo governo provocaram revoltas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde, diferentemente do ocorrido no Norte, os levantes partiram das elites agrárias e escravistas, que temiam perder influência política em suas localidades (Carvalho, 2022).

Os ecos dissonantes de um Império em fratura se refletiam na imprensa, que, por meio de panfletos e livretos efêmeros, procurava difundir os interesses civis[22] – entendidos aqui como a parcela da população com *status* de cidadão reconhecido. Na Corte, circularam obras como *Ação, Reação, Transação*, do jornalista conservador Justiniano José da Rocha, que afirmava que tanto as revoltas separatistas quanto o comportamento combativo da imprensa eram explicados pelo fato de que "o trono ainda não tinha se enraizado no Brasil"; e *Cartas de Erasmo*, de José de Alencar (Sodré, 1966, p. 169).

Essa instabilidade latente só seria contornada na década seguinte. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), os anos 1850 testemunharam avanços tecnológicos significativos, como a expansão do uso do vapor, a construção de ferrovias que impulsionaram o comércio e a introdução do telégrafo, que fortaleceu as redes de comunicação. Essas transformações proporcionaram ao meio urbano uma relativa emancipação do ambiente rural, levando o autor a classificá-las como "progressistas[23]". Paralelamente, o Brasil vivia a falsa calma da conciliação entre Liberais e Conservadores, um arranjo político que visava manter a unidade do Império. O Segundo Reinado teve início sob essa aparente estabilidade, na qual o poder moderador, exercido por Dom Pedro II, buscava equilibrar os interesses de fazendeiros, traficantes de escravos e da Igreja (Rêgo, 2001, p. 46).

Essa tensa quietude foi abalada pelos eventos que culminaram na Guerra do Paraguai e seus desdobramentos. Durante o conflito, a imprensa tornou-se um espaço de discursos que buscavam legitimar a guerra, mesclando seu tom político habitual a um viés mais noticioso. As batalhas travadas no Sul do Império passaram a ocupar as manchetes das demais províncias, refletindo a magnitude do confronto. A década de 1860 trouxe não apenas a guerra, mas também profundas transformações na sociedade, na política e na economia, com a imprensa exercendo o duplo papel de agente e testemunha dessas mudanças (Matos, 2019).

Até aqui, buscamos destacar algumas movimentações importantes na história da imprensa brasileira, ainda que de forma superficial, para compreender seu comportamento. No entanto, é importante lembrar que a imprensa nacional demorou a se estruturar com um caráter noticioso e industrial, pois, durante o período colonial, qualquer atividade intelectual era vetada. Segundo José Murilo de Carvalho (2021), a Coroa portuguesa restringia a formação de juristas e médicos

[22] Sobre o conceito de cidadania em voga no período imperial, ver a discussão de José Murilo de Carvalho (2016) no livro, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. No texto, o autor faz um percurso histórico enveredando pelas contradições do conceito de cidadania, observando as modificações e permanências no conteúdo das ideias evocadas por ele desde 1822 até a primeira década dos anos 2000.

[23] Sobre progresso tecnológico do Brasil e o desenvolvimento da imprensa, Nelson Werneck Sodré (1966) elucida que aqui tivemos apenas duas etapas: a imprensa artesanal e a industrial, sendo a segunda bastante recente. No entanto, o autor pontua as novidades da década de 1850 e sua influência na imprensa nacional.

brasileiros às escolas de Coimbra como forma de manter a dependência com a metrópole, além de inibir tentativas de estabelecer uma imprensa no Brasil. Essa lógica de controle visava preservar o poder monárquico, já que a livre circulação de ideias na colônia era vista como uma ameaça à hegemonia portuguesa[24].

Essas restrições ao pensamento intelectual e à imprensa tiveram um impacto profundo no desenvolvimento do Brasil, especialmente quando comparadas a outros domínios coloniais no continente. Enquanto na América Espanhola o intervalo entre o início da colonização e o surgimento dos primeiros jornais foi de apenas 14 anos, e na América Inglesa não ultrapassou 18 anos, no Brasil esse hiato se estendeu por impressionantes 276 anos. Esse atraso evidencia o rigoroso controle imposto pela Coroa portuguesa e suas consequências de longo prazo para a circulação de ideias e a construção de uma esfera pública no país (Pires Junior, 2019).

2.4 A Guerra impressa: o jornalismo brasileiro durante a guerra do Paraguai e notas sobre o silêncio

Apesar de, por muito tempo, a Guerra do Paraguai ter sido excluída do rol dos grandes conflitos da humanidade e considerada uma guerra pré-tecnológica de práticas bélicas atrasadas, ela representou o maior confronto bélico da América do Sul (Squinelo, 2002). No entanto, sua rememoração não deve se restringir à carnificina gerada, como sugere Erick Hobsbawm (1998), pois o conflito incorporou tecnologias de ponta, redefiniu as dinâmicas das políticas internacionais e exerceu influência direta sobre o comportamento da imprensa.

Tal perspectiva equivocada e até mesmo depreciativa sobre o conflito, adotada por pensadores de renome como Erick Hobsbawm, resulta do apagamento da memória da Guerra do Paraguai, influenciado por uma série de fatores que vão desde eventos sistemáticos até circunstâncias ocasionais. Entre esses fatores, destaca-se a política do Império brasileiro, que, conforme aponta Marcelo Santos Rodrigues (2009), contribuiu para esse esquecimento ao negligenciar o apoio aos ex-combatentes e às famílias dos soldados mortos em batalha, além de não incentivar as comemorações populares pelo regresso dos batalhões de voluntários da pátria.

Esse apagamento da memória da Guerra do Paraguai é evidenciado também pela documentação republicada nos jornais brasileiros ao fim da guerra. Marcelo Santos Rodrigues

[24] José Murilo de Carvalho (2022), em seu livro *A construção da ordem: teatro das sombras*, debate sobre estas restrições ao pensamento intelectual no Brasil. Durante muito tempo, a formação dos nossos juristas e médicos dependia das escolas de Coimbra. A restrição à atividade da imprensa fazia parte dessa mesma lógica de manutenção do poder monárquico. A livre circulação de ideias era considerada algo perigoso.

(2009) destaca, por exemplo, a postura oficial do Império do Brasil, conforme noticiado pelo periódico portalegrense *A Reforma*. Na edição de 08 de fevereiro de 1870, sob o título "Correspondência de Assunção", o jornal trazia a negativa do governo imperial em relação a qualquer ato festivo. A publicação informava que os corpos dos batalhões do exército deveriam seguir diretamente do Paraguai para os seus destinos, sem serem acompanhados por esquadras ou esquadrilhas, e sem celebrações populares ou públicas para marcar seu retorno à pátria: "Nada de festejos públicos, de festas populares pelo seu regresso à pátria" (Rodrigues, 2009, p. 44-45).

O movimento contrário às festividades era retratado também nos periódicos das demais províncias brasileiras, com publicações de mesma índole se repetindo de Norte a Sul do país. Segundo Marcelo Santos Rodrigues (2009), ao término do confronto, o Império brasileiro adotou uma postura fria para com os ex-combatentes, evitando ao máximo proporcionar qualquer evento comemorativo para as tropas que retornavam à pátria. Essa postura não passou despercebida e foi amplamente divulgada, questionada e, por vezes, justificada pela imprensa. Jornais como o *Correio Paulistano* e o *Jornal do Commercio* apresentaram diferentes versões sobre a quietude imposta no pós-guerra, mas, em última análise, essas medidas do governo imperial acabaram por contribuir para o "silenciamento" dos ecos da Guerra do Paraguai, dificultando a lembrança pública do conflito e seus efeitos.

Ao fim da guerra, ainda sem completar um mês desde o encerramento das hostilidades, o *Correio Paulistano* publicou, em sua seção de folhetins, irônicas críticas ao desleixo do governo imperial em relação ao momento de regresso dos soldados:

> As semanas correm em nossa terra, minha senhora completamente áridas de assumpto para folhetim. De vez em quando apparece aqui um ou outro artista que derrama flores que nós folhetinistas colhemos e offerecemos ao vosso bom gosto; mas isso é tão raro... Desta vez tivemos uma visita importante, á quem não podemos deixar de saudar, do mesmo modo porque aconteceu da parte do povo paulistano. Entrou ella pelas portas da cidade, acompanhada de uma immensidade de vultos majestosos, e imponentes que sorriam ás acclamações que os recebiam, e ao enthusiasmo que elles ateavam nos corações de todos os filhos desta bella terra. Tudo ardia em patriotismo e expandia a alma nos hurrah e vivas que levantavam á lisongeira visita lhes fazia tão excelso personagem. V. ex já advinhou do que eu queria fallar-lhe _ da visita da Gloria. [...] Fallemos, continuemos antes a fallar da Gloria. Fallemos antes do ardor popular, dos gritos, dos hurrahs, que se levantam em honra dos nossos bravos que são verdadeiros heróes. Relembremos antes – esse rosario de decepções que desfiaram os soldadeiros brasileiros, até conseguirem que Gloria lhes sorrisse, e os chamasse para o Pantheton Nacional. Fallemos antes das lagrimas que derramam tantas familias, tantos amigos, que ainda hoje cobrem-se de luto, pela morte de seus filhos e dos dilectos de seu coração angustiado e saudoso. [...] Vivam os restos mortais do

> pavilhão brasileiro!... (Folhetim do Correio Paulistano. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano. XVII, n. 4121, n.p., 27 mar. 1870).

O folhetim da edição de 27 de março de 1870 do *Correio Paulistano* recorre à figura feminina de uma certa "Gloria", que, no enredo, chega à cidade sob louvores e burburinhos, justamente para contrapor a glória negada aos soldados regressados da guerra, aos quais foi usurpado o devido lugar no "Pantheton Nacional". Descritos como os "restos mortais do pavilhão brasileiro", o jornal elucida que, aos heróis da pátria, pouco ou nada foi reservado, além do luto saudoso de suas famílias.

De acordo com Ana Paula Squinelo (2002), a Guerra do Paraguai foi se transformando em uma "desconhecida" entre nós, pois, além da ausência de celebrações oficiais no pós-guerra imediato, sua imagem passou a ser acessada por diferentes prismas de representação. Com o tempo, o confronto, outrora negligenciado, foi ressignificado e incorporado à construção de uma narrativa de passado "glorioso" para a nação. Gradativamente, a guerra tornou-se uma ferramenta discursiva na formação do patriotismo, sendo utilizada pelo governo imperial, pelo Exército e até por indivíduos que se valeram de suas lembranças dos tempos de guerra para se consolidarem no cenário político.

O fim do conflito marca o início do esforço para compreender a guerra e atribuir significado aos símbolos criados no calor da batalha. Nesse contexto, diversos textos com reminiscências de ex-combatentes foram publicados no Brasil. Exemplos desse tipo de narrativa incluem *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*, de Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira; *A retirada da Laguna, Episódio da guerra do Paraguai* e *Memórias de guerra e viagem*, de Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (Squinelo, 2002).

Em muitas dessas narrativas pessoais, refletiram-se posteriormente os interesses do Estado brasileiro, como no livro memorialista de Arthur Silveira da Mota, o Barão de Jaceguai, *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. A obra ganhou uma edição especial publicada pelo Senado brasileiro em 2011, precedida por um prefácio repleto de elogios ao "herói de guerra" e à atuação do Exército brasileiro durante o conflito, evidenciando a importância atribuída às narrativas sobre a Guerra do Paraguai. Para Ana Paula Squinelo (2002), grande parte do entendimento sobre a Guerra do Paraguai originou-se da difusão desses livros de reminiscências de ex-combatentes, nos quais prevalece a história dos vencedores, sem contradições.

A pesquisa sobre o comportamento da imprensa durante o conflito permite acessar outras representações dos acontecimentos, não por carregarem a "verdade" dos fatos, mas porque esse tipo de documento carrega consigo a pretensão de realidade.

> Desse medo, a relativamente recente valorização dos jornais como fontes históricas importantes completa um conjunto de fontes que poderíamos classificar como ‘fontes realísticas’ – não porque expressam a verdade ou a realidade pura, mas porque tem a intenção de se mostrar aos leitores ou destinatários do discurso como diretamente referentes à realidade (Barros, 2023, p. 44).

Ao investigar a interpretação da realidade nos jornais, adentramos um terreno complexo, pois, como destaca José D’Assunção Barros (2023), o jornal pertence à categoria das “fontes realísticas”, o que implica que o texto jornalístico se apresenta com a pretensão de transmitir uma “verdade” completa, nula em contradições. Dessa forma, o historiador que pesquisa jornais deve estar atento a essa característica, para evitar se ludibriar pela narrativa jornalística. Ao selecionar um jornal como fonte histórica, é essencial reconhecer que ele revela visões parciais da realidade, levando em conta a intencionalidade do discurso, os agentes responsáveis pela redação e as influências que moldaram o conteúdo.

Portanto, para refletir sobre a Guerra do Paraguai por meio dos jornais, é fundamental considerar as particularidades do contexto bélico. De maneira geral, os jornais podem ser analisados como “fontes realísticas”, mas esse aspecto se intensifica quando os discursos são marcados pelo teor da guerra, pois há a necessidade de legitimar os atos do confronto. Assim, em tempos de guerra, o jornalismo busca transmitir a “verdade” para apoiar a criação e difusão de símbolos patrióticos que justifiquem o conflito.

Todavia, como destaca Barros (2023, p. 45), “os jornais são instrumentos e campos de lutas, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso”. A historiografia sobre o comportamento da imprensa durante a Guerra do Paraguai permite compreender o período em sua complexidade, revelando o contexto político, a situação econômica e a tentativa do Estado brasileiro de criar um ideal de patriotismo capaz de recrutar homens para o campo de batalha. Essa diversidade de percepções sobre o conflito se deve, em parte, à liberdade de imprensa vigente no Brasil da década de 1860.

O reinado de Dom Pedro II adotou uma postura distinta em relação à imprensa, buscando valorizar – ou construir – a cultura nacional e promover a ideia de pertencimento e unidade. O monarca incentivou o trabalho de intelectuais na criação de símbolos para o imaginário de “nação”, e a atuação dos correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passou a ser valorizada por colaborar com os interesses do Império na imprensa periódica (Antônio; Cerqueira, 2020).

A postura mais "flexível" de Dom Pedro II em relação à imprensa deu ao jornalismo brasileiro maior liberdade, permitindo até críticas abertas à figura do Imperador. Durante o conflito, as críticas ao governo se somaram à desaprovação da Guerra do Paraguai, que ganhou o repúdio de parte da imprensa e da população[25] devido às pesadas demandas de recursos financeiros e humanos que exigia.

Na década de 1860, o Brasil vivenciava um clima de liberdade de pensamento, claramente percebido por viajantes estrangeiros como Charles Ribeyrolles, que observou que a imprensa brasileira podia "exprimir-se livremente, sem entraves fiscais, rigores administrativos e repressões judiciárias" (Machado, 2010, p. 47). Essa característica possibilitou acompanhar a transformação do comportamento da imprensa em relação à Guerra do Paraguai. Inicialmente, a imprensa se alinhava aos interesses particulares e estatais, apoiando a propaganda patriótica para o recrutamento de homens, mas, à medida que o conflito se arrastava, os discursos mudaram, passando a criticar abertamente o empreendimento bélico do Império nas fronteiras do Sul.

Nos primeiros dois anos de conflito, a imprensa brasileira deu apoio quase absoluto ao movimento de guerra, acreditando que a união entre o Império brasileiro, Argentina e Uruguai contra a pequena república paraguaia resolveria rapidamente a questão bélica (Pires Junior, 2019). Essa crença no caráter momentâneo da guerra fez com que o Império brasileiro usasse o acontecimento para produzir discursos em favor da unidade nacional, pois, a partir da guerra, todas as províncias estariam convocadas a proteger a "pátria ultrajada".

> O discurso implementado pelo governo por via dos jornais visava à construção de uma identidade nacional, a qual estava ligada à questão geográfica. Esse discurso agregava a unidade territorial como uma maneira de demonstrar a centralidade do poder monárquico, idealizado como sendo o elo de integração nacional do Império brasileiro em meio a instabilidade das Repúblicas latino americanas (Araújo, 2015, p. 76).

Em concordância com os ideais do Império, circularam jornais de grande impacto, como o *Jornal do Commercio*, fundado por Pierre Placer de La Noé, francês naturalizado brasileiro, que se tornou um dos mais importantes órgãos conservadores do Rio de Janeiro, atuando desde 1827 até os dias atuais. Alinhado às mais novas tecnologias de imprensa, o periódico já utilizava litogravuras sobre mármore, encomendadas ao francês Hércules Florence na década de 1820.

[25] A desilusão geral sobre a Guerra do Paraguai é abordada em diversos trabalhos, destacando-se a tese de doutorado de Arnaldo Lucas Pires Junior (2019), *Imagens em guerra: Imprensa, nacionalismo e formação do Estado brasileiro na Guerra do Paraguai*.

Durante a Guerra do Paraguai, o *Jornal do Commercio* se destacou por sua postura mais informativa do que partidária, funcionando como instrumento do Império brasileiro ao divulgar o discurso oficial, publicando atos do Executivo, correspondências oficiais e debates parlamentares, quase como um órgão informativo oficial (Araújo, 2015; Sodré, 1994; Ramos, 2015).

Na edição de 26 de dezembro de 1866, o *Jornal do Commercio* descreve a investida bélica do Império brasileiro contra o Paraguai como uma missão libertadora, que livraria a república paraguaia da tirania de Solano Lopez:

> Se possivel fosse fazer descer Humaitá a lutar, flutuando comnosco no oceano, dariamos então aos registros da historia patria uma pagina dourada de sangue, de triumpho completo, immorredouro. O contrario, não. Como o Icaro dos mytos não atingirias o nosso sol, encadinho do ouro refervessem embora os brios e a coragem. [...] Em breve nossos canhões irão salpicar as cadeas que jungem a liberdade ao cêpo da tyrania. Em breve nossa collossal artilharia derramará nesse chão que mirra a vergôntea da flôr do progresso, rastilho de sangue paralelo a um rastilho de liberdade e luz! (**Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano. XIII, n. 358, n.p., 26 dez. 1866).

A fortaleza de Humaitá, citada pelo *Jornal do Commercio*, só seria conquistada pelas tropas aliadas em julho de 1868. Até então, o jornal manteve uma narrativa semelhante à da edição de 26 de dezembro de 1866, na qual a resistência paraguaia era descrita quase como um ato de covardia, pois parte do exército paraguaio permanecia protegido atrás da robusta fortaleza, enquanto a gana em derramar o sangue inimigo era retratada como parte da gloriosa missão de levar liberdade àquele solo.

Outro jornal de destaque no Rio de Janeiro, também redigido por um francês, foi o *Diário do Rio de Janeiro*, de M. Jourdan Ainé. Em circulação desde 1821[26] até o final da década de 1870, acompanhou todas as fases da Guerra do Paraguai como órgão do Partido Conservador. Apesar das perseguições "extraoficiais" no início de sua trajetória, que chegaram a resultar em um atentado contra sua tipografia, o periódico consolidou sua posição. Durante o conflito, criticou os jornais que usavam a guerra para atacar o governo, defendendo o Imperador e mantendo, ao longo dos anos, uma postura favorável ao Império, exaltando a liderança do Duque de Caxias, já consagrado como herói de guerra (Rodrigues, 2009; Sodré, 1966).

Desde que o Marques de Caxias assumiu o comando das tropas imperiais, em outubro de 1866, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou fervorosos textos em seu apoio: "invejar, foi

[26] Apesar de Nelson Wenerck Sodré (1966) definir o início das atividades do *Diário do Rio de Janeiro* ao ano de 1823, pesquisas recentes adiantam essa data para 1821.

sempre o primeiro a preconizá-la. Ele não fez tudo; mas seus antecessores e sucessores não fizeram mais que ele" (Rodrigues, 2009, p. 184). Esse tom defensivo refletia a crescente desaprovação pública à guerra, intensificada pela morosidade de Caxias em avançar contra o inimigo, embora seus esforços tenham pavimentado o caminho para a vitória. Além de sua atuação política, o jornal desempenhou um papel relevante na literatura brasileira, publicando crônicas, poesias e folhetins. Grandes nomes da literatura nacional surgiram em suas páginas, como José de Alencar, que, enquanto chefe de redação em 1856, lançou seu primeiro livro, *Cinco Minutos*, a partir de um folhetim veiculado no periódico. Nos anos seguintes, o jornal também publicou *O Guarani* (1857) e *A Viuvinha* (1860), consolidando sua influência na cultura nacional (Sodré, 1966).

Foi também no *Diário do Rio de Janeiro* que Machado de Assis iniciou sua carreira jornalística em 1860 (Sodré, 1966). Durante a Guerra do Paraguai, suas crônicas ajudaram a consolidar a imagem de Francisco Solano López como símbolo da barbárie e do atraso que o Brasil deveria derrotar em nome da civilização. A guerra, além de exigir combatentes, demanda comoção e sentimento de pertencimento, fundamentais para que os soldados se disponham a morrer pela nação. Nesse contexto, as crônicas de Machado de Assis no folhetim *Ao Acaso*, publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, buscavam despertar no leitor um forte sentimento patriótico.

> O folhetim precisa dizer o que pensa, o que sente, o que julga a respeito das últimas ocorrências naquela parte da América? Haverá acaso duas opiniões e dois sentimentos nesta questão nacional? Não há um só ponto de vista na apreciação das arlequinadas de Lopez e Aguirre? O enunciado contém a resposta. Vinga-se atualmente no campo da ação a honra nacional. O valor do exército brasileiro não está fazendo as suas provas; já as fez, já foi consagrado naquelas mesmas regiões. Nem a tarefa pode assoberbá-lo desta vez: para aquelas crianças traquinas, constituídas em nações, bastam a vergasta e a palmatória. A consciência da justiça que anima os nossos soldados, é já um penhor de vitória (ASSIS, Machado. Ao Acaso. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano. XLV, n. 02, n.p., 01 jan. 1865).

A exaltação de Machado de Assis (1865) ao poder bélico do Exército brasileiro não refletia a realidade da época, mas, sim, seu sentimento patriótico, pois, no início da guerra, o Brasil contava com apenas 14.000 soldados, menos de um terço do efetivo paraguaio. Nos anos finais do conflito, Machado de Assis manteve viva a narrativa do sacrifício patriótico com o romance *Iaiá Garcia*, publicado em 1867. Originalmente veiculada em folhetim no jornal *Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, a obra narra a história de Jorge, jovem voluntário formado pela

Faculdade de Direito de São Paulo, que abandona um casamento arranjado e sua posição social para lutar na Guerra do Paraguai (Filho, 2018; Nunes, 2007).

De fato, muitos voluntários deixaram suas casas e planos para combater na Guerra do Paraguai, mas raramente homens do mesmo *status* social que Jorge, personagem de *Iaiá Garcia*. O tributo de sangue exigido pela guerra foi pago, sobretudo, por homens humildes e ex-escravizados, libertos apenas para engrossar as tropas. Diferente do que sugere o romance, o alistamento não foi movido essencialmente pela paixão patriótica, pois a "caça" a voluntários esteve presente durante quase todo o conflito por meio do recrutamento forçado (Araújo, 2015; Rodrigues, 2009).

Ainda entre os grandes jornais da Corte do Rio de Janeiro, destaca-se o *Correio Mercantil*, que, sob a redação de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, circulou de 1848 até dezembro de 1868, acompanhando quase todos os momentos importantes da Guerra do Paraguai (Santana, 2021). O periódico exemplifica a ambiguidade do jornalismo brasileiro em relação ao conflito, pois, desde o início, permitia ao leitor conhecer o inimigo ao publicar, na seção intitulada de "Exterior", informações sobre a história política do Paraguai. Nessas narrativas, o povo paraguaio era descrito como adestrado sob a rédea da escravidão, governado por uma sucessão de ditadores desde a independência.

> Essa postura do Correio Mercantil, caracterizando o povo paraguaio como um povo submisso, manso e afeito ao autoritarismo, e seu governo republicano, como um reinado despótico, não era inocente. O governo brasileiro, monárquico parlamentarista e escravista, se via cercado de repúblicas, que poderiam vir a ameaçar a integridade do próprio sistema de domínio imperial (Gerude, 2019, p. 22).

De acordo com Johny Santana Araújo (2015, p. 83), "à imprensa coube o papel de difusor do discurso governamental e das camadas que gravitavam ao seu redor". No entanto, o *Correio Mercantil*, de tradição Liberal, mudou drasticamente seu posicionamento sobre a guerra após a entrada do Marques de Caxias no campo de batalha, uma vez que o experiente comandante era um conservador nato.

O tom ácido do *Correio Mercantil* em relação à Guerra do Paraguai era motivado tanto pela incompatibilidade política com o Marques de Caxias quanto pelo entendimento de que o conflito era excessivamente dispendioso, exigindo vastos recursos humanos e financeiros. Os altos custos bélicos levaram o Brasil a uma grave crise econômica, já que a guerra consumia incessantemente armas e homens. Essa fase dispendiosa do confronto alimentou uma imprensa de acusação, que responsabilizava o governo imperial pelos prejuízos decorrentes da guerra. A

oposição do *Correio Mercantil* ao conflito já era evidente nos primeiros anos, como demonstra a edição de 9 de novembro de 1866, na qual, por meio da matéria intitulada "Guarda Nacional", o jornal debate a difícil situação das famílias dos combatentes que serviam nos campos de batalha do Paraguai:

> Os guardas arrancados às suas famílias, cujo amparo único erão, e que escaparem do açougue do Paraguay, hão de voltar mutilados afim de dar o edificante espetaculo de mendigar da caridade publica o pão cotidiano, e hão de alcançar da generosidade do governo brasileiro a pensão de 400 rs. Os beneméritos commandantes que cá ficarão no quartel da saúde, serão condecorados em resposta as justas arguições feitas pela imprensa. Continuem Srs. Donatarias desta boa terra do Brasil, a espicaçar os ilhares do gigante que ruge em sonhos; mas lembrem-se, que quando ele desperta, os accessos de sua colera são terríveis! (Polireny. Guarda Nacional. **Correio Mercantil,** Rio de Janeiro, ano. XXIII, n. 310, n. p., 9 nov. 1866).

Ao analisar a matéria Guarda Nacional publicada pelo *Correio Mercantil*, nota-se que, ao contrário dos jornais que promoviam a propaganda do recrutamento, o periódico retratava a guerra não como uma cruzada civilizadora do Império, mas como uma carnificina egoísta, da qual os voluntários retornariam amputados e sem recursos. O descrédito em relação ao conflito era tão profundo que o jornal chegava a sugerir estratégias militares, evidenciando sua oposição à condução da guerra.

Segundo Francisco Doratioto (2002), o *Correio Mercantil* alertou, em suas publicações, sobre o despreparo das tropas brasileiras na tentativa de recuperar o Mato Grosso, invadido pelo exército paraguaio em 1864. O periódico destacava a qualidade dos navios de Assunção, capital do Paraguai, e mencionava o bom exército e a artilharia inimiga. Indicava ainda que as forças brasileiras precisavam dispor de "quatro canhoneiras encaroçadas" no Rio Paraguai para dar suporte a futuras batalhas (Doratioto, 2002, p. 98).

A imprensa de oposição à guerra ganhou força, discutindo abertamente questões como o prejuízo econômico, a convocação de voluntários e os soldos em atraso, com alguns jornais sendo criados especificamente para fomentar críticas. Sobre esse ponto, Arnaldo Lucas Pires Junior (2019) destaca uma importante variante do jornalismo na década de 1860, quando a imprensa ilustrada se destacou no Brasil, impulsionada pelo avanço das tecnologias de xilogravura e litogravura, que chegaram a mais tipografias.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), a primeira litografia no Brasil data de 1826, sendo uma iniciativa da Coroa, e a primeira escola de litógrafo foi administrada por Johann Jacob Steinmann, que ensinou a arte aos soldados do 27º Batalhão de Estrangeiros. Inicialmente, a litogravura atendia apenas aos interesses da Coroa. Com a popularização da

xilogravura e o acesso à litogravura, o visual da guerra passou a dominar, sendo representado nos periódicos ilustrados, que traziam imagens do campo de batalha, além de caricaturas do inimigo e de figuras importantes da política brasileira, incluindo o próprio imperador. Considerando o elevado índice de analfabetismo no Brasil da segunda metade do século XIX, é possível entender por que as ilustrações ganharam importância no jornalismo da época, pois ampliavam capacidade de comunicação dos periódicos (Araújo, 2015).

Segundo Johny Santana Araújo (2015, p. 106), no século XIX, "a expansão da notícia se dava através da divulgação nas ruas, por meio da transposição da mensagem escrita, do burburinho das esquinas, da conversa na porta de casa". É nesse ambiente de circularidade oral das notícias que o jornalismo ilustrado impactava, pois trazia o visual para compor parte desse esquema, onde o que era visto logo também era falado.

Parte da trajetória da imprensa ilustrada no Brasil pode ser pensada por meio da figura de Ângelo Agostini. Italiano de origem, chegou ao país com 16 anos e, ao longo de sua vida, retratou, por meio da arte, o que considerava contraditório e injusto na sociedade brasileira. O começo de sua atuação como jornalista coincide com o estopim da Guerra do Paraguai em 1864, quando, ao lado do abolicionista Luiz da Gama, inaugura em São Paulo o periódico *O Diabo Coxo* (Pires Junior, 2019). De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), embora tenha circulado por apenas um ano, *O Diabo Coxo* é um marco na imprensa ilustrada por seu teor reivindicativo. Além dos fundadores, contribuíram com o periódico Américo Campos, Bernadinho Campos e Sinzenando Nabuco.

Por meio das ilustrações sátiras de Ângelo Agostini, *O Diabo Coxo* levantava questionamentos sobre a escravidão, o caráter conservador da política imperial, as ideias republicanas e, de maneira mais incisiva, a desaprovação da Guerra do Paraguai. O pequeno jornal ilustrado de oito páginas tocou profundamente nas feridas do Império quando Agostini fez questão de produzir caricaturas a respeito do recrutamento forçado de "involuntários" para a pátria.

Não por acaso, *O Diabo Coxo* teve vida curta no cenário do jornalismo paulista, já que incomodava despudoradamente as elites locais. Em 1866, Ângelo Agostini ensaiava seu retorno à imprensa ilustrada no comando de outro jornal de comunicação ácida, *O Cambrião*, onde continuou a desferir críticas à monarquia, ao clero e ao andamento da Guerra do Paraguai. Foi no jornal *O Cambrião* que sua célebre ilustração do feriado de finados, considerada desrespeitosa com a data cristã, lhe rendeu uma mudança forçada para o Rio de Janeiro diante das ameaças que passou a receber (Pires Junior, 2019; Sodré, 1966).

Em 1868, já no Rio de Janeiro, Ângelo Agostini começou a colaborar com periódicos ilustrados, como a revista *A Vida Fluminense*. Nesse período, com o fim da Guerra do Paraguai e a queda do Gabinete Liberal de Zacarias Góes, a imprensa republicana ganhou força, e Agostini retratava uma pátria exaurida pela guerra. Sua consagração na imprensa ilustrada veio com a *Revista Ilustrada*, criada por ele em 1876. O periódico, que circulou até 1989, destacou-se não apenas pela introdução das primeiras histórias em quadrinhos, mas também por seu intenso ativismo em prol da abolição da escravatura (Sodré, 1966; Telles, 2010).

Outra revista ilustrada que merece destaque por sua cobertura da Guerra do Paraguai é a *Semana Ilustrada*, publicada por Henrique Fleiuss. Circulando no Rio de Janeiro desde 1860, a revista manteve-se em atividade até 1876, desafiando a habitual brevidade dos periódicos da segunda metade do século XIX. Ganhou relevo na imprensa nacional ao contar com a colaboração de importantes nomes da política e intelectualidade brasileira. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), entre os colaboradores da revista estavam figuras de destaque da época:

> Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, etc. Teve como correspondentes na guerra com o Paraguai a Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, Luís von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, Alfredo d'Escragnolle Taunay (Sodré, 1966, p. 246).

Em suas primeiras edições, a *Semana Ilustrada* contou apenas com ilustrações de seu fundador, Henrique Fleiuss, mas, com o tempo, passou a contar com a colaboração dos litógrafos H. Aranha, Aristides Seelinger, Ernesto Augusto de Sousa e Silva e Aurélio de Figueiredo. O periódico utilizou suas litogravuras para difundir a ideia de "nação", empregando personagens que representavam de forma romântica e fantasiosa a unidade do povo brasileiro (Sodré, 1966).

Sobre esse ponto em específico, destacamos a contribuição de Angela Cunha da Motta Telles (2010), que apresenta um dos trabalhos mais consistentes sobre a imprensa ilustrada que tivemos acesso durante o processo de revisão bibliográfica desta dissertação:

> Fleiuss criou a jovem índia Brasília, idealizada como representante da nação brasileira, modelo de patriotismo tão em evidência naquele momento de romantismo indianista, de poesia participante. Ele criou ainda personagens protagonistas de sua revista: o Doutor Semana, narrador dos episódios da semana, branco, cabeça avantajada, vasta cabeleira e corpo franzino; e o Moleque, seu auxiliar, negro, esbelto, trajando libré. Todos representativos de

> formas de relacionamento de uma sociedade escravocrata (Telles, 2010, p. 40).

O perfil dos colaboradores da revista *Semana Ilustrada* e as características dos personagens criados por Henrique Fleiuss indicam claramente a preocupação do periódico com a Guerra do Paraguai. O momento exigia a romanização de tudo o que fosse nacional, buscando criar uma forte identificação com o sentimento patriótico e a unidade nacional, refletindo a necessidade de justificar e reforçar o apoio popular à guerra e ao Império.

De acordo com Angela Cunha da Motta Telles (2010), durante o conflito, Fleiuss enviou fotógrafos ao campo de batalha para fornecer à revista imagens reais dos acontecimentos na Bacia do Prata. Toda a retórica da *Semana Ilustrada* foi voltada ao apoio ao Império, utilizando fotografias, caricaturas e textos que legitimavam a guerra, retratando-a como uma luta civilizatória. Nesse contexto, o inimigo era apresentado como incivilizado, chegando a ser representado de forma animalesca, com soldados paraguaios sendo comparados a cachorros e macacos.

A *Semana Ilustrada* teve papel de destaque na produção de símbolos sobre o conflito:

> [...] à *Semana Ilustrada*, do alemão Henrique Fleiuss, aliado assumido do imperador D. Pedro II, a realização de uma cobertura jornalística com editorais e notícias ilustradas que eram publicadas sistematicamente. Assim, o leitor passava a contar com substancial apoio das imagens do teatro da guerra, em complemento à leitura dos periódicos textuais, para construir seu imaginário do conflito (Telles, 2010, p. 94).

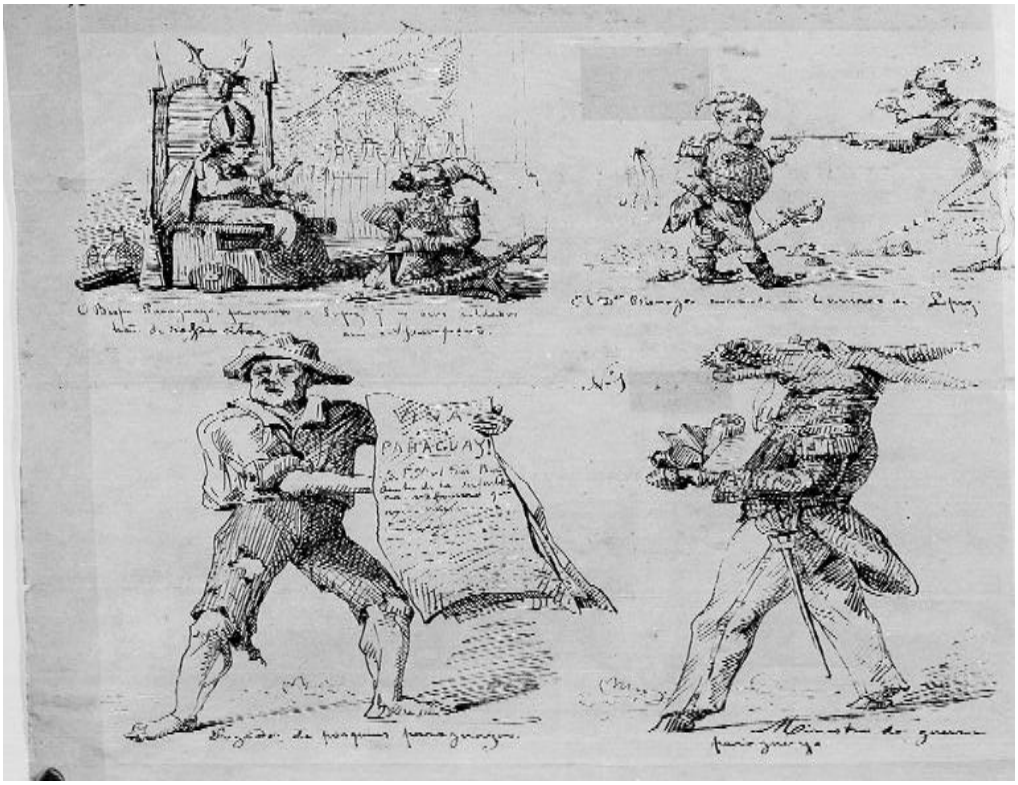
A revista de Fleiuss tinha uma certa singularidade no modo de produzir jornalismo na época, organizando as notícias por meio de editoriais e cobrindo o teatro da guerra com textos, artes e fotografias sobre os acontecimentos nas fronteiras do Sul do Império. Embora harmonizasse com os interesses imperiais, a *Semana Ilustrada* era um empreendimento independente. No entanto, como afirma Nelson Werneck Sodré (1966), também houve tentativas de fixar uma revista ilustrada oficial, como o *Paraguai Ilustrado*, que circulou brevemente entre julho e outubro de 1865, mas não caiu no gosto do público por manter uma narrativa evidentemente tendenciosa em relação às questões do governo imperial.

Desde sua primeira tiragem, o estilo da revista era de escárnio violento ao inimigo platino, retratando os soldados paraguaios como bestas animalescas ou quase demoníacas (Pires Junior, 2019). *O Paraguay Illustrado* buscava construir a imagem do inimigo como a personificação do mal, mas o teor repugnante de suas litogravuras não foi bem aceito, o que justifica sua curta duração. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966), dificilmente o caráter

combativo e irreverente do humor se norteia pela possibilidade de inspirar e manter, em seus leitores, a convicção de que se trata de um retrato fiel e isento da realidade. No entanto, mesmo no jornalismo ilustrado de humor satírico e grotesco, como o da revista *Paraguay Illustrado*, havia a pretensão de representar uma "verdade". Acreditar que o inimigo platino concentrava toda a torpeza e maldade existentes fazia parte dos esforços em prol do êxito da guerra.

As litogravuras do *Paraguay Illustrado* eram acompanhadas de textos em letra cursiva, escritos de forma desleixada, contrastando com as letras desenhadas de documentos oficiais ou cartas. A "feiura" da escrita no periódico pode ser interpretada como um elemento intencional, reforçando o aspecto grotesco que buscava transmitir, aspecto que pode ser observado na figura 01:

Figura 01: Caricaturas de escarnio ao inimigo no *Paraguay Illustrado*.



Fonte: **Paraguay Illustrado**, Rio de Janeiro, ano I, n. 01, p. 02, 18 jul. 1865.

Na Figura 01, publicada na página dois da primeira edição de 18 de julho de o *Paraguay Illustrado*, observa-se uma série de quatro litogravuras que representam, respectivamente: o "bispo paraguaio" ajoelhado aos pés de López; um soldado armado com uma bionga "curando a loucura de Lopez"; um "pregador de pasquins paraguaio" sujo e maltrapilho; e, por fim, o "ministro da guerra do Paraguay", ilustrado como uma criatura antropomorfa, entre homem e asno. Esses elementos satíricos recorrem a uma das principais estratégias do discurso bélico

dos jornais brasileiros: a representação da falta de liberdade, simbolizada pelo bispo submisso ao ditador, e da incivilidade, expressa nas figuras que representam a intelectualidade paraguaia; o ministro asno e o distribuidor de pasquins miserável.

No entanto, Arnaldo Lucas Pires Junior (2019) explicita que esse movimento de difusão da imprensa ilustrada não foi simultâneo nem ocorreu imediatamente após o estopim da guerra. Para o autor, à medida que o conflito se prolongava, a crescente demanda por informações fez com que a imprensa ilustrada ganhasse relevância, tornando a estética da guerra um requisito essencial para o jornalismo nos tempos de guerra.

Nelson Werneck Sodré (1966) destaca que outros jornais de relevo na Corte na década de 1860 problematizavam questões sobre a guerra, como *O Opinião Liberal*, que em 13 de dezembro de 1867 já discutia o destino dos ex-escravos libertos no Exército na Guerra do Paraguai.

> Com um tal exército, espera o governo salvar a honra do país e desagravá-lo das ofensas recebidas. A conseguir êsse resultado, o Gabinete Zacarias, que deve sua existência ao elemento servil, terá de registrar mais um grande motivo de gratidão a êsse elemento. Limitamo-nos a consignar tão importante notícia; aguardamos por ora os comentários (Sodré, 1966, p. 231).

Em 1869, começou a circular *A Reforma*[27] jornal de corrente liberal que, em seu manifesto inaugural, contou com a assinatura de figuras proeminentes do Império brasileiro, como José Tomás Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis e Vasconcelos. Com o lema "A reforma ou morte", o periódico defendia pautas ousadas, como o fim do recrutamento militar forçado e da escravidão. Em 1872, sob a direção de Ouro Preto, trouxe nomes marcantes para a literatura brasileira, incluindo o jovem Lima Barreto (Sodré, 1966, p. 231).

As representações da Guerra do Paraguai não se restringiram a Corte, no Rio de Janeiro. A batalha simbólica, simultânea às batalhas físicas, se espalhou pelas demais províncias do Império. O conflito, dispendioso em todo o Império, foi ainda mais caro para as províncias brasileiras do Sul, pois suas fronteiras se transformaram em trincheiras de guerra. No Rio Grande do Sul, esteve no *front* de batalha o jornal *A Sentinela do Sul*, que circulou entre 1867

[27] Encontramos inconsistências quanto ao começo das atividades do jornal *A Reforma.* Na hemeroteca do site da Biblioteca Nacional, tivemos acesso a edições do periódico datando desde 1851, as quais informam que foi produzido na tipografia de J. L da Silva, no Rio de Janeiro. Cremos que Nelson Werneck Sodré, referindo-se ao jornal *A Reforma*, que estreou na Corte em 1869, estivesse falando da circulação do periódico na cidade, e não do local em que era produzido. Nesse mesmo ano, seria lançado, em Porto Alegre, o Jornal de vertente liberal *A Reforma* (Santos; Medeiros, 2005). Portanto, compreendemos que se trata de dois jornais com o mesmo nome em circulação simultânea no Rio de Janeiro e que o autor estivesse se referindo ao periódico produzido em Porto Alegre, já que não raro os jornais circulavam para além dos limites de suas províncias.

e 1869. O periódico de Júlio Timóteo Araújo e Manuel Felisberto Pereira da Silva tinha sede na capital Porto Alegre e trouxe para seus leitores narrativas ilustradas da guerra (Schäfer, 2012).

A retórica do periódico baseava-se na figura do herói de guerra, símbolo do esforço rio-grandense para livrar o Império do déspota paraguaio, Solano López. Kelly Oliveira dos Santos e Elizabeth Weber Medeiros (2005) analisam algumas das imagens divulgadas pelo jornal:

> Em uma das edições do jornal A Sentinela do Sul é registrada a história do soldado herói que mesmo com seu filho morto, não interrompe a luta. As notícias trazem, ao mesmo tempo, uma propaganda exaltadora da guerra onde o conflito está acima de qualquer sentimento, mesmo o paterno. A consciência de defensor da pátria, de cidadão herói é considerada o valor maior, nada mais importa a não ser defender a pátria (Santos; Medeiros, 2005, p. 71).

O periódico *A Sentinela do Sul* buscava despertar no público um sentimento de identificação para legitimar o conflito e incentivar o recrutamento militar entre os rio-grandenses. No entanto, nem toda a imprensa gaúcha aderiu à propaganda pró-guerra. Em 1868, *O Espetacular* criticava os altos custos e as dificuldades enfrentadas pelas tropas brasileiras, denunciando: "À medida que vai se prolongando essa guerra nefasta, que nos custa o melhor de nosso sangue, também se tornam patentes os vícios orgânicos do sistema, até hoje empregado em sua direção". Mesmo jornais inicialmente favoráveis ao conflito, como o *Arcádia* e o próprio *Sentinela do Sul*, manifestaram críticas quanto à duração da guerra, ainda que de forma cautelosa (Schäfer, 2012, p. 201).

Na província do Paraná, a imprensa iniciou suas atividades com certo atraso. Apenas em 1853, por iniciativa de Zacarias de Góes e Vasconcelos, chegou a primeira máquina tipográfica a Curitiba. No ano seguinte, em 1º de abril de 1854, começou a operar a *Typographia Lopes*, sob o comando de Cândido Martins Lopes, responsável pela publicação do primeiro periódico da província, *O Dezenove de Dezembro*, que permaneceu em circulação até o início da década de 1890.

De acordo com informações sistematizadas pela revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP), em edição especial de 1954, alusiva ao centenário da imprensa paranaense, constatamos que, apesar de seu início tardio, a atividade jornalística no Paraná se desenvolveu rapidamente. Na década de 1860, já circulavam periódicos como *O Dezenove de Dezembro*, *O Jasmim*, *O Mascarado*, *O Clarim* e *O Constitucional*, em Curitiba, além de *O Paraná*, *O Correio do Paraná*, *O Povo*, *A Phenix* e *O Barbeiro*, em Paranaguá. Entre eles, destacava-se *O Dezenove de Dezembro*, de caráter estatal,

que recebia verbas da presidência da província. Com a eclosão da Guerra do Paraguai, o jornal ampliou sua função, passando de mero divulgador dos expedientes do governo provincial para também noticiar o conflito e atenuar os desconfortos gerados pelo momento bélico.

Edilson Pereira Brito (2011) ressalta aspectos importantes da construção discursiva do *Dezenove de Dezembro* durante a Guerra do Paraguai:

> O principal periódico da Província, o Dezenove de Dezembro, noticiava em suas páginas notícias da Guerra obtidos do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. As derrotas e o sofrimento dos soldados apareciam de forma escamoteada, mas mesmo assim tinha-se notícia dos horrores que um eventual recrutamento poderia causar. Junto com tais notícias, o periódico da capital, com edições na quarta e no sábado procurava a todo custo mostrar a bravura dos soldados paranaenses diante da adversidade. Desta forma, além do comentário geral, a população informava-se do cotidiano do conflito (Brito, 2011, p. 119).

Embora fosse favorável à guerra, já no final de 1864, o *Dezenove de Dezembro* passou a publicar notas para acalmar a população quanto aos impactos do recrutamento, afirmando que "as medidas referentes ao recrutamento ativo foram relaxadas, e que tal ordem havia partido de oficial superior" (Brito, 2011, p. 104). Ao fim do conflito, o periódico manteve uma narrativa ufanista para legitimar o acontecimento da Guerra do Paraguai, publicando, em julho de 1870, um poema anônimo e sem título, mas repleto do ideal patriótico que pretendia sobrepor a lembrança da guerra.

> Salve! Bravos titãs paranaenses,
> Erguei bem alto as fontes denegridas
> Ao fumo das batalhas,
> As bênçãos recebei que a Pátria lança A vós e àqueles,
> Que por lá ficaram
> Da glória das mortalhas Voluntários Paranaenses!
> Mil louvores sejam dados;
> Pelos feitos do heroísmo,
> Do Brasil sereis lembrados!
> (Brito, 2011, p. 09)

É importante ressaltar que, apesar da extensa duração da Guerra do Paraguai, apenas as províncias do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso foram palco de batalhas. Em 1864, após o sequestro do vapor Marquês de Olinda, o exército paraguaio invade Mato Grosso, gerando grande repercussão no restante do Império, sobre a agressão sofrida pela pátria. No entanto, não há estudos que conectem esses acontecimentos ao jornalismo local. Constatamos em nossas buscas pelos repositórios online das Universidades Federais e Estaduais do Mato Grosso que

as pesquisas sobre a imprensa mato-grossense nesse período concentram-se principalmente na Retirada de Laguna, narrada pelo visconde de Taunay.

Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay participou da marcha do Exército brasileiro em direção à fronteira do Império com o Paraguai com o intuito de recuperar o território mato-grossense ocupado pelo inimigo e, finalmente, adentrar em território paraguaio. A missão enfrentou enormes dificuldades, pois os componentes do pelotão ficavam para trás tomados por doenças ou alcoolismo (Pires Junior, 2019; Silva, 2014).

Os soldados brasileiros foram vencidos pelo vasto território desconhecido em que se aventuraram. A escassez de remédios, suprimentos e os constantes ataques paraguaios durante a longa travessia levaram o pelotão a abandonar parte de seu contingente, que, já debilitado, foi massacrado pelas forças inimigas em Laguna, no Paraguai. O visconde de Taunay transformou esse fracasso militar em parte da narrativa de sacrifício pela pátria, publicando, no pós-guerra, o livro memorialista *A Retirada de Laguna*, sobre a empreitada rumo ao Mato Grosso.

Embora haja poucos estudos que conectem de forma direta a imprensa mato-grossense à Guerra do Paraguai, é importante destacar que, na década de 1860, a província já possuía uma atividade de imprensa relevante. Entre os jornais circulantes estavam *A Imprensa de Cuyabá*, de padre Ernesto Camilo Barreto e João de Souza Neves; *A Voz da Verdade*, de José Pinto Gomes; *O Cuiabano* e *O Popular*, de Manoel Teixeira Coelho; e *A Situação*, de Joaquim da Costa Teixeira (Jucá, 2009).

> Estava em meio à guerra com o Paraguai. S. Paulo era ainda uma cidade estudantil onde, em 1865, os acadêmicos ensaiavam os seus desabafos em jornais e revistas de pouca circulação, como, nesse ano, A Independência, órgão redigido por dois jovens estudantes, Rui Barbosa Castro Alves, além de outros (Sodré, 1966, p. 240).

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), a Guerra do Paraguai acirrou debates já presentes na imprensa paulista, como a crise econômica causada pela quebra do Souto[28], a queda nos preços do café e a excessiva dependência do Brasil em relação ao comércio e finanças estrangeiras, especialmente dos portugueses, que controlavam parte do tráfego de mercadorias e estavam à frente de casas financeiras que substituíram a do Souto. O impacto econômico da guerra evidenciou questões que vinham desde o período regencial, como a crise do Souto,

[28] Casa bancária que havia financiado as fazendas de café na década de 1850 e que, com a queda do preço do café brasileiro no mercado internacional, veio a falir no início dos anos sessenta (Souza, 2014).

mostrando que o desgaste econômico enfrentado pelo Brasil na década de 1860 era mais consequência de problemas anteriores à guerra do que da conjuntura criada pelo conflito.

Na província de São Paulo, que enviou 6.504 voluntários para o campo de batalha, o *Correio Paulistano*, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, destacou-se entre os periódicos. Fundado em 1854 sob ideais liberais, o jornal informava com uma agilidade incomum para a época, sendo o primeiro a noticiar o ataque do exército paraguaio ao Forte Coimbra em 26 de dezembro de 1864. Embora o periódico não desaprovasse o conflito, sempre trouxe uma visão crítica dos eventos.

No caso do ataque ao Forte, o jornal publicou uma extensa exposição sobre sua história, assinada pelo pseudônimo "Um Brasileiro", cuja narrativa criticava a postura militar despreparada do comandante da fortaleza, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto-Carrero, que abandonou a guarnição com seus soldados em dezembro de 1864. O periódico também fez duras críticas a outros eventos da Guerra do Paraguai, como a marcha ao Mato Grosso, prontamente desaprovada pelo Correio Paulistano (Doratioto, 2002; Souza Filho, 2018).

No entanto, o periódico exaltou o patriotismo paulista ao registrar o envio dos primeiros corpos de batalha da província para a guerra, proclamando na edição de 30 de março de 1865: "porque ações como essas, do mais significativo amor pátria, contam os nossos belos fastos mais de uma. Honra aos habitantes de São Paulo" (Souza Filho, 2018, p. 170).

Enquanto isso, em Minas Gerais, a província mais populosa do Império, o jornal conservador *Constitucional* bradava contra a guerra. Como destaca Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins (2009), os jornais mineiros, assim como em outras províncias, transmitiam informações sobre o conflito, mas priorizavam sua orientação ideológica em vez da imparcialidade noticiosa. Dado que, nos primeiros anos da guerra, o Brasil esteve sob o comando de gabinetes liberais, como os de Francisco Furtado, Pedro Araújo Lima e Zacarias de Góes, o *Constitucional* associava cada fracasso no conflito à atuação dos liberais no poder. Na província de Minas Gerais, os liberais estavam representados nos "governos de Joaquim Saldanha Marinho e José da Costa Machado de Sousa" (Achtschin Santos, 2013, p. 249).

Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins (2009) destaca trechos em que o jornal Constitucional se opõe tanto à Guerra do Paraguai quanto à imprensa liberal mineira, acusando-a de desonestidade sobre a real situação das tropas imperiais no campo de batalha:

> Sem fé no futuro, sem crenças nos representantes do poder, comprometido no estrangeiro, arruinado em suas finanças, sustentando uma guerra barbada, mas

> hoje de indeclinável necessidade, e que infelizmente tem tomado proporções assustadoras, o Brasil nunca precisou tanto quanto agora de uma linguagem franca d'aquelles seus filhos, que sinceramente se inspirarão no seu bem estar. Ainda bem que o Constitucional mostrando-se fiel ao sectário d' estes princípios tem feito partir de suas columnas raios de muita luz a manifestarem o lastimoso e verdadeiro estado do paiz. Isto era preciso. Os gazeteiros officiais semelhantes a López, plágios do systema convertem em victorias no papel as derrotas sofridas no campo de batalha [...]. (Constitucional n. 08, 06 jul. 1866 *apud* Martins, 2009, p. 42)

A imprensa "do systema de plágios, como a denominava o *Constitucional*, referia-se diretamente ao *Diario de Minas*, periódico liberal da província. O jornal reproduzia notícias de periódicos da Corte, como o *Jornal do Commercio* e o *Diario do Rio*, e destacava a importância da participação mineira na guerra, suavizando a percepção do recrutamento forçado. Apesar das divergências quanto à condução do conflito pelo Império, ambos os jornais retratavam Solano Lopez e seu exército como os responsáveis pelos males da guerra (Martins, 2009).

Mas a guerra e suas narrativas não se limitaram à Corte no Rio de Janeiro e às províncias do Sul do Império. Depois do Rio Grande do Sul, que enviou 33.803 soldados, a Bahia foi a província que mais contribuiu com voluntários, somando 15.197 homens entre voluntários e guardas nacionais. No início do conflito, o fluxo de alistamentos na província foi tão intenso que os quartéis e edifícios públicos de Salvador ficaram lotados. Além disso, a elite local destinou expressivas quantias, chegando a 200:000$000, para ajudar no financiamento da guerra (Doratioto, 2002).

Tal entusiasmo pode ser explicado pelo alinhamento do poder provincial baiano aos interesses do Império naquele momento. A província estava sob o comando do Partido Liberal, representado por João José Barbosa, deputado entre 1864 e 1868, e Luís Antônio Barbosa de Almeida, presidente da província entre 1864 e 1865. Além disso, prevalecia a crença de que a vitória seria rápida e certa, reforçando a ideia de que aos corajosos que atendessem ao dever pátrio restariam as bonanças prometidas pelo Império (Rodrigues, 2001).

Salvador, que nos tempos coloniais fora a primeira capital brasileira e um dos berços da imprensa nacional – contando já em 1808 com o periódico *Idade de Ouro do Brasil* (Sodré, 1966) –, refletiu essa conjuntura em sua cobertura da Guerra do Paraguai. Marcelo Santos Rodrigues (2001), em sua investigação sobre o recrutamento forçado na província da Bahia, traz apontamentos sobre dois periódicos que circularam na capital baiana durante a guerra: o *Jornal da Bahia*, de 1856, e *O Alabama*, de 1862[29].

[29] Encontramos inconsistências quanto ao início das atividades do jornal *Alabama* em Salvador. Vivaldo da Costa Lima informa a Revista da Bahia, em sua edição de número 15, biênio 1989-1990, que o periódico começou a

De acordo com Marcelo Santos Rodrigues (2001), o governo provincial fazia vista grossa às violências do processo de arregimentação de homens para a guerra, pois era de seu interesse "patriótico" que o máximo de voluntários baianos fosse encaminhado para servir ao Exército brasileiro. No entanto, essas pretensões entravam em choque com as frequentes denúncias do jornal *O Alabama*, que, desde 1865, alertava para a omissão das autoridades, afirmando que "quando os que se interessavam pelos oprimidos iam pedir-lhe justiça, dizia com irónico sorriso - sou pedra" (Rodrigues, 2001, p. 11). Apesar do tom crítico quanto às injustiças toleradas pelo governo provincial, *O Alabama* mantinha um eixo narrativo que fomentava o patriotismo, alinhando-se, nesse aspecto, aos periódicos que apoiavam a guerra. Mesmo ao criticar medidas do Império brasileiro, fosse em relação ao recrutamento ou às estratégias de batalha, o jornal não questionava as razões do conflito.

No periódico *O Alabama*, assim como na imprensa que propagandeava a causa nacional, Francisco Solano Lopez era retratado como o único responsável pelo estopim da guerra, enquanto a imagem do povo paraguaio servia como contraponto, representando tudo o que os brasileiros não deveriam ser. Assim, o sentimento de patriotismo era apresentado como um ideal a ser seguido por todos os cidadãos. Esse discurso se refletia nos espaços de interação com o público, como na edição de 2 de fevereiro de 1865, em que o tenente-coronel Domingos Modim Pestana, assinante do jornal, enviou uma publicação "a pedido", declarando orgulhosamente sua adesão à guerra.

> Bahianos! Nem sempre o homem público pode viver num recolhimento a que se haja votado. Um dia a pátria reclama seus serviços, e ele não lhe os pode num dever recusar. Encarregado pelo Exm. o Sr presidente da provincia para organizar e com andar um segundo batalhão - de Voluntarios da Pátria - eu. Sem medir a extensão de minhas forças físicas aos 60 anos de idade, sem atender a exiguidade de minha inteligência, asilando, porém, no meu coração os mesmos sentimentos ainda puros, de veterano da Independência aceitei o encargo. (O Alabama, 02 fev. 1865 *apud* Rodrigues, 2001, p. 98)

Enquanto isso, o *Jornal da Bahia*, de caráter liberal, convocava o povo baiano para a guerra, destacando que, ao contrário de outras províncias, onde havia receio de não atingir a meta de voluntários, na Bahia o interesse em servir à pátria era evidente, "por toda parte se tem manifestado". O periódico, entretanto, foi duramente criticado pelo jornal conservador *Diário*

---

circular na capital baiana em 1863. No entanto, nas edições disponíveis do jornal no site da Biblioteca nacional, podemos constatar que, em 1866, o periódico já estava em seu quarto ano de trabalho, ou seja, circulando desde 1862.

da Bahia, que afirmava que “semelhante sacrifício só tem os soldados prejudicados a colher prejuízos” (Rodrigues, 2001, p. 53).

Segundo Marcelo Santos Rodrigues (2001), os movimentos da imprensa baiana eram influenciados pelas mesmas facções políticas que disputavam o controle do Império: os Liberais e os Conservadores. O autor argumenta que não havia uma diferença substancial entre as duas vertentes, sendo as cisões, sobretudo no nível provincial, baseadas em divergências familiares e interesses pessoais. Enquanto os Liberais estavam no comando, os jornais conservadores criticavam a guerra, mas cessaram essas críticas em 1868, quando o Partido Conservador reassumiu o poder. Como veremos ao longo dos demais capítulos desta dissertação, é possível aplicar essa lógica sistematizada pelo autor à atuação do jornalismo nas demais províncias do Império.

O cenário do teatro de guerra se fazia visível por meio da narrativa da imprensa, mesmo nas províncias mais distantes das fronteiras do Sul. A Província do Piauí – foco desta dissertação – é um exemplo dessa lógica, pois, apesar de sua distância geográfica do campo de batalha, a guerra se fazia presente no cotidiano dos habitantes por meio da propaganda dos periódicos locais. Quando a guerra eclodiu, a província estava sob o comando do Partido Liberal, alinhado ao governo central, que também tinha o gabinete ministerial sob a mesma orientação política. O braço piauiense do Partido Liberal era representado por Franklin Américo de Meneses Dória, presidente da província de maio de 1864 a março de 1866 (Nunes, 2007).

Embora contasse com alguma atividade de imprensa desde o período Regencial, quando surgiram na então capital da província, a cidade de Oeiras, os periódicos *O Piauiense*, de 1832, e *Correio da Assembleia Provincial*, de 1835, o jornalismo no Piauí só obteve maior desenvolvimento com a mudança da capital para Teresina, em 1852. Circulavam em Teresina *A Ordem*, o primeiro jornal impresso na nova capital da província, *O Conciliador Piauiense*, seguido de *O Propagador* e *Liga e Progresso*, na década de 1860. Ainda na década de 1860, especificamente em 1865, os liberais publicam o primeiro exemplar do jornal *A Imprensa*. Já os conservadores terminam a década de 1850 com *O Semanário*, seguido de *A Moderação*, *O Piauhy*, *A Opinião Conservadora* até *A Época*, em 1878 (Castelo Branco, 2022; Rêgo, 2001).

Assim como nas demais províncias, a guerra foi retratada nos periódicos piauienses sob o prisma das relações políticas locais, refletindo as cisões do Império. Dessa forma, os jornais liberais e conservadores atribuíram diferentes tons à narrativa do conflito, ora ácida, ora ufanista, mas, em todos, o Paraguai de López foi caracterizado como sinônimo de barbárie, oposto à "nação civilizada" do Brasil. Nesse contexto, Johny Santana Araújo (2015) esclarece que tanto o *Liga e Progresso* quanto o *A Imprensa* estavam ligados aos liberais piauienses,

sendo o segundo, inclusive, um órgão político do Partido Liberal. Ambos contaram com a colaboração de Deolindo Moura, deputado provincial do Piauí pelos liberais em 1864, e do jornalista David Caldas, conhecido por suas ideias republicanas.

Os conservadores estavam representados no jornalismo pelo periódico *O Piauhy*, órgão do Partido Conservador fundado em 1867 e sob direção do jovem Antonio Coelho Rodrigues, que retornara à província do Piauí no ano anterior, após concluir seus estudos na Faculdade de Direito do Recife. Nesse contexto, jornalismo e política estavam intimamente ligados, com a imprensa funcionando também como um espaço de disputas oligárquicas antigas, onde os periódicos se tornavam mais uma arena de enfrentamento. No meio da propaganda para o recrutamento, surgiam acusações e desavenças da política local, frequentemente transformadas em narrativas recheadas de descomposturas (Araújo, 2015; Matos, 2019).

Segundo Johny Santana Araújo (2015), os jornais liberais se tornaram propagadores dos ideais do Império na província, pois seus colaboradores também eram lideranças políticas do Partido Liberal, facilitando o trânsito de informações entre a Corte e o Piauí. Além disso, esses periódicos contavam com o trabalho de correspondentes e transcreviam notícias dos jornais da Corte e de outras províncias, o que permitia que os acontecimentos da região platina estivessem presentes nas pautas do jornalismo piauiense. Ainda de acordo com o autor, no início da guerra, o *Liga e Progresso*, órgão do Partido Liberal do Piauí, foi um dos jornais que mais se destacou na cobertura dos acontecimentos bélicos, sendo "o primeiro a noticiar em 31 de janeiro de 1865 sobre a conflagração do conflito" (Araújo, 2015, p. 122). O periódico combinava as notícias sobre a guerra com uma narrativa emocionada, com o intuito de despertar nos piauienses o sentimento patriótico de dever para com a nação.

Assim como outros jornais, *A Imprensa*, que também cumpria a função de órgão do Partido Liberal na província do Piauí, buscava moldar os sentimentos do público com a propaganda patriótica da guerra. Começando a circular em 27 de junho de 1865, já passados alguns meses do início do conflito, o periódico visava principalmente a necessidade de potencializar o voluntariado para o combate, questão latente naquele momento. Nesse contexto, sua missão era conquistar homens para o campo de batalha por meio da propaganda patriótica. Como já foi destacado com base nas colocações de Johny Santana Araújo (2015), mesmo com a maioria da população analfabeta, a circularidade das notícias e dos discursos patrióticos promovidos pelos jornais se fazia de forma oral, no burburinho das conversas de rua ou em rodas de leitura em voz alta.

Circulando até 1889, *A Imprensa* cobriu todas as fases do conflito, tornando-se um importante ponto de observação das lógicas narrativas vigentes sobre a guerra. Desde o início

de sua atuação, o jornal trazia notícias do Sul, transcritas de jornais de outras províncias, da Corte e até internacionais, evidenciando um mosaico de informações provenientes das mais distintas regiões. Isso pode ser observado já na primeira publicação do periódico, na matéria intitulada "Rio da Prata", destinada a divulgar notícias do Sul.

> Noticias do Sul
> Pelo vapor inglez La Plata, que chegou á Pernambuco no dia 11 corrente, foram levadas as seguintes noticias do Sul do Imperio.
> O governo argentino tem multiplicado esforços e concentrado forças numerosas no theatro da guerra. *A Nacion Argentina* faz a seguinte reseha dellas;
> Infantaria a ordem do general Paunero 5,000 homens/Correntinos 7,000/ Entrerianos 7,000/ Infantaria brasileira na esquadra 2,000
> Total de 21,000. A estes 21,000 homens devem reunir-se em poucos dias mais 4,000 guardas nacionais (Rio da Prata. **A Imprensa**, Teresina, ano. I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865).

No enunciado da referida matéria, o jornal apresenta um breve informativo sobre a origem da notícia, destacando que as informações ali contidas foram obtidas com o navio a vapor inglês *La Plata*, que chegou a Pernambuco em 14 de julho de 1865, trazendo consigo, entre outros periódicos, uma edição do *Nacion Argentina* a que se referiam. Aliado a esses fragmentos de outros jornais que retratavam o que ocorria nas trincheiras, o periódico *A Imprensa* trazia uma narrativa que oscilava entre o erudito e o apelativo, com a intenção de despertar no cidadão toda sorte de sentimentos patrióticos.

Isso pode ser observado na matéria "O Brazil e o Paraguay", publicada na edição de 5 de agosto de 1865 do jornal *A Imprensa*:

> Assim como a causa da familia é a causa das almas grandes e fortes: a causa do patriotismo é a causa dos sentimentos nobres e generosos. O Brazil, que se julga menoscabado em sua honra, em sua dignidade em seus brios pelo estrangeiro que ousa manchar o pavilhão nacional, tem direito de chamar ao campo de batalha aquelles que fazem parte de (sua) communhão e que vivem sob égide das leis pátrias a arrostarem o braço audaz do inimigo. Bem como o filho que acode os gritos da Mãe ofendida, os brazileiros obedecem a voz da pátria em perigo. Remover a pátria do perigo que a ameaça é um dever positivo, que reclama imperioso cumprimento. E tão importante é elle que no caso de collisão entre a salvação e a salvação da família a balança pretende para o lado daquella, pois o dever de salvar a pátria é uma ordem mais elevada e, alem d'isso em um titulo superior. Se o Estado com leis proteje e garante não só a vida como mesmo a propriedade de cada um, justo é que cada um tambem lhe preste seus serviços sempre que circunstancias criticas exigirem. Avante, pois Piauhyenses! Não permanecei estacionados diante de tão negro espetáculo. E então, qual bella e gloriosa não será a hora do triunpho, a hora em que os soldados brazileiros embriagados pela causa da patria entoarem o hymno da victoria ao som da lyra brazileira! Será mais um facto grandioso

> para a historia nacional, registrar em suas paginas rasgos de bravura e de coragem dos filhos da terra de Santa Cruz. Como Paysandú e Montevidéo, Assunpção cahira igualmente debeixo da nossa bandeira. Esta previsão fundada no valor e na coragem do nosso exercito e na pequenhez da repulbica, será amanhã um facto consumado. Haja centralisação de forças, haja verdadeiro patriotismo no povo brazileiro, que a victoria será nossa, e que n´s seremos os que com bandeira alçada hão de bater palmas no desfecho do drama (o Brazil e o Paraguay. **A Imprensa**, Teresina, ano. I, n. 02, n.p., 3 ago. 1865).

Na narrativa do periódico *A Imprensa*, o piauiense era retratado como o filho que deveria acudir à mãe pátria ultrajada, com a causa da nação se apropriando de sentimentos que antes estavam repousados no seio familiar. É importante notar também que, no texto "O Brazil e o Paraguay", as glórias futuras, provenientes da vitória, eram tidas como certas, mas, para usufruir desse regozijo, era necessário, antes, o sacrifício patriótico de servir à nação. Já em 1868, quando os conservadores voltaram ao poder com o Gabinete de Joaquim José Rodrigues Torres, o Itaboraí[30], o jornal representante do Partido Conservador piauiense, *O Piauhy*, que atuava sob redação de Antonio Coelho Rodrigues, intensificou a propaganda da Guerra do Paraguai, chegando a direcionar duras críticas aos periódicos liberais, como *A Imprensa*, de fazerem "pouco caso do conflito" (Araújo, 2015).

Apesar das acusações do órgão do Partido Conservador, o periódico *A Imprensa* jamais deixou de promover discursos patrióticos em prol da defesa da nação. No entanto, com a mudança da situação política, que a partir de 1868 passou a ser marcadamente conservadora, o periódico começou a direcionar críticas à gestão do conflito feita pelo governo imperial. Os efeitos da propaganda de guerra realizada pelos periódicos piauienses podem até ser contestáveis, afinal, a pretensão de conquistar almas voluntariamente para o campo de batalha foi atingida apenas parcialmente, sendo o recrutamento compulsório uma prática presente durante os anos de conflito. No entanto, não se pode questionar a eficiência da arregimentação de homens para a guerra: a província do Piauí enviou 2.805[31] voluntários aos campos de batalha, muitos dos quais não retornaram para casa.

---

[30] Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, nasceu em uma família abastada de proprietários de terras e comerciantes de açúcar. Estudou no Seminário de São José e cursou matemática em Coimbra (1821-1825). Iniciou sua carreira como lente da Academia Militar e jornalista, atuando no jornal *O Independente* (1831-1833). Após a abdicação de d. Pedro I, ingressou na administração imperial, ocupando diversas vezes as Secretarias da Marinha, Fazenda, Guerra e Império. Foi o primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro (1834-1836), deputado (1834-1843), senador (1843-1872) e presidente do Conselho de Ministros (1852-1853, 1868-1870). Destacou-se no Partido Conservador, integrando o que conhecemos como a "trindade saquarema" do Império ao lado de Eusébio de Queiroz e Paulino José Soares de Sousa. Foi um político de peso na defesa das pautas conservadoras (Matos, 2004).

[31] Os números de voluntários destacados por Francisco Doratioto (2002) obedecem ao levantamento feito pelo General Paulo de Queiroz Duarte intitulado *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. No entanto, Odilon

Para entender os movimentos da imprensa de guerra durante a Guerra do Paraguai, é essencial conhecer os atores sociais por trás das notícias, como podemos perceber na análise dos fragmentos da imprensa brasileira, seja por meio de trechos de jornais, memoriais de imprensa ou da historiografia dedicada ao assunto. No caso das narrativas sobre a Guerra do Paraguai, observamos que as representações do conflito foram muito mais influenciadas pelos fatores políticos que orientavam as províncias ou pelos redatores por trás dos textos do que pelos próprios acontecimentos. Os jornais não apenas comunicam ideias e valores, mas também colocam em perspectiva os horizontes de expectativa de cada sociedade. No entanto, é importante destacar que o jornalismo, como produto cultural, deve ser analisado à luz das condições sociais, políticas e econômicas de seu tempo.

Aliado a outras tecnologias bélicas utilizadas na Guerra do Paraguai, o jornalismo desempenhou um papel importante para o Império brasileiro, pois, de certa forma, naquele momento, o trânsito de informações fazia parte dos movimentos de combate. Para além da circularidade das notícias, é relevante destacar que até mesmo os periódicos contrários ao esforço de guerra contribuíram para compor um ideal de nacionalidade, pois, a partir do confronto, o país se via como "nós em oposição a eles". Solano López e sua nação foram usados pela narrativa dos jornais como ponto de referência para tudo aquilo que o brasileiro não podia ser (Matos, 2019).

Enquanto as armas fomentavam baixas, os discursos eram utilizados como instrumento de manipulação, seja partidária, identitária ou cultural. A existência de um inimigo externo deu ao Império brasileiro um fator de comparação: a distinção entre civilidade e barbárie foi amplamente explorada ao longo dos textos jornalísticos, nos quais o outro, no caso o Paraguai, era sempre retratado como incivilizado. Além de registrar os movimentos de guerra, a imprensa brasileira oferecia aos leitores fragmentos das disputas internas do Império, frequentemente utilizando a guerra para atacar desafetos políticos locais, da mesma forma que o inimigo estrangeiro. Dessa forma, a pesquisa sobre o jornalismo do período da Guerra do Paraguai nos permite adentrar parcialmente na complexidade político-social da época, pois registrou muitas das contradições do momento, traduzidas em discursos pró ou contra o movimento de guerra.

Investigar a atuação do jornalismo brasileiro durante a Guerra do Paraguai nos permite perceber como esse acontecimento bélico foi utilizado discursivamente como elemento integrador, proporcionando até mesmo às províncias mais distantes das fronteiras do Sul do Império brasileiro o sentimento de dever pátrio diante da invasão realizada pelo Paraguai em

---

Nunes (2007), em seu livro, *Pesquisas para História do Piauí*, indica que até 5.000 piauienses comporiam corpos de voluntários para a Guerra do Paraguai.

1864. Nesse sentido, nos próximos capítulos, focaremos na cobertura jornalística da guerra na província do Piauí, com ênfase no periódico político *A Imprensa*. Analisaremos as particularidades da narrativa desse jornal, relacionando-a ao contexto em que estava inserido, mas também o considerando como parte do movimento mais amplo do jornalismo voltado ao acontecimento da Guerra do Paraguai.

3 *A IMPRENSA* NO PIAUÍ OITOCENTISTA

No decorrer deste capítulo, buscamos apresentar a imprensa no Piauí oitocentista, destacando seus avanços e atrasos a partir das narrativas de piauienses notáveis do século XIX e início do século XX, que atuaram como correspondentes da Revista do IHGB. Entre eles, destaca-se Francisco de Sousa Martins, descendente do clã do Barão da Parnaíba, jurista e magistrado que, já em 1846, escreveu sobre as condições gerais do jornalismo brasileiro. Também mencionamos Abdias Neves, escritor, jurista e jornalista teresinense, que, por ocasião do centenário da imprensa brasileira, publicou na Revista do IHGB, em 1908, um breve catálogo geral dos jornais da província do Piauí.

Além disso, abordamos a relação intrínseca entre a mudança da capital administrativa da província do Piauí, da cidade de Oeiras para a sede planejada, Teresina, e a diversificação da imprensa piauiense. Nesse percurso, fundamentamo-nos em pesquisa bibliográfica baseada nos trabalhos de Teresinha Queiroz (1994), Ana Regina Barros Leal Rêgo (2001), Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020) e Francisco Alcides do Nascimento (2015). Por fim, destacamos parte dos jornais que circulavam em Teresina, como *A Imprensa*, *Liga e Progresso* e *O Piauhy*.

3.1 A Construção da Imprensa no Piauí: desafios, atrasos e avanços

Iniciamos o debate sobre os atrasos e avanços do jornalismo na província do Piauí a partir da figura de Francisco de Sousa Martins, um dos primeiros piauienses a se formar como bacharel em Direito na Universidade de Coimbra. Membro da influente família Martins, que, sob a liderança de Manuel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba, exerceu hegemonia sobre as estruturas do poder imperial na província do Piauí entre 1823 e 1843, Francisco de Sousa Martins construiu uma sólida carreira pública como magistrado. Foi o 8º presidente da província da Bahia em 1834 e o 10º presidente da província do Ceará entre 1839 e 1840 (M. A. G, 1894).

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Francisco de Sousa Martins "começa a narrar a história de nossos jornais" na revista do instituto, destacando o que considerava sinais do exponencial desenvolvimento do jornalismo nacional (Daros, 2023, p. 04). No artigo "Progresso do Jornalismo no Brasil", publicado em 1846 em uma edição especial dedicada à imprensa brasileira, Francisco de Sousa Martins discorre sobre os avanços da imprensa no país. Ele enumera os periódicos em circulação desde a chegada da

família real portuguesa, abordando aspectos como condições materiais, variedade de temas, censura e liberdade de expressão.

Fazendo referência ao autor francês Sr. Baldi, Francisco de Sousa Martins relata que, no ano de 1821, período que chama de "infância da imprensa", o Brasil contava com apenas oito jornais, quase que "exclusivamente voltados à política do dia". Francisco de Sousa Martins segue seu raciocínio a respeito da suposta prosperidade do jornalismo brasileiro, acentuando que, naquele ano de 1846, quando escrevia esta contribuição à revista do IHGB, o país já possuía 76 jornais. Somando-se à publicação de exemplares efêmeros, contabilizavam-se 8.690.000 folhas em circulação.

Para Francisco de Sousa Martins, tais dados inseriam o Brasil entre os países cuja imprensa seguia em franco desenvolvimento, justificando essa afirmação ao comparar os números levantados com informações sobre o jornalismo das grandes potências mundiais da época. Proporcionalmente, o Brasil possuía, em folhas ativas, o equivalente a um sétimo do que tinha a Inglaterra, cuja população era de aproximadamente 28 milhões de pessoas, sete vezes maior que a população livre do Brasil. Se seguirmos a linha argumentativa de Francisco de Sousa Martins, ao comparar proporcionalmente os números alcançados pela imprensa brasileira do século XIX com os de grandes potências mundiais no mesmo período, como a Inglaterra, talvez sejamos convencidos por sua retórica e cheguemos à conclusão de que os ingleses estavam atrasados no ofício do jornalismo.

Outro ponto relevante apontado por Francisco de Sousa Martins é que o número de periódicos nas províncias seria três vezes maior do que na capital, a Corte do Rio de Janeiro, ou seja, em todo o Império brasileiro se alastrava o "gosto pela leitura e jornalismo". No entanto, mesmo com a interpretação ufanista que Francisco de Sousa Martins dá aos fatos, era impossível esconder os vestígios do atraso, pois, até aquele ano de 1846, a província do Piauí, contava com uma tímida atividade de imprensa, inconsistente e repleta de interrupções, representada pelos periódicos *O Correio da Assembleia Legislativa* e *O Telégrafo*, sendo apenas o primeiro citado em sua escrita (Castelo Branco, 2020).

De fato, na província do Piauí, as atividades de imprensa se formaram com relativo atraso quanto ao restante do Império, começando a circular apenas em 1832 seu primeiro periódico, "*O Piauiense*, editado na Tipografia Silveira & Silva [...] com maquinário vindo da Bahia e instalado em Oeiras" (Castelo Branco, 2020, p. 26, grifos do autor).

De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020), o ritmo vagaroso do desenvolvimento da imprensa piauiense está diretamente relacionado ao "pulso de ferro" com que o Barão da Parnaíba fazia política. Manuel de Sousa Martins fora incumbido pelo

Imperador, antes de qualquer outra função, de suprimir a força do poder privado na província do Piauí utilizando de violência toda vez que algo fugisse ao seu controle e ocupando a aparelhagem administrativa provincial com seus apadrinhados, de forma a tornar sua gestão praticamente incontestável. Esse panorama hostil não era favorável ao desenvolvimento da imprensa, pois nele não cabia debate ou reflexão.

Além do ambiente político limitado, de acordo com o censo de 1872, a província do Piauí era a que possuía a menor densidade demográfica do que se considerava o "Norte" do Império brasileiro, contando com uma população de 202.222 indivíduos, entre livres e não livres. Esse número superava apenas a população de Sergipe, que contava com 176.243 habitantes, embora fosse geograficamente a menor província do Norte do Império brasileiro (Recenciamento do Brazil, 1872).

Marcadamente rural, a província do Piauí possuía uma economia frágil, com um comércio inconsistente e uma estrutura urbana irrisória. Mesmo a capital, Oeiras, carecia de setores comerciais e educacionais desenvolvidos, "não criando condições que viabilizassem o surgimento e proliferação de atividades de imprensa na cidade" (Castelo Branco, 2020, p. 25). Dentro desse contexto, a imprensa piauiense surgiu como um instrumento oficioso, atendendo às demandas técnicas da administração provincial, sem incorrer nos riscos do debate político.

O Correio da Assembleia, a qual Francisco Sousa Martins faz menção, trata-se do segundo jornal a circular no Piauí. De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020), o periódico foi inaugurado em maio de 1835, na cidade de Oeiras, como um desdobramento da instalação da Assembleia Legislativa da Província do Piauí.

Em sua edição inaugural o periódico explicita seu caráter utilitário, declarando-se como um "pé no caminho, provido do preciso para transitar de Provincia em Provincia do Imperio, contando finalmente os bem intencionados Actos desta Assembléia" (**O Correio da Assembléia Legislativa da Provincia do Piauhy**, Oeiras, ano. I, n. 01, n.p., 16 maio 1835).

> A Assembléia Legislativa Provincial do Piauh, reconhecendo por urgente a necessidade de mandar imprimir seus trabalhos seus trabalhos não só para distribuírem facilmente pelos deputados aquellas matérias pendentes de madura reflexão, como tambem para fazer chegar ao conhecimento do Publico,quanto dezeja ella e trabalha por acertar com verdadeira marcha de melhorar os negocios da Provincia; resolveo mandar imprimir na Typographia desta Cidade um Periodico intitulado --- O Correio da Assembléia--- que sahira nas Quartas, e Sabados, durante a Sessão; encarregando de todo o ajuste para isso necessário (**O Correio da Assembléia Legislativa da Provincia do Piauhy**, Oeiras, ano. I, n. 01, n.p., 16 maio 1835).

O *Correio da Assembleia Legislativa da Província do Piauhy* está digitalizado até a edição de número 29 no *site* do projeto Memória do Jornalismo Piauiense, da Universidade Federal do Piauí, coordenado pela Profa. Dra. Ana Regina Rêgo Leal[32]. Entre as edições disponíveis, não se observa uma preocupação em informar os leitores sobre acontecimentos externos ou mesmo internos da província. Além disso, não há registro da habitual troca de farpas entre as facções Liberais e Conservadoras da política imperial. O periódico, portanto, limitava-se a cumprir uma função administrativa, servindo principalmente para divulgar decretos, "ordens do dia" e projetos em andamento, sem se envolver em debates políticos.

As assembleias provinciais faziam parte das medidas previstas pelo adicional de 1834, que buscava construir um sistema governativo mais representativo, no qual os conglomerados locais pudessem ter vez, visto que os presidentes provinciais eram nomeados diretamente pelo Imperador[33]. No entanto, essa tentativa de harmonizar poderes não representou nenhuma ruptura no Piauí, onde o presidente da província era membro de uma das mais significativas elites locais, a família Martins (Castelo Branco, 2023).

A província do Piauí só conheceria seu terceiro jornal em 1839, *O Telégrafo*. Assim como os periódicos citados anteriormente, foi editado na cidade de Oeiras na Tipografia Provincial, mas, com a particularidade de possuir caráter panfletário, sua circulação se limitou ao período da insurgência da Balaiada[34], com "objetivo de registrar as ocorrências favoráveis ao governo" (Costa Filho, 2010, p. 68).

Os Balaios iniciaram a insurgência na província do Maranhão, mas logo a revolta se expandiu, alcançando as províncias do Piauí e Ceará em uma luta sertaneja que opunha escravos, indígenas, vaqueiros e trabalhadores livres às oligarquias locais e às forças legalistas (Dias, 1995). No Piauí, os revoltosos foram combatidos também no campo discursivo, pois, diante da repercussão dos acontecimentos, era fundamental deslegitimar o movimento e afastá-lo de qualquer justificativa plausível, além de reforçar a necessidade de legitimar as "ações de combate aos rebeldes" (Castelo Branco, 2020, p. 35).

A primeira edição do jornal *O Telégrafo* foi veiculada em 11 de novembro daquele ano, marcado pela rebelião balaia, e procurou explicar aos leitores as razões que justificaram sua criação:

---

[32] Disponível em: Memória do Jornalismo Piauiense

[33] É importante ressaltar que de 1831 a 1840 o Brasil vivia o período de regência decorrente da abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho. Este é um momento em que as facções políticas do Império buscavam maior espaço de representação junto ao poder central, logo medidas previstas pelo ato adicional de 1834, tais como a instalação das assembleias provinciais tinham como objetivo harmonizar essa disputa de poderes. Para mais informações ver (Ribeiro, 2015, p. 22- 26).

[34] Sobre as insurgências e guerrilhas do Brasil Império ver (Carvalho, 2022, p. 251-257).

> A truculenta revolta nascida nos Campos do Maranhão tem devorado o seyo que a produziu fazendo sentir seus estragos a esta Provincia, cuja paz foi sempre invejada, trouxe-nos além dos mais a necessidade de huma Folha, que não só os nossos comprovincianos, se não á todo o Immperio, transmitta as occurencias da Guerra que com que lutamos, para que alteradas não corrão como temos visto, e como por fatalidade sempre em desabono da causa legal; as medidas de salvação publica tomadas pela Iª authoridade da Provincia o Ex.Sr. Barão da Parnahiba, e pelas subalternas, e o que tiver relação á mesma luta. Crescendo quotidianamente esta necessidade, e cônscio das das falsidades que para que de um para outro momento se levantão nesta Capital e que tomando corpo divagão por toda a Provincia, e que desacoroçoando aos fies, porem incautos Piauhyenses, fel-os muitas vezes seguir uma senda, que não trilharião se a verdade lhes fosse conhecida; nós sem consultarmos a pouquidade de nossas luzes, nem tomarmos pezo a nossa capacidade, e só com a mira ao em Publico, nos encarregamos da tarefa de fazer trabalhar o Telegrafo (**O Telegrafo**, Oeiras, ano. I, n. 01, n.p., 11 nov. 1839).

O cabeçalho do jornal exibia, logo abaixo do título e dos preços para subscrição, a frase: "Oução todos o mal, que á todos toca" (ver Figura 02). Esse tom sinistro estava em sintonia com a narrativa que *O Telegrafo* começava a tipografar. Ao ler a matéria de apresentação do periódico, percebe-se a clara preocupação com os discursos que circulavam na província do Piauí. O texto caracteriza o piauiense como naturalmente "incauto[35]" e, portanto, vulnerável às "falsidades" originadas nos "Campos do Maranhão". Nesse contexto, a província do Piauí é retratada como detentora de uma "paz invejável", que estava sendo ameaçada pela onda balaia que se espalhava por seu território.

Figura 02: Cabeçalho do jornal *O Telégrafo*.


N.º 1. OEIRAS DO PIAUHY [illegible] DE NOVEMBRO.

O TELÉGRAFO.

se às 2.as, e 5.as feiras de manhã. Subscreve-se na Loja de [illegible], rua do Pego: preço 2$ por trimestre, ou 800 rs. por adiantado; e vendem-se as folhas avulsas a 100 rs. cada huma na mesma loja, e na do Sr. Paiva, rua da Botica.

Oução todos o mal, que á todos toca.

OEIRAS. NA TYPOGRAPHIA PROVINCIAL 1839.

Fonte: **O Telegrafo**, Oeiras, ano. I, n. 01, n.p., 11 nov. 1839

[35] 1. diz-se de ou aquele que não tem cautela; descuidado, imprudente. 2. que ou o que é destituído de malícia; crédulo, ingênuo (INCAUTO *In* DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: https://www.dicio.com.br/incauto/. Acesso em: 17 mar. 2025).

Outro traço do nascente jornalismo da província do Piauí, que podemos perceber a partir da edição inaugural de *O Telegrafo,* é o aspecto de excepcionalidade do empreendimento. A matéria explicita que a publicação rompia com os habituais compromissos "comprovincianos" da imprensa existente no Piauí. O jornal surgia com a necessidade de revelar a "verdade" – ao menos a verdade sob a ótica de seus redatores – sobre a guerra enfrentada pela oficialidade na província, sob ataque de rebeldes.

O relativo atraso no desenvolvimento do jornalismo na província do Piauí, em comparação a outras regiões do Império brasileiro, pode ser ilustrado pelas circunstâncias em que *O Telégrafo* começou a circular. Foi necessária a presença de um inimigo armado, forte o suficiente para ameaçar a hegemonia do Barão da Parnaíba e do clã Martins no poder, para que a província conhecesse seu terceiro jornal, *O Telégrafo*. Durante todo o conflito, o periódico não apenas cumpriu a função de manter a população informada sobre os acontecimentos no combate, mas também desempenhou um papel crucial na construção de uma imagem perversa dos balaios, enfatizando a gravidade da situação e as tensões políticas da época.

De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco (2020), outro ponto que atravessa a escrita do jornal são os relatos do destino dado aos traidores, categoria a qual pertenceriam as famílias tradicionais que se envolvessem na revolta. A figura do jurista liberal Lívio Lopes Castelo Branco serviu de subsídio para essa narrativa e, mesmo tendo permanecido por pouco tempo entre os revoltosos, seu nome foi frequentemente apontado pelo jornal *O Telégrafo* como traidor e covarde. Lívio Lopes Castelo Branco tornou-se um alvo a ser combatido, pois, além de integrar o grupo de oposição ao Barão da Parnaíba, os Castelo Branco, representava um potencial "mau exemplo" para outras personalidades da vida política da província do Piauí.

Na edição de 9 de dezembro de 1839, *O Telégrafo* noticiou o mandado de prisão expedido contra Lívio Lopes Castelo Branco:

> Ceara'
> O Presidente desta Provincia, o Exmº Sr.Doutor João Antonio de Miranda, que tantos serviços tem prestado ao Piauhy e Maranhã, a pedido Exmº Sr. Brão da Parnahiba, acaba de dar terminantes ordens a serem presos todos os Cidadãos destas duas Provincias, que sem passa porte, ou guia de qualquer authoridade se apresentem na sua, depois de começada a luta, e publicou o premio de 1:000$000 rs. Conferido a quem prender o Chefe rebelde desertado Livio Lopes. Só assim se póra um termo as continuas deserções desta Provincia, e mesmo desobediente de muitos, que, avisados para serviço, passão-se para o Ceará; deixando o governo na impotencia de sufocar a anarchia (**O Telegrafo**, Oeiras, ano. I, n. 06, n.p., 09 dez. 1839).

Na referida matéria, observa-se o cerco se fechando contra aqueles que ousavam fugir da convocação para o combate contra os balaios. A partir daquele momento, passou a ser exigido passaporte ou documento assinado por autoridades dos viajantes, com o objetivo de evitar a debandada de convocados para a província do Ceará. Além disso, o texto divulga o pagamento de um "prêmio de 1:000$000 rs." destinado a quem capturasse o "chefe rebelde" Lívio Lopes Castelo Branco, sem especificar se ele deveria ser entregue às autoridades vivo ou morto.

Encerrado o conflito com a vitória das forças legalistas, *O Telégrafo* deixa de circular. Segundo Alcebíades Costa Filho (2010), não contados 10 anos após a impressão da última edição do jornal, a Tipografia Provincial estava em condições deploráveis, com prelos defeituosos e incapaz de dar conta da demanda de impressões necessárias à administração pública. O autor ressalta que somente a partir de 1849 a província do Piauí passaria a ter o suporte de outras duas tipografias:

> A Tipografia Saquarema, propriedade de Francisco de Sousa Mendes, político influente, deputado provincial entre 1835 e 1847, que, com a extinção da Tipografia Provincial, foi contratada para imprimir a documentação do governo, além de imprimir periódicos favoráveis à situação política. A outra era a Tipografia Liberal, que imprimiu vários periódicos da oposição (Costa Filho, 2010, p. 68).

Apesar do tom profético de sua dissertação ao IHGB, citada no início de nosso debate sobre o atraso no desenvolvimento do jornalismo piauiense, Francisco de Sousa Martins desconhecia os rumos que a imprensa tomaria em sua província natal. No entanto, conhecia o passado e a influência de seu tio, o Barão da Parnaíba, e do clã Martins no jornalismo piauiense, mas optou por omitir tais informações em sua redação. Assim, ao escrever o artigo "Progresso do Jornalismo no Brasil" em 1846, não retratou a história da imprensa brasileira exatamente pelos fatos, mas pelo futuro que almejava.

A forma como Francisco de Sousa Martins apresenta os dados sobre a imprensa no Brasil leva o leitor a crer que o jornalismo nacional avançava rapidamente e, em breve, alcançaria o nível da imprensa europeia, especialmente a inglesa. Esse modelo, marcado pela valorização da liberdade de expressão, era considerado ideal por pensadores como Francisco de Sousa Martins.

O autor narra os fatos com um tom de situação superada e até sugere medidas que, em sua visão, deveriam ser adotadas para impulsionar o desenvolvimento da nação e dessa indústria tão promissora que era o jornalismo:

> Qualquer porém que seja a nossa inferioridade a este respeito (que boamente confessamos), não se pode contestar que os progressos do jornalismo no Brasil tem sido superior a quanto era possível esperar do nosso estado de atraso na instrução pública, e que este ardor nacional pela leitura jornalística nos deve augurar muí rápidos progressos na instrução do povo, se a administração houver de empregar medidas mais eficazes, e um sistema melhor concedido para propagar a instrução popular pelas classes ínfimas da sociedade (Martins, 1867, p. 274).

Provavelmente, ao refletir sobre o suposto progresso do jornalismo brasileiro, Francisco de Sousa Martins não tinha em mente a província do Piauí, onde a imprensa se desenvolvia com considerável atraso em relação ao restante do Império. Essa morosidade era, em parte, resultado da hegemonia do clã Martins, mas também decorria de um contexto social marcado por grandes distâncias no sertão, fraco desenvolvimento comercial e a ausência de instrução pública.

O cenário do jornalismo piauiense só começaria a sofrer mudanças significativas na década de 1850, anos após as reflexões de Francisco de Sousa Martins sobre as condições do jornalismo no Brasil. A chegada dessa década para a província do Piauí representou um período de alinhamento de expectativas, no qual as elites locais se empenharam em materializar os ideais de progresso que almejavam.

A mudança política de 1852, com a transferência da capital de Oeiras para a recém-planejada cidade de Teresina, refletiu diretamente na imprensa local, que passou a contar com jornais, folhetins e livretos, todos impregnados com o caráter político da nova urbe. Nas páginas dos jornais teresinenses podemos conhecer um pouco da sociedade piauiense oitocentista, alcançando as particularidades do cotidiano político da província do Piauí e talvez entender um pouco do que é singular ao seu jornalismo.

3.2 Teresina e a diversificação da imprensa e política piauienses

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), entre as décadas de 1830 e 1850, o Brasil viveu, o seu "grande momento" da imprensa nacional, embora essa afirmação não se refira a avanços nas técnicas de impressão ou a um auge comercial do jornalismo, mas, sim, à adaptação dos impressos às questões políticas do país. Segundo o autor, a imprensa no Império era "fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita". Contudo, essas limitações eram atenuadas pela forte conexão entre jornalismo e política, o que lhe conferia uma "influência extraordinária", apesar das dificuldades próprias do período (Sodré, 1966, p. 206).

A década de 1850 marcou a consolidação política do reinado de D. Pedro II, quando as insurgências e movimentos separatistas foram superados e conflitos armados, como a Balaiada, desapareceram. No entanto, a paz alcançada não significava ausência de embates, pois as facções políticas, antes indefinidas, começaram a se estruturar, com Liberais e Progressistas se opondo aos Conservadores na luta por mais espaço nas engrenagens administrativas do Império. Nesse cenário, o jornalismo passou a ser um palco público de confrontos intelectuais e políticos, nem sempre polidos.

A relevância da imprensa era tamanha que seus debates frequentemente chegavam ao Parlamento, seja como fragmentos da realidade ou como prova da conduta pública de seus membros. A exposição da Assembleia Geral do Parlamento Brasileiro de 19 de março de 1848 exemplifica a crescente importância da imprensa:

> O governo que está a testa é um desses partidos cuja as opiniões ele julga melhores que a dos outros, que julga serem mais capazes de fazer a felicidade do país; mas nem por isso o governo endente dever desprezar as opiniões dos outros partidos. (Apoiados). Pelo contrário, quer tolera-los a ponto de facilitar todos os meios legítimos de advogarem sua causa; e esses meios são a tribuna e a imprensa. O governo propõe não tolher a imprensa e tolera-la, em toda sua expressão (Anais do Parlamento Brasileiro, Rio de Janeiro. Tomo 1. p. 13, 19 de mar. 1848).

Na reunião da Assembleia Geral do Parlamento Brasileiro de 19 de março de 1848, discutia-se a necessidade de um "sistema constitucional" com partidos livres para se expressar, e a imprensa foi destacada como um meio legítimo para que as facções políticas do Império defendessem seus ideais. Nesse contexto, José Carlos Pereira de Almeida Torres, o Visconde de Macahé e então presidente do Conselho de Ministros, comentou sobre o "voto de graças" do Parlamento em relação a algumas pautas do governo.

Uma dessas pautas chamou nossa atenção por fazer referência a uma informação extraída da imprensa:

> A minha observação ainda vai mais longe. Suponhamos que a illustre comissão ainda não tivesse pesado bem o projeto de reforma oferecido sobre a lei de 3 de dezembro de 1841; acaba ela todavia de mostrar (porque creio que é a mesma comissão) que no voto de graças não fez justiça aos sentimentos do governo, porque eu vi no *Jornal*, que já foi apresentado nessa casa, convertida em projeto de lei, uma das propostas que diz respeito a incompatibilidade da eleição de alguns funcionários públicos para os cargos de deputados e senadores (Anais do Parlamento Brasileiro, Rio de Janeiro. Tomo 1. p. 12, 19 de mar. 1848).

Ao analisar os Anais do Parlamento, percebe-se que a Coroa, assim como o gabinete da época, viu o requerimento da comissão como um ato de censura. Por trás da tentativa de impedir a nomeação de senadores e deputados, estava uma clara acusação de despotismo. O Visconde de Macahé, então, defendeu o direito do governo de escolher seus funcionários diretos, com o intuito de "auxiliar o pensamento do governo". Não por acaso, sua exposição gerou protestos intensos durante a reunião.

Entre os muitos detalhes dos Anais do Parlamento, destaca-se o papel da imprensa. Apesar de José Carlos Pereira de Almeida Torres estar no topo da administração imperial, como Presidente do Conselho de Ministros, ele só soubera da pauta do "voto de graças" daquela sessão por meio de uma notícia publicada em um jornal. Além disso, a questão da liberdade de expressão dos partidos, por meio da imprensa, foi um ponto central durante todo o debate.

A menção à imprensa na sessão do parlamento de 19 de março de 1848 é sintomática de um movimento mais amplo do jornalismo, que se intensificou ao longo dos anos de 1850. De acordo com Ana Regina Rêgo (2001), desde a década anterior, a imprensa se tornava uma instituição cada vez mais participativa na vida pública do Império, assumindo papéis diversos, que iam desde informar até legitimar discursos, mediando a relação entre a oficialidade e o público.

No entanto, o ritmo desse processo não foi homogêneo em todo o país. Até o fim da década de 1840, o jornalismo na província do Piauí ainda era restrito, ganhando maior diversificação apenas com as mudanças oriundas do centro do poder político. Mais especificamente, isso ocorreu com a designação do conservador baiano José Antônio Saraiva para ocupar a presidência da província em 25 de dezembro de 1849.

As mudanças impostas pelo novo chefe da administração provincial encontraram respaldo no governo central, pois, ainda em maio de 1848, o gabinete liberal do Visconde de Macahé caiu, passando o comando para um ministério majoritariamente conservador. Naquele momento, a Câmara dos Deputados era formada por 110 conservadores e apenas um liberal. Essa articulação garantiu que os políticos alinhados ao governo central, como José Antonio Saraiva, alcançassem suas metas, mesmo quando estas entravam em contradição com a hegemonia dos poderes locais (Carvalho, 2022).

Na província do Piauí, José Antonio Saraiva trabalhou pela concretização da transferência da capital de Oeiras para a Vila do Poti, que posteriormente daria origem à cidade planejada de Teresina. Embora os conglomerados liberais da antiga sede administrativa tenham se oposto firmemente ao projeto, o debate sobre a necessidade dessa mudança era antigo. Desde o século XVIII, já se reconhecia que a cidade de Oeiras não atendia às exigências da

administração provincial. Sua localização, no meio de chapadas e distante dos rios navegáveis, aliada à falta de estradas, dificultava o acesso e limitava suas capacidades administrativas (Costa Filho, 2010).

A transferência da capital não visava apenas quebrar o isolamento da província, conectando suas cidades à sede administrativa e a outras províncias do Norte[36] do Império, mas também refletia uma ambição modernizadora. O projeto de José Antonio Saraiva buscava romper com o ruralismo predominante na província, trazendo uma fagulha de urbanidade, figurado na nova capital. As ideias de "prosperidade", "mobilidade" e "progresso" marcaram a documentação do processo, e essas temáticas acompanharam Teresina, tornando a capital piauiense uma promessa constante de algo ainda por vir.

Desde o primeiro relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, José Antonio Saraiva demonstrava claramente seu otimismo e a urgência da transferência.

> Será isso uma causa que se possa realizar, sem auxilio poderoso da administração? É mister, portanto que eu e vós, Senhores, estejamos à margem daquele rio, e não vivamos a dezenas de léguas, nestes sertões, uma vida estéril para os mais importantes melhoramentos matérias da província" (Relatório da sessão ordinária da província, 03 jul. 1851 *apud* Nunes. 2007, p. 107).

Em outubro de 1850, Saraiva escreveu em ofício ao Ministro do Império sobre sua viagem à região da vila do Poti para avaliar o território destinado à construção da nova sede provincial. Embora ciente das dificuldades para realizar seu projeto, ele enfatizou a importância da mudança para os interesses da província.

> A ideia Exmo. Sr., da mudança da capital que toda a Província deseja, porque é ela percursora da prosperidade do Piauí, tem sido até hoje desprezada pela opinião de sua inexequibilidade, atentas às dificuldades da criação de uma povoação, que trazendo grandes dispêndios, tem até provocado da parte do Governo Imperial ordem à Presidência, a fim de que seja circunspecta em uma grande medida, que tende a sobrecarregar os cofres gerais [...] Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes do Poti e dar incremento à incremento à edificação de suas moradas no novo local, se conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade, e outras, que possam ser convenientemente alugadas para repartições públicas, eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhara gratidão da Província. Preciso para isso de que o impulso seja dado pelo Governo Imperial (Casa Anísio Brito. Arquivo. Província. L. 209. 82v. 83. Doc. 21 out. 1850 *apud* Nunes. 2007, p. 99)

[36] Adotamos a mesma nomenclatura encontrada nos jornais por Johny Santana Araújo (2015) para a região: as províncias do Piauí, Maranhão e Bahia eram frequentemente apontadas como "províncias do Norte".

Os subsídios organizados por Odilon Nunes (2007) revelam os vastos desafios enfrentados na missão de abrir espaço para a "prosperidade" na província do Piauí. Nos dois anos entre o início dos movimentos pela transferência e a assinatura da resolução Nº 315, em 21 de julho de 1852, que autorizava a mudança da capital, Saraiva lidou com a paralisação dos escravizados nas obras, falta de recursos e o emprego de verbas públicas em obras que considerava desperdício, como o melhoramento das estradas entre Caxias e Bahia e a construção da ponte sobre o rio Canindé.

Na perspectiva de José Antônio Saraiva, o progresso do Piauí passava pela navegação fluvial, acreditando que os "melhoramentos materiais da Província" viriam das margens dos rios Parnaíba e Poti. Com os esforços do jovem magistrado, não demorou para que o governo provincial investisse na navegabilidade dos rios. Em 1858, foi criada a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, conectando os principais pontos econômicos piauienses e, consequentemente, promovendo maior fluxo de informações.

> [...] Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba, criada em 1858, e pioneira no transporte fluvial em maior escala [...] Aquela companhia era subvencionada pelo governo da União para fazer quatro para fazer quatro viagens mensais de Tutóia a Teresina e duas de Teresina a Floriano. Tentava-se estabelecer uma linha regular de Floriano em direção a Santa Filomena (Queiroz, 1994, p. 19).

Segundo Teresinha Queiroz (1994)[37], a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba permitiu à província superar, ao menos em parte, a dependência comercial da cidade de Caxias, no Maranhão. Isso contribuiu para o grande crescimento demográfico de Teresina no século XIX, atraindo migrantes em busca de melhores condições de vida e trabalho. Além do aumento populacional, a localização estratégica da cidade, nas margens dos rios Parnaíba e Poti, trouxe complexidade à política local, já que a transferência da capital gerou uma demanda por novos preenchimentos na burocracia provincial.

A nova capital exigia das elites piauienses uma mão de obra especializada para fazer funcionar a administração em formação, demandando juristas, jornalistas, administradores e professores, funções que frequentemente eram desempenhadas pelos mesmos indivíduos, que disputavam espaço na cena pública da cidade. Esse foi o momento de ascensão dos bacharéis em Direito, oriundos de famílias abastadas do Piauí, cuja estabilidade financeira estava

[37] Consultamos o livro de Teresinha Queiroz (1994), *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Embora o foco seja nos anos finais do Império e no início da República, a obra oferece informações valiosas sobre os primeiros anos de Teresina, incluindo o contexto político e as particularidades do desenvolvimento da imprensa na cidade.

enraizada no meio rural, nas grandes fazendas de gado, sustentadas pela exploração do trabalho sertanejo livre ou escravizado. A organização política no Piauí do século XIX, como aponta Sousa Neto (2016), constituiu-se, em grande parte, como um bem familiar.

De acordo com Marcelo de Sousa Neto (2016), o poder local piauiense estava enraizado nos mesmos sobrenomes que haviam desbravado o sertão na época colonial. Apesar da maior diversificação política proporcionada pelo caráter parlamentarista adotado pelo Império e das vagas abertas na administração provincial com a mudança da capital, os canais de mobilidade social ainda eram fortemente marcados por vínculos de parentesco. Assim, os partidos políticos que disputavam o poder provincial eram muitas vezes usados como mais um mecanismo de aliança entre essas famílias de destaque social. A divisão entre Conservadores e Liberais, na província do Piauí, refletia diretamente o peso dos sobrenomes Sousa Martins e Castelo Branco.

A distinção se fazia também geograficamente: enquanto ao Centro-sul, os descendentes do Barão do Parnaíba encabeçavam um posicionamento conservador em relação à política; ao Norte da província, os Castello Branco resguardavam uma vertente declaradamente liberal (Castelo Branco, 2020; Sousa Neto, 2016).

Ao analisarmos os nomes dos indivíduos que governaram o Piauí desde o início da administração colonial até a década de 1880, percebemos a constante presença de sobrenomes que tiveram grande influência tanto na política quanto na imprensa piauiense. Além dos Castello Branco, representados já em 1810 pelo Ouvidor João Leite Pereira Castello Branco, os sobrenomes Burlamarqui e Souza Mendes também são notáveis, estando presentes desde o período que antecede o primeiro mandato presidencial da província do Piauí.

O governador que inaugurou o aparelho administrativo piauiense, em 1806, foi o Coronel Carlos Cesar Burlamarqui, enquanto o Capitão Francisco de Souza Mendes ocupou o cargo de secretário geral durante a Junta Provisória de 1822. Esses sobrenomes, entre outros, continuariam a se repetir nos movimentos do poder provincial de forma permanente (G, 1894, p. 111)[38].

A análise das informações contidas na *Relação dos cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889* – documento elaborado no início da República como parte do esforço de sistematizar a História do Brasil – revela que, após a queda do Barão da Parnaíba, em 1832, os cargos de presidente e vice-

[38] Essas informações se encontram sistematizadas na "Relação dos cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889". Documento elaborado nos primeiros anos da República, foi lançado em 1894 pela Imprensa Nacional, tipografia oficial do governo, sendo idealizado para preservar a memória política do país.

presidente da província só teriam mandatos com nomes reincidentes a partir de 1848, quando Francisco Xavier Cerqueira assumiu, pela segunda vez, o cargo de vice-presidente provincial. As transformações proporcionadas pela passagem de José Antônio Saraiva acentuaram ainda mais a diversificação política na província do Piauí, onde a alternância de nomes como Simplício de Souza Mendes e José Manuel Freitas na governança refletia a oscilação entre liberais e conservadores no cenário político local (G. 1894, p. 112).

No entanto, a maioria dos nomes que ocuparam a presidência da província do Piauí durante o reinado de Dom Pedro II era de forasteiros. No período entre a transferência da capital para a nova sede em Teresina, em 1852, e o fim da década de 1860, apenas dois presidentes eram de origem local: Polydoro Cesar Burlamarqui, em 1867, e José Manuel de Freitas, em 1868. Mesmo assim, os eixos familiares locais continuavam presentes nos arredores do poder, influenciando decisões e até mesmo coagindo os dirigentes (G, 1894, p. 112- 114).

Do interior desses núcleos familiares e de seus associados políticos, partiam jovens estudantes rumo à Corte, no Rio de Janeiro, ou a Recife, em busca de formação profissional, principalmente em Direito. Ao retornarem, já bacharéis, traziam uma bagagem teórica impregnada de conceitos "europeizados" de interpretação da realidade, o que influenciava diretamente sua atuação política e o teor de seus discursos na imprensa (Matos, 2019; Queiroz, 1994).

Na geração de egressos da Faculdade de Direito do Recife de 1850, figuravam nomes que se destacariam na política piauiense na década seguinte, como José Manuel de Freitas, Polidoro César Burlamaqui, Deolindo Mendes da Silva Moura e José Coriolano de Sousa Lima (Queiroz, 1994). Afinal, "possuir diploma em estudos superiores, sobretudo em Direito, era a condição *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos" das carreiras administrativas do Império brasileiro (Carvalho, 2022, p. 125, grifos do autor).

O bacharelismo imprimiu um caráter elitista à representação pública do jogo político provincial na imprensa. Com a mudança da capital para Teresina e o retorno dos egressos da Faculdade de Direito do Recife na década de 1850, o jornalismo piauiense ganhou mais suporte material, contando com um número significativamente maior de tipografias.

Entre os novos espaços para a produção de impressos, destacam-se a *Tipografia Constitucional*, que publicou *A Ordem* em 1853, primeiro periódico teresinense e órgão do Partido Conservador; e a *Tipografia da Rua da Graça*, responsável por folhetos liberais, incluindo *A Imprensa*, órgão oficial do partido. Também se destacam a *Tipografia Imparcial*, que publicou *O Artista*, e a tipografia de David Caldas, de onde saiu *O Amigo do Povo* em 1868, distribuído gratuitamente entre as camadas populares (Rêgo, 2001).

O mapeamento das tipografias de Teresina nem sempre é preciso, pois alguns periódicos não indicam o local de impressão ou mencionam tipografias apenas como "a mesma" de outro jornal. Ainda assim, Vinícius Leão Araújo (2021) enumera as tipografias teresinenses da seguinte forma:

> [...] do Piauí (1867); da Pátria (1870); [...] da Moderação (1876); do Semanário (1876); da Época (1878), Tipografia do Coronel José de Araújo Costa (1880); do Telefone (1883); do Revérbero (1886); do Reator (1886); da Reforma (1887); do Piauiense (1887); da Tribuna (1880); da Vanguarda Liberal (1889) e da Falange, no mesmo ano (Araújo, 2021, p. 32).

A partir de Teresina, o jornalismo piauiense superou seu atraso inicial, acompanhando a crescente complexidade da política provincial com a ocupação dos novos cargos. De modo que a imprensa provincial se desenvolveu com um caráter eminentemente político, e diversos jornais passaram a circular na cidade, redigidos e veiculados por membros do corpo político/administrativo provincial.

Lívio Lopes Castello Branco, que nos anos 1840 havia chefiado o primeiro jornal político oposicionista voltado à província, *O Liberal Piauiense*, impresso em Caxias (MA), retornou à cena pública como redator de *O Conciliador Piauhyense*. Esse periódico liberal, impresso pela Tipografia Independente, circulou em Teresina em 1857 e contou com a colaboração do jovem Deolindo Mendes da Silva Moura, que viria a ser uma importante liderança do Partido Liberal (Castelo Branco, 2020; Rêgo, 2001; Queiroz, 1994).

A política inglesa, tida como ideal pelos jornalistas brasileiros por respeitar a liberdade de imprensa, estava representada nas palavras de Lord Palmerston[39], que figuravam no cabeçalho de *O Conciliador Piauhyense*. A citação refletia a ideia de uma parceria e troca de conhecimento entre os redatores, alinhada aos princípios que orientavam a publicação do jornal.

> Quando os Homens se unem para uma causa justa, e para fazer o bem, o qualquer que seja o resultado de sua aliança baseada sobre a justiça, sobre o direito, sobre a honra, ela sobrevive a derrota, e tira do próprio desastre – novo esplendores, nova solidez (**O Conciliador Piauhyense**, Teresina, ano I, n. 23, n.p., 28 nov. 1857).

A ligação de mestre e aprendiz que existia entre Lívio Lopes e Deolindo Moura mudaria de configuração na redação de outros jornais de vertente liberal. Nos bastidores do jornal

[39] A citação utilizada como lema pelo *O Conciliador Piauiense* pertence a Henry John Temple, o terceiro Lord de Palmerston, estadista inglês e secretário de relações exteriores cujas ideias coincidiam com a concepção de liberalismo defendida pelos redatores do jornal (Dr. Fisher, 2009).

Propagador, veiculado em Teresina de 1858 a 1860, ambos colaboraram juntos. No entanto, no *Liga e Progresso*, órgão do Partido Liberal[40], que circulou entre 1862 e 1865, Deolindo Moura assumia a posição de proprietário, enquanto Lívio Lopes colaborava em parceria com o jornalista David Moreira Caldas (Rêgo, 2001).

Na edição de 8 de abril de 1865, Deolindo Mendes da Silva Moura, já afastado da redação do jornal, comunicava no *Liga e Progresso* sobre a nomeação do Exm. Sr. João Lustosa da Cunha Paranaguá ao cargo de senador do Império, o que abria uma vaga para deputado pelo Piauí. Na referida publicação, Deolindo Moura criticou a suposta "falta de atitude" do Partido Liberal na movimentação para a eleição de um representante para o cargo, condenando firmemente o posicionamento de seus pares que lhe enviaram cartas favoráveis à indicação do Sr. Antônio Borges Leal.

Portanto, em comunicado intitulado "O bacharel, Deolindo Mendes da Silva Moura", ele afirma:

> A par dessas indagações, queixam-se esses amigos de que não há regularidade na enviatura a elles do jornal do jornal de sam assinantes; que suas publicações quer de interesse político das localidades a que habitam tem merecido honras da impressão, e sobre todo lamento que nem ao menos pela etiqueta obter respostas, simples e ligeira, cartas dirigidas ao diretório do partido se tinha lido ultimamente pera eles. De algum modo culpam-me, por que não obstante haver eu deixado a redação do jornal sabem que tenho parte directa e activa na direção dos negócios políticos (Moura, Deolindo. O bacharel, Deolindo Mendes da Silva Moura. **Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 92, n.p., 08 abr. 1865).

Deolindo Moura expressou insatisfação ao ser cobrado pelos membros do Partido Liberal sobre o funcionamento do jornal *Liga e Progresso*, que, em sua visão, acreditavam que o "único dever dos liberais" no Piauí era assegurar que o Sr. Antônio Borges Leal ocupasse a vaga de deputado e fizesse o que "bem entendesse" com a nomeação. Ele conclui sua comunicação em tom revoltado, afirmando: "A direção da situação política presente, seus produtos bons ou maus, a outros cabem, não a mim" (Moura, Deolindo. O bacharel, Deolindo Mendes da Silva Moura. **Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 92, n.p., 08 abr. 1865).

No entanto, esse desinteresse não perduraria por muito tempo. Em 1865, conforme registrado na *Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte do Governo do Brasil no Período de*

[40] As fontes indicam que a função de órgão de partido era desempenhada por diferentes periódicos, muitas vezes lançados por particulares e que, ao longo das edições, adaptavam a discursão às temáticas políticas do interesse de seus redatores. No entanto, há diferença entre jornais que meramente discutiam a situação política e aqueles que já nasciam destinados a ser órgão de partido como o periódico *A Imprensa*.

Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889, o Sr. Antônio Borges Leal assumiria a 35ª presidência da província de Pernambuco. Simultaneamente, a vaga de deputado geral pelo Piauí seria ocupada pelo próprio Deolindo Moura que, no exercício do cargo, lançaria em Teresina o periódico *A Imprensa*, como substituto do *Liga e Progresso*, na função de órgão do Partido Liberal.

No final da década de 1850, circulavam em Teresina jornais conservadores como *O Semanário*, *A Moderação*, *O Piauhy*, *A Opinião Conservadora*, até o *A Época*, em 1878, que se tornaria o órgão oficial do Partido Conservador. Assim como nos jornais liberais, a redação desses periódicos era comandada por políticos do Partido Conservador, cuja carreira política era passível de mobilidade. Um exemplo é o jurista Antônio Coelho Rodrigues, que de conservador exaltado passou a defensor da república e abolicionista (Costa, 2016).

Logo, na assinatura desses periódicos, como redatores, colaboradores ou personagens de sua exposição, figuravam nomes de membros do Partido Conservador, como Simplício Mendes, Odorico Rosa, Antônio Gentil de Souza Mendes, Gervásio Brito Passo, Antônio Coelho Rodrigues, Theodoro Alves Pacheco, Gabriel Ferreira Simplício Coelho de Resende, Jaime Rosa, Francisco de Souza Martins, Teotônio de Sousa Mendes, Agesislão Pereira da Silva, Raimundo Areia de Leão, Coronel Francisco Mendes de Souza e Coronel Ricardo Teixeira (Rêgo, 2001, p. 41).

Além dos periódicos marcadamente políticos, Teresina contava com uma diversidade de folhas avulsas que abordavam os mais variados temas de interesse da sociedade urbana da jovem sede provincial. Em 1908, na edição especial da revista do IHGB, por ocasião do centenário da imprensa brasileira, o intelectual piauiense Abdias Neves escreveu um breve catálogo geral dos jornais da província do Piauí.

De acordo com esse levantamento, nos primeiros anos de Teresina, circulavam os periódicos *O Petoléa* (1856), de Lívio Lopes; *O Arrebol* (1859), redigido por David Caldas; *O Espectador*, periódico comercial e órgão do Partido Conservador; e *O Semanário Piauhyense* (1859). Em 1860, circulavam *A Dhalia*, *O Pugilato* e *O Pyrilampo*, um semanário de crítica moral e recreativo. No ano seguinte, Teresina conheceria o *24 de Janeiro*, jornal científico e literário. Segundo o relatório, 1862 foi um dos anos mais fecundos para a imprensa teresinense, com a circulação dos periódicos *O Sineiro*, jornal moralista e, por vezes, político, independente da influência partidária; *A Chibata*, *O Corriboque* e *Piaga*, semanário moral e recreativo.

Em 1863, começava a circular o jornal *O Povo*, também de redação de Lívio Lopes. Em 1866, Teresina conheceu o jornal *O Artista*, direcionado exclusivamente à classe artística, publicado duas vezes por semana, de caráter literário e recreativo. Ao fim da década de 1860,

foi lançado *O Ceçar*. Já na década de 1870, a imprensa voltada para discutir ideias republicanas e abolicionistas se fortalecia na província, com a circulação de periódicos como *Oitenta e Nove*, monitor republicano redigido por David Caldas, e *O Abolicionista*, de 1884.

Em 1863, começava a circular o jornal *O Povo*, também de redação de Lívio Lopes. Em 1866, Teresina conheceu o jornal *O Artista*[41], direcionado exclusivamente à classe artística, publicado duas vezes por semana, de caráter literário e recreativo. Ao fim da década de 1860, foi lançado *O Ceçar*. Já na década de 1870, a imprensa voltada para discutir ideias republicanas e abolicionistas se fortalecia na província, com a circulação de periódicos como *Oitenta e Nove*, monitor republicano redigido por David Caldas, e *O Abolicionista*, de 1884.

Boa parte das publicações da incipiente imprensa teresinense se ocupava da troca de farpas entre os membros dos partidos Liberal e Conservador, que discutiam o sistema eleitoral das províncias. Embora o presidente provincial fosse indicado diretamente pelo Imperador, o processo abria espaço para disputas intensas pela preferência dos cidadãos votantes, com o objetivo de consolidar base nos poderes executivo e legislativo.

As eleições seguiam a carta constitucional de 1824, que estabelecia um sistema eleitoral indireto, no qual os votantes de 1º grau escolhiam os de 2º grau, e estes, por sua vez, elegeriam os representantes da nação.

> Art.90 As nomeações de deputados e senadores para a assembleia geral, e de membros dos conselhos gerais das províncias, serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa de ativos em assembleias paroquianas os eleitores de província, e estes os representantes de Nação e Província (Constituição política do Império do Brasil, 1824).

O processo eleitoral era restrito aos cidadãos em "pleno gozo de seus direitos políticos", conforme definidos pelos artigos 91 e 92 da Constituição de 1824, ou seja, homens maiores de 25 anos e com uma renda mínima de 100 mil réis anuais para votantes de 1º grau e 200 mil réis para votantes de 2º grau. Além do critério financeiro, analfabetos, escravos, mulheres, militares, estrangeiros não naturalizados, clérigos e aqueles que professassem religião distinta da oficial do Império estavam excluídos do direito de voto. Esses parâmetros restringiam de forma significativa a participação eleitoral, limitando a maioria da população de exercer o voto.

[41] De acordo com o catalogo montado por Abdias Neves ao IHGB o periódico *A Rosa* era publicado pela tipografia da Imprensa duas vezes por semana, no entanto não encontramos referências diretas sobre o seu conteúdo, apenas obvimos uma edição pelo site da Biblioteca Nacional, mas a mesma é manuscrita e tem indicativos de pertencer a província do Maranhão. Portanto, supomos pelo título que o jornal *A Rosa* do Piauí se dirija ao público feminino, não temos certeza.

O estabelecimento de um limite financeiro para distinguir cidadãos com plenos direitos políticos fazia com que a engrenagem eleitoral provincial girasse em torno dos mesmos nomes, permitindo que apenas uma pequena elite econômica piauiense se consolidasse no cenário político-administrativo da província. No entanto, não era raro encontrar nos periódicos teresinenses menções a fraudes no sistema eleitoral, uma questão que alimentava o debate público com ofensas pessoais trocadas entre liberais e conservadores. Apesar do elitismo bacharelesco da classe política, os embates eram marcados por expressões de baixo calão e calúnias contra adversários. Além disso, o voto aberto tornava o clima eleitoral tenso e vulnerável à manipulação social, pois os pactos previamente estabelecidos entre os votantes podiam ser conferidos diretamente nas urnas.

O debate sobre as eleições e as nomeações para cargos públicos na província era complexo, permeado por dubiedades e ironias compatíveis com o nível intelectual dos colaboradores do periodismo piauiense. Um leitor desavisado poderia até se confundir com os laços políticos que transpareciam nas páginas dos jornais, mas isso não ocorria com os próprios envolvidos nas disputas, habituados ao tom ácido das publicações.

Um exemplo que evidencia essa característica do jornalismo em Teresina é a resposta do jornal *O Piauhy* ao editorial de *A Imprensa*, publicado em 13 de janeiro de 1869. Nessa edição, há um longo pronunciamento sobre a renúncia do Dr. Antônio Borges Castelo Branco ao cargo de deputado geral pela província, sob a justificativa de que sua permanência no posto poderia contribuir para futuras "violências e arbitrariedades" por parte do partido no poder. Desde 1868, o Piauí estava sob o comando do conservador Augusto Olympio Gomes de Castro, o que, segundo seu pronunciamento, dificultaria o exercício do cargo para o qual havia sido eleito.

A réplica do órgão conservador a tais declarações vem carregada de falso lisonjeio na matéria intitulada "A renúncia do Snr. Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco":

> De nossa parte tínhamos de aceitar a candidatura do Sr. Antônio Borges; nosso amigo de todas as epochas, não podia elle contar com nosso apoio, nem nutrir ele a esperança de que nos apressemos em reparar a ingratidão de seus correligionarios, commettendo-lhe o mandato no legislativo. Uma vez que tivessemos a necessaria liberdade de acção, não podia ser duvidosa a nossa escolha: recahiria ella, como de facto recahio naquelles com nosco experimentaram as privações da Liga e Progresso, naqueles preferiram as privações e os sofrimentos aos gozos um poder arbitrario e immoral (A renuncia do snr. dr. Antonio Borges Leal Castello – Branco. **O Piauhy**, Teresina, ano II, n. 58, n.p., 16 jan. 1869).

O texto segue apresentando o Dr. Antônio Borges Castelo Branco como um "mártir" perseguido pelos próprios correligionários e exaltando sua justeza moral. No entanto, a narrativa muda de tom ao questionar as supostas violências mencionadas por Castelo Branco em *A Imprensa*. Provavelmente, o pronunciamento publicado pelo órgão do Partido Liberal fazia referência às campanhas eleitorais ocorridas em setembro do ano anterior.

O Piauhy argumenta que o presidente conservador recém-eleito não teria tido sequer tempo para influenciar o pleito e que, ao julgar os resultados, agiu com imparcialidade, chegando a anular a vitória conservadora em Oeiras. No entanto, o ponto mais satírico do texto surge em sua conclusão: segundo o jornal, a ausência de protestos nos periódicos liberais contra supostas violências eleitorais seria a prova de que tais abusos jamais ocorreram, contrastando ironicamente com o tom inicial mais cordial da explanação.

Assim, a imagem do Sr. Antônio Borges Castello Branco vai sendo sutilmente transformada de "mártir" injustiçado em um caluniador mordaz. A transição entre elogios e críticas ocorre de forma discreta, sem grandes rupturas. O texto se encerra em tom de ressentimento diante das "falsas" declarações do adversário e ainda aproveita para direcionar ofensas a outro nome de destaque no Partido Liberal, o ex-presidente da província, Pollidoro César Bulamarqui.

> Não seja injusto o Sr. Antônio Borges; deixe aos Pollidoros a triste missão de inventar e caluniar, lenitivo e único as dores que os pungem. Não se confunda com os detractores, que avaliam nossa imprensa; conserve-se na altura do seu nome e não perturbe a serenidade da consciência com o odioso praser de uma vingaça sem justiça e sem motivo (A renuncia do snr. dr. Antonio Borges Leal Castello – Branco. **O Piauhy**, Teresina, ano II, n. 58, n.p., 16 jan. 1869).

A acidez do debate entre os jornais *O Piauhy* e *A Imprensa* exemplifica uma prática comum entre os periódicos teresinenses: o jornalismo funcionava como uma arena pública de enfrentamento político e social para a elite letrada. Era por meio da imprensa que as figuras do cenário político piauiense se consolidavam. Assim, a troca de farpas, ora sutil, como no caso da matéria supracitada de *O Piauhy*, ora abertamente agressiva, cumpria o papel de delimitar os campos de batalha diante da sociedade.

A situação descrita no jornal *O Piauhy* reflete uma prática recorrente nos periódicos teresinenses: a encenação pública dos embates políticos forjados nos bastidores da política provincial. Não se trata de uma "farsa", mas de um jogo estratégico em que os protagonistas do teatro político compreendiam a necessidade de expor publicamente seus atos e ideais. Tal postura ia além da mera busca pela confiança dos eleitores para assegurar cargos, pois, embora

as denúncias de fraude eleitoral fossem frequentes, o ponto central dos embates na imprensa teresinense parecia residir na exibição de força diante dos adversários, seja para intimidá-los, seja para reafirmar publicamente seu próprio posicionamento.

Outra importante temática que ocupava as páginas dos periódicos teresinenses era a questão da modernização da província do Piauí, com o debate se intensificando ainda mais quando o foco era a capital. Teresina, por ser uma cidade planejada para abrigar a sede da província, tornou-se marcada pelo discurso de civilidade e progresso desde sua fundação em 1852. Mais do que apenas o aparelho administrativo provincial, o traçado urbano da cidade passou a ser encarregado de sustentar o futuro almejado para o Piauí.

José d'Assunção Barros (2007), ao utilizar as reflexões de Paolo Sica[42], afirma que "a cidade oscila entre cidade real e cidade sonhada". Assim, a cidade se encontra tanto nos ideais dos urbanistas quanto nos fatores imaginários e legíveis com os quais o indivíduo convive e transforma diariamente. Em Teresina, o fator de legibilidade da cidade estava atravessado pela atuação dos jornais, que refletiam sobre a urbe por meio de referências predominantemente estrangeiras ou da Corte, no Rio de Janeiro, buscando enxergar na jovem capital um centro de progresso e civilidade, capaz de servir de exemplo para as demais cidades piauienses.

No entanto, Teresina não se fez apenas dos planos de seus idealizadores e pensadores. Ao desenho rígido e racional da sua planta matriz, que se espelhava nas formas retas de um tabuleiro de xadrez, a cidade opôs a realidade incontrolável e disforme. Mesmo que os anos imediatamente posteriores à implantação da nova sede provincial tenham sido o momento de maior crescimento demográfico da sociedade teresinense até o fim do século XIX, "a malha urbana foi se fazendo de forma lenta, de modo compacto em torno do centro administrativo" (Nascimento, 2015, p. 125). A escassa população excessivamente aglomerada ao centro da cidade se tornou uma característica marcante do crescimento da capital.

Até o fim do século XIX, Teresina, que representava uma promessa de "progresso" e de ruptura com o ruralismo latente do passado e presente da província, cresceria sob o signo do contraste entre uma experiência pobre e rural e o discurso modernizador que circulava entre as elites. Tal diferenciação ficava evidente no ordenamento "urbano" da jovem cidade. Ao lado dos casarões que abrigavam órgãos públicos da administração provincial e das suntuosas residências de seus funcionários, estavam as "palhoças" miseravelmente construídas pelas

[42] Em seu artigo, *Cidade, Espacialidade e Forma: Considerações sobre a articulação de três noções fundamentais para a História Urbana*, José d' Barros (2007), percorre o caminho teórico onde que consolidou a maneira que são encarados os estudos sobre cidades na academia e cita o autor francês Paolo Sica com um dos percussores da noção de "legibilidade" urbana.

pessoas pobres que, atraídas pelo comércio ou pela localização ribeirinha da cidade, se viam inclinadas a residir em Teresina (Nascimento, 2015).

De acordo com Francisco Alcides Nascimento (2015), o cenário urbano de Teresina, na segunda metade do século XIX, era marcado por ruas sem calçamento, cercadas por casebres de palha. Não havia qualquer estrutura de esgoto, e a mobilidade "urbana" se dava principalmente por meio de carroças ou nas barcas que atravessavam o rio Parnaíba. À classe mais humilde restava atravessar a cidade a pé. Mesmo sendo a capital, até o final da primeira década do século XX, Teresina ainda não contava com "nenhum equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna" (Queiroz, 1994, p. 23).

A documentação do período da transferência da capital revela as aspirações da classe dirigente em relação a Teresina. Em relatório à Assembleia Legislativa da Província do Piauí, datado de 5 de dezembro de 1853, o então vice-presidente provincial, Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira, apresenta as obras em "franco desenvolvimento" para abrigar a estrutura administrativa da província. O relatório também expressa a grandeza pretendida para a nova cidade, destacando a construção da "matriz, a cadeia, o hospital, o cemitério e o quartel", além da previsão de dois poços para abastecimento d'água (Nunes, 2007, p. 125).

O Dr. Paiva Teixeira via em Teresina uma oportunidade de crescimento, impulsionado pelo fluxo comercial proporcionado pela proximidade com o rio Parnaíba, e sua confiança no "progresso" justificava os investimentos públicos necessários para a construção da capital desde sua planta. O vice-presidente não disfarçava seu encantamento com a concretização do projeto, e, em suas comunicações à Assembleia Legislativa da Província do Piauí naquele ano singular, pós-inauguração da nova sede provincial, detalhava o andamento das obras essenciais para a salubridade da recém-iniciada capital, explicando também o manejo das verbas provinciais que viabilizavam tal empreendimento.

Na comunicação de 01 de julho de 1853, o Dr. Paiva Teixeira informa à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí que as verbas destinadas ao Hospital da Caridade de Oeiras foram transferidas para a nova estrutura em Teresina, que passou a adotar o nome da antiga instituição, então rebaixada a enfermaria:

> Resolveu a Assembleia Provincial, que desde logo fosse criado na Terezinha um hospital colocado no edifício em construção, destinado para quartel de Polícia, para cujas acomodações consignou a quantia de 600$00 reis, e reduziu o de Oeiras a uma só enfermaria, à um enfermeiro, que ao mesmo tempo servisse de escrivão, e a um servente, para o que tudo marcou a quantia de 1.500$000 reis, compreendidas as despesas de botica e médico, a quem

> arbitrou a gratificação de 400$000 anuaís. (NUPEM. Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. 07 de jul. 1853 *apud* Santos, 2014, p. 07).

Os relatórios assinados pelo vice-presidente Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira também destacam os pontos negativos da situação da província do Piauí que a cidade de Teresina deveria superar:

> A lavoura da província não está em estado lisonjeiro, como fora a desejar, pois é certo que continua o mesmo método antigo de cultura sem nenhum aperfeiçoamento, quer no amanho da terra, quer em máquinas, que suprindo a força dos braços humanos, facilitem o trabalho, aumentem e aperfeiçoem seus produtos. Os nossos lavradores não se querem apartar da prática dos seus maiores, e com indiferença olham para as máquinas e novos inventos.
> Não é o custo das máquinas a causa de sua não vulgarização, porque estas importando por exemplo em 400$000 reis, ou 600$000 reis, e suprindo o trabalho de três ou quatro homens, muitos de nossos lavradores preferem comprar escravos a 700$ e a 800$, não obstante o risco de moléstias, fugas, mortes e outros inconvenientes. Tanto neles podem os antigos hábitos! (NUPEM. Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. 05 de dez. 1853 *apud* Monteiro, 2016, p. 107).

A atividade econômica da província do Piauí estava majoritariamente ligada à cultura arcaica das fazendas de gado. Dentro da organização social das grandes propriedades de terra, havia espaço para pequenos redutos de agricultura de subsistência, geralmente funcionando em terras arrendadas a pessoas livres em troca de parte da produção ou da típica lealdade sertaneja, tão valorizada entre os poderosos mandatários (Monteiro, 2016).

Ao citar a falta de investimentos públicos e particulares em maquinário, o vice-presidente Dr. Paiva Teixeira alude a ideia de "progresso" material de modo que a pretensão modernizante do discurso oficial impregnou as pautas jornalísticas sobre a cidade. Segundo Francisco Alcides do Nascimento (2015), as primeiras ações para iluminar Teresina ocorreram no final de 1862, quando o então presidente provincial José Fernando Moreira autorizou verbas para iluminar o Palácio do Governo e outros edifícios ao redor da praça da Constituição. No entanto, essa medida não foi suficiente para resolver a carência de iluminação pública na cidade. Em resposta, os periódicos teresinenses passaram a abordar a questão de forma comparativa, alinhando Teresina às grandes urbes ocidentais, com o intuito de destacar a importância dessa demanda.

Na edição de 12 de junho de 1868 do periódico *A Imprensa* há uma pequena lista da situação da iluminação pública de algumas das cidades que deveriam servir de inspiração para Teresina:

> Paris é iluminada por 21:000 bicos de gás.
> A cidade do Rio de Janeiro, 1866, era iluminada por 5:051 ditos.
> A da Bahia, no ano passado, por 2:102 ditos.
> A do Recife por 1:250 ditos.
> A de Belém (Pará) por 1:015 ditos, no ano passado:
> A de S. Luiz do Maranhão por 480 ditos
> (**A Imprensa**, Teresina, ano III, n. 151, n.p., 12 jun. 1868).

Embora a lista apareça de forma "solta" na edição de 12 de junho de 1868 de *A Imprensa*, sem uma análise aprofundada ou um título que anunciasse sua presença, a estrutura do texto é reveladora. Ela segue um viés comparativo, comum nos discursos do jornal sobre a cidade, onde as grandes urbes eram constantemente usadas como exemplo para Teresina. Os "ditos" enumerados no texto referem-se aos lampiões a gás dessas cidades, que, mesmo distantes geograficamente, faziam parte do horizonte de expectativas criado pelos periódicos para a capital piauiense. A contagem começa por Paris, uma cidade europeia, destacando o prestígio do estrangeiro como principal referência; em seguida, direciona-se para a Corte, no Rio de Janeiro, e, por fim, as demais cidades influentes política e economicamente do Império brasileiro.

Já em 1869, tomando quase todo o espaço da seção de anúncios da edição de 18 de setembro do periódico *O Piauhy*, estava a publicação do engenheiro civil José Gaune que indicava em letras gigantes que seus desenhos de máquinas haviam variado de preço em decorrência da atualização possível graças aos modelos oriundos da Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1867. Entre os engenhos que colocava a disposição da população estava o novíssimo sistema de iluminação à petróleo:

> Novo sistema de iluminação pelo petróleo
> Este sistema de iluminação é o melhor, e como tal reconhecido na Europa e além de dar boa luz resulta ao mesmo tempo dela maior economia. Serve não somente para iluminação pública como também para a iluminação particular (**O Piauhy**, Teresina, ano III, n. 114, n.p., 18 dez. 1869).

O anúncio, que se referia diretamente à simbologia da Exposição Universal de Paris, onde o novo e o moderno eram apresentados ao mundo, resultou no envolvimento do Dr. José Gaune em um escândalo administrativo, noticiado por *O Piauhy* alguns meses depois. Na edição de 21 de maio de 1870, o periódico publicou uma matéria sem título, denunciando a suposta corrupção no teto de gastos destinados à iluminação da capital, e exigia uma fiscalização rigorosa na aplicação dos recursos públicos. O limite para esse investimento havia

sido fixado pela Assembleia Legislativa da Província do Piauí em 1869, no valor de 2.500$000 réis, destinados a "obras diversas".

> Da letra escrita para desta disposição é impossível deixar de concluir que a quantia votada para tal despesa, que não pode exceder 2.500$ reis, devia ser gasta- não com a aquisição apenas dos lampiões somente, mas também no custeio da iluminação - no entanto, S, Exc. Atendendo mais as conveniências do seu hospedado e amigo – do que o fiel cumprimento da lei e os interesses legítimos da província que administrava, fez com que o Sr. Dr. Gaune uma conta de chegar e contratou com ele pelo máximo da importância votada (2.500$000 reis) o fornecimento de 12 lampiões apenas, que, somente por mistificação, foram indicados no contrato pelo nome de – aparelhos de iluminação Preling a Dos; porem que temos nos termos restritos da verdade; - são lampiões vulgarmente conhecidos!! Mas era preciso corresponder a dedicação desinteressada do Sr. Dr. Gaune e o sacrifício de ter vindo do Maranhão até esta cidade em visita ao S. Exc. O que não é caro realmente por por 2.500$000 reis (**O Piauhy**, Teresina, ano III, n. 130, n.p., 21 maio 1870).

Desde outubro de 1869, a província do Piauí estava sob o comando do maranhense Luiz Antônio Viera da Silva, que, na ocasião, enfrentava acusações de favorecer o engenheiro José Gaune, também maranhense, no contrato de prestação de serviços para iluminar a cidade de Teresina. A associação entre os dois resultou na diluição do capital destinado à pasta de "obras diversas" do melhoramento urbano da capital, reduzindo o investimento de 1870 a apenas 12 lampiões.

Entretanto, os recursos provenientes desse contrato eram insuficientes para atender à demanda da cidade, que continuaria imersa em sua penumbra noturna por muitos anos. Segundo Francisco Alcides do Nascimento (2015), os discursos oficiais dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial de 1880 revelam uma Teresina mal iluminada, o que preocupava os dirigentes da província, com o olhar estrangeiro sobre a capital. Diante disso, foi autorizada a compra de 80 lampiões de cobre, um gesto que evidenciava a precariedade da iluminação pública até aquele momento.

Embora a realidade urbana de Teresina não tenha acompanhado as expectativas de seus dirigentes, o jornalismo teresinense continuou a debater amplamente o desenvolvimento da cidade, seja material ou humano. Enquanto a capital, que havia nascido com a missão de abrigar o futuro, se expandia sob o "signo das casas de palha", os periódicos alimentavam uma visão alternativa para a sede da província, espelhada nas grandes urbes modernas.

Assim como outros aspectos discursivos da política teresinense, a cidade idealizada fazia parte do horizonte de expectativas criado pelo jornalismo, que frequentemente expressava seu anseio modernizante por meio de artigos reivindicatórios. Esses textos buscavam evidenciar

as mudanças na infraestrutura física e política capazes de construir, no presente, um caminho sólido para o futuro desejado. No entanto, os protestos acabavam ressaltando, na prática, os pontos negativos que a província do Piauí tentava superar.

É interessante perceber que a linguagem jornalística é entendida pelos seus autores como um potencial agente modificador da realidade. A escrita não somente indicava as questões a serem resolvidas, mas era parte ativa da "solução" dos problemas, ou ao menos da busca por ela. Essa crença no poder de transformação social do jornalismo manifestava-se especialmente nas matérias reunidas sob o mesmo título do periódico que as publicava; por exemplo, no jornal *A Imprensa*, os trechos destacados pelo enunciado "A Imprensa" funcionavam como uma espécie de editorial, onde eram expostos os posicionamentos dos redatores do jornal.

Em matéria anunciada com o título "A Imprensa", publicada na edição de 30 de novembro de 1866 do periódico *A Imprensa*, podemos extrair uma demonstração desse tipo de narrativa reivindicativa tão presente no jornalismo teresinense.

> Em toda sociedade bem organizada, em que os agentes do poder executivo compreendem perfeitamente a religião de seus deveres, o interesse público e particular não podem deixar tomar impulso considerável. Tornar mais breves as vias de comunicação, tentar os melhoramentos das estradas públicas e mandar proceder aos reparos nos edifícios públicos arruinados, são medidas que entram nas altas atribuições do poder administrativo em uma província e que exercem grande influência na sua prosperidade, alvo principal, para o qual devem convergiras vistas de todo governo ilustrado e bem intencionado e amante de seu país. O comércio e a agricultura, que constituem a primeira fonte de riquezas d' um povo merecem ser encarados pelo governo com o mais decidido apoio. E' mister que a esses dois poderosos sustentáculos do edifício social sejam livremente franquiados os melhores meios de transporte; porque a não ser assim a cousas permanecerão em estado de completo atraso, que sem dúvida não se compadecera com ideias do século XIX em que o pensamento e a matéria se transmitem em grande parte por fios elétricos e por locomotivas, graças ao esforço da incansável humanidade que dia e para dia busca aperfeiçoar-se (A Imprensa, **A Imprensa**, Teresina, ano II, n. 71, n.p., 01 dez. 1866).

A argumentação do periódico *A Imprensa* revela algumas sistemáticas da reivindicação por progresso feitas pelo jornalismo teresinense, a começar que o clamor se baseia no viés da comparação: o Piauí e, mais incisivamente, sua capital deveriam incorporar o comportamento político presente "em toda sociedade bem organizada", onde, de acordo com editorial "A Imprensa", publicada na edição de 01 de dezembro de 1866 do jornal, citada anteriormente, os agentes do poder executivo, bem como o interesse particular, deveriam agir de maneira conjunta a fim não somente de implementar melhorias materiais para a província, mas principalmente de quebrar o "atraso" de um passado que ainda se encontrava latente.

No editorial publicado na edição de 01 de dezembro de 1866 do periódico *A Imprensa* cobra o apoio do governo da província às atividades econômicas que traziam riqueza para a região: o comércio e a agricultura, cujo pleno desenvolvimento dependiam do investimento de verbas públicas em diversos segmentos de infraestrutura, que vão desde a abertura de estradas até a reforma de edifícios públicos "arruinados". Mas, o ponto mais relevante para nossa avaliação do potencial transformador que a imprensa julgava possuir é a menção as mais novas tecnologias de comunicação e transporte da época ao se referir aos fios elétricos e as locomotivas. Afinal, naquela segunda metade do século XIX, pessoas e suas ideias circulavam cada vez mais rápido graças "ao esforço da incansável humanidade, que dia a dia busca aperfeiçoar-se", criando tecnologias que abririam espaço para o tão almejado progresso.
(**A Imprensa**, Teresina, ano II, n. 71, n.p., 01 dez. 1866).

Interpretamos as reflexões dos jornais sobre a busca pelo progresso da província do Piauí e, consequentemente, de sua capital, Teresina, à luz da relação entre cidade e escrita apontada por Raquel Rolnik (1995, p. 16), que afirma: "Construir cidades significa uma forma de escrita". Assim, a cidade se configura como um texto sobre o qual se produzem outros textos. O jornalismo teresinense, portanto, apresenta a interpretação desse texto urbano, uma resenha cujo propósito era abrir espaço, nas palavras de concreto, para uma cidade ainda em construção, mas alicerçada na ideia de "progresso", nos vários sentidos possíveis que o conceito atingisse.

Teresina trouxe complexidade a vida política piauiense o que refletiu sobre o seu incipiente jornalismo. Entre as questões que pairavam sobre os jornais, a adequação da província ao que era considerado como progresso se destaca, seja ele de ordem social, material ou urbano. O horizonte de expectativas projetado pela imprensa teresinense sobre o futuro estava mais vinculado ao mundo das ideias do que ao cotidiano vivido por seus jornalistas. Talvez essa própria imaterialidade alimentasse o otimismo dos discursos, ao impulsionar a necessidade de reivindicar melhorias para a província do Piauí e, especialmente, para sua capital, Teresina, que nos editoriais locais era representada com as formas e modos das grandes cidades às quais era comparada.

3.3 O periódico *A Imprensa*: redação, condições materiais e ideologia

Quando o Império do Segundo Reinado começava a mostrar seus primeiros sinais de cansaço, o Partido Liberal da província do Piauí lança o periódico *A Imprensa* (Rêgo, 2001). Apesar da fragilidade política evidenciada pela constante alternância entre gabinetes liberais e

conservadores no comando do Parlamento Brasileiro e pela crise iniciada pelo conflito entre a Tríplice Aliança e a República do Paraguai, não havia momento mais oportuno para o início das atividades do jornal *A Imprensa*, que se posicionava como órgão oficial do partido.

A consolidação do periódico no campo jornalístico teresinense coincide com a ascensão dos políticos do eixo liberal na província do Piauí, em 1865, ano que marca o início das atividades do *A Imprensa* como órgão do Partido Liberal. Deolindo Mendes da Silva Moura, seu proprietário e principal redator, ocupava o cargo de Deputado Geral da província pelo partido. De acordo com as informações coletadas na *Relação dos Cidadãos que Tomaram Parte do Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de Novembro de 1889*, nos anos seguintes, outras importantes lideranças liberais ascenderiam a posições de poder no cenário político piauiense: José Manuel de Freitas desempenhou a função de segundo vice-presidente de outubro de 1866 a agosto de 1868, e, no ano de 1867, Polydoro Cesar Burlamarqui foi nomeado para a décima segunda presidência da província do Piauí (G, 1894).

A Imprensa quebra com a costumeira brevidade da sobrevida dos jornais oitocentistas, circulando quase sem intervalos até 1889, totalizando 1.095 edições publicadas, sendo, portanto, o jornal de maior longevidade (Rego, 2001). Durante seus vinte e cinco anos de atuação, o periódico recebeu a contribuição de importantes nomes da política piauiense, funcionando como vitrine para as pautas liberais desses indivíduos. Clodoaldo Freitas[43], um dos colaboradores da última fase do periódico, ao biografar o fundador do jornal para sua obra *Vultos Piauienses*, lançada em 1903, revela a formação da primeira redação de *A Imprensa*:

> A sua atitude na redação d' A Imprensa o colocou, em pouco tempo, na direção do partido, de que se tornou dos mais festejados chefes. Era o braço desse grande partido a que o Dr. José Manuel de Freitas era a cabeça. Na campanha oposicionista de 1868 a 1871, tão brilhante e tão memorável, o Dr. Deolindo salientou-se pela sua infatigável atividade, pelo seu denodo e pela sua prédica democrática. Tendo por companheiros n' A Imprensa seu irmão, David Caldas, Dr. Jesuíno José de Freitas, Miguel Borges, Dr. Augusto Colin da Silva Rios e outros, Dr. Deolindo deu combate ao governo em todos os terrenos (Freitas, 2012, p. 61).

[43] Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, Clodoaldo Freitas desempenhou importantes funções na política piauiense, chegando a ser juiz e promotor no Piauí, mas está em evidencia para historiografia piauiense pela sua contribuição enquanto escritor e colaborador dos principais jornais em circulação, entre folhas piauienses e do Rio de Janeiro, entre eles *A Imprensa*, *A Reforma* e o *Jornal do Comércio* (RJ). Suas obras estão voltadas para pensar o Piauí e a nação com um todo, entre elas estão os livros *História do Piauí* (1902), *Vultos piauienses* (1903), *O Piauí: canto sertanejo* (1908), *O Palácio das Lágrimas* (1910) e *História de Teresina* (1988) lançado postumamente (Costa, 2019; Queiroz, 1994; Leão Araújo, 2021).

Apesar do número de correspondentes nos primeiros anos do jornal e do anonimato das comunicações publicadas em *A Imprensa*, a maioria das matérias, assim como a organização da estrutura textual das edições, são atribuídas diretamente a Deolindo Moura e seu parceiro político e amigo pessoal, o jornalista David Caldas. A eloquência dos discursos desse momento inicial pode ser compreendida em parte pelas características das personalidades desses dois indivíduos (Rêgo, 2001; Queiroz, 1994).

Produzido em tipografia própria, o periódico manteve, desde sua edição inaugural até a última publicação, a mesma configuração. Suas quatro páginas, divididas em seções, tinham o compromisso de atualizar os leitores sobre os trâmites da administração provincial, fomentar o jornalismo e atuar como "conselheiro, advogado e guia zeloso" dos cidadãos piauienses. No entanto, sua principal responsabilidade era a propagação dos ideais do Partido Liberal. Palavras de ordem assumiam um tom evocativo, enquanto os conceitos de liberdade, ordem e justiça permeavam todas as suas edições.

Desde sua primeira edição, *A Imprensa* deixou claro seu posicionamento ao declarar em seu texto de apresentação: "encerra naturalmente promessas, cuja valia convém fixar, *A Imprensa* é essencialmente um órgão político" (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865) . Dessa forma, todas as demais funções que o periódico atribuía a si estavam subordinadas à missão de expressar sua adesão à ideologia "desse grande partido" Liberal. Embora anunciasse o alinhamento de seus princípios aos parâmetros constitucionais e da legalidade, enfatizava também o desejo pelo "Império da liberdade", estabelecendo nesse ideal o cerne de sua linha discursiva.

> Entretanto, nossos mais ardentes desejos cifram-se no progresso e na civilização d' este opulento imperio americano e particularmente d' esta formosa provincia. Fazemos votos para que ella chegue ao apogeo da prosperidade. A coadjuvação que sob este ponto de vista lhe devemos há ser constante. O que de nós depender para que ella adiante sequer um passo na senda de seus melhoramentos, não será de nós esquecido. Interessa-nos em primeiro lugar, para que seja desenvolvida sua agricultura, a indústria que lhe acena vantagens de maior tomo e que exerce influência immediata sobre seu comercio, credor de isenções e prerrogativas. Mostraremos decidido interesse por sua viação terrestre e fluvial, poderosos auxiliares de seu commercio e indústria tratando das estradas e caminhos vicinais, poremos em relevo a navegação a vapor no rio Parnaíba, a qual já abriu as portas de um venturoso por vir (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865).

A promessa de auxiliar na fiscalização de tudo que influenciasse positivamente a indústria e o comércio teresinense estava diretamente ligada à ideia de liberdade. Para os redatores de *A Imprensa*, tão essencial quanto a manutenção da ordem no "opulento Império

americano" era a garantia das liberdades individuais, especialmente a econômica. Assim, na perspectiva do periódico, o poder político surgia como o meio mais eficaz de equilibrar a satisfação individual e o bem comum. Esse posicionamento se evidencia ao responsabilizar o Estado, representado pelo governo da província, por assegurar o funcionamento das iniciativas particulares, como o comércio, por meio da oferta de estradas e transportes fluviais. *A Imprensa* assumia, assim, o papel de fiscalizadora dessa demanda.

As diretrizes que orientavam a atuação de *A Imprensa* derivavam da interpretação que seus redatores faziam do programa geral do Partido Liberal. Os ideais que norteavam tanto a atuação do partido quanto de seu órgão noticioso no Piauí foram sistematizados por Américo Brasiliense[44] em 1878, na obra *Os programas dos partidos políticos e o 2º reinado: exposição de princípios*. Publicado pela tipografia de Jorge Seckler, em São Paulo, o texto reúne uma série de documentos oficiais para embasar os pontos que o autor considerava característicos dos partidos analisados.

Em sua análise sobre os partidos de vertente liberal durante o Segundo Reinado, Américo Brasiliense (1878) os classifica em quatro grandes programas. O primeiro, de 1831, vincula-se aos movimentos revolucionários que levaram à abdicação de D. Pedro I, momento em que o pensamento liberal se dividiu entre moderados e exaltados. O segundo, o Progressista de 1862, reunia liberais e conservadores moderados que defendiam a "realização prática da liberdade individual" como princípio para regular as atribuições do Estado, buscando maior autonomia para as províncias sem romper com o poder monárquico. O terceiro, o Liberal Radical de 1868, reunia os chamados "liberais históricos", ferrenhos opositores da Liga Progressista, que reivindicavam amplas reformas, incluindo o fim da Guarda Nacional e do Poder Moderador. Por fim, a configuração do Partido Liberal de 1869 surgiu em oposição à hegemonia conservadora instaurada pelo Gabinete Itaboraí no ano anterior, pautando-se na defesa do elemento democrático da Constituição e na ampliação das liberdades individuais e políticas, alinhando-se à máxima "o rei reina, mas não governa" (Brasiliense, 1878).

É importante destacar que os programas partidários analisados por Américo Brasiliense (1878) não eram transcrições de documentos oficiais com função normativa para as

[44] Jurista paulista, foi presidente das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro (1868). Já em São Paulo, foi vereador (1881/1882) e deputado provincial (entre 1868 e 1889). Nomeado terceiro governador, exerceu o cargo de 07/03 a 11/06/1891. Na República foi chefe do Executivo até 15/12/ 1891. Autor de obras importantes onde pensa a constituição política do Brasil, como *Os programas dos partidos políticos e o 2º reinado: exposição de princípios* e a monografia apresentada a Faculdade de Direito de São Paulo intitulada *Qual a melhor theoria para fundamentar o direito de punir?* (Governo do Estado de São Paulo. Galeria dos governantes. 2011. Disponível: https://webcitation.org/619hyW4UC?url=http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/03galeria/galeria.htm. Acesso em: 01 jun. 2024

organizações políticas, mas sim um compilado de discursos proferidos por seus membros no Parlamento, em jornais e em manifestos públicos. O autor complementa sua análise vinculando esses discursos aos acontecimentos políticos, construindo, assim, uma base histórica para sua obra. Dessa forma, sua narrativa apresenta o Partido Liberal como um conjunto de ideias permeadas pelo conceito de "liberdade individual".

Embora Américo Brasiliense (1878) tenha escrito a partir de uma província distante do Piauí e seu estudo extrapole o recorte temporal do início das atividades do periódico aqui analisado, suas reflexões são essenciais para compreendermos, em termos gerais, o significado de ser "liberal" no Império do Segundo Reinado. Assim, torna-se possível identificar as particularidades do liberalismo piauiense e entender como os redatores de *A Imprensa* interpretavam e traduziam esse conceito. Além disso, como a maioria das fontes utilizadas pelo autor foi produzida pela elite política da Corte, no Rio de Janeiro, seus discursos refletem ideias que encontravam ressonância em todo o Império brasileiro.

Entre as continuidades observadas na conduta do periódico e os "programas de governo liberais", destaca-se a defesa das liberdades individuais e a busca pelo equilíbrio entre o poder político e o bem comum. No entanto, o liberalismo piauiense, tal como expresso nas páginas de seu órgão noticioso, apresentava características próprias, moldadas pela realidade local. Nos artigos de *A Imprensa*, percebe-se que, para seus redatores, o "liberalismo" estava mais associado à ideia de modernização – ou, pelo menos, à tentativa de romper com o passado e o presente rural da província – do que à elaboração de uma liberdade "adequada" ao regime monárquico.

Percebemos que o liberalismo defendido por *A Imprensa* não se opunha, ao menos na maior parte do tempo, ao poder central do Império. Em um primeiro momento, isso ocorria porque o Gabinete de Olinda, que comandava o Parlamento em 1865, pertencia ao eixo político liberal. No entanto, o principal motivo era a interpretação moderada que seus redatores atribuíam ao conceito de liberalismo. Por vezes, os textos publicados no periódico buscavam associar o Partido Liberal à condição de defensor do Império, enquanto retratavam os opositores de suas ideias como potenciais "traidores".

A suposta deslealdade que *A Imprensa* atribuía aos seus adversários também estava relacionada às repercussões dos trâmites da administração provincial. Na edição de 25 de novembro de 1865, o periódico publicou uma longa exposição contrária às publicações do

jornal *A Moderação*, acusando-o de manter um sistema de oposição *quand même*[45] à administração do então presidente da província, Franklin Américo de Meneses Doria:

> Entregue aos caprichos e máo humor de um indivíduo, cada vez mais revela que não é um órgão sincero da opinião publica, mas um simples instrumento de desafetos pessoais. A opinião publica não tem cessado de protestar contra a materia e a forma das censuras que o redator d'es se periodico ha dirigido à presidência do Exm. Sr. Dr. Franklin Doria. [...] A Moderação acaba de fazer a mais injusta apreciação do procedimento da presidencia em relação aos negocios da guerra. Incommodam-lhe os elogios que o Sr. Dr. Franklin Doria tem sabido conquistar em todo o país pelos serviços que aqui tem prestado acerca do objeto de tanta transcendencia; entristece lhe ver o Exc. figurando entre os presidentes que mais tem trabalhado e conseguido em favor das necessidades da guerra (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 18, n.p., 25 nov. 1865).

O lugar de guardião da legalidade que *A Imprensa* reivindicava para si era, em parte, alimentado pelos discursos oriundos do estado de guerra em que o Império brasileiro se encontrava contra a República do Paraguai. No texto transcrito da edição de 25 de novembro de 1865, primeiro ano de circulação do periódico, momento marcado pelo auge da guerra contra o Paraguai, as críticas direcionadas ao jornal de vertente conservadora, *A Moderação*, estavam imersas na noção de "dever pátrio".

Ao questionar a apreciação feita pela folha rival sobre a gestão do presidente da província, Dr. Franklin Doria, e a respeito da participação piauiense nos negócios de guerra, A Imprensa destaca o reconhecimento nacional do magistrado pelos serviços prestados à causa da nação, reduzindo a opinião do jornal *A Moderação* a meras "desavenças pessoais". Além disso, os redatores de *A Imprensa* seguem argumentando que a integridade da gestão provincial e o dever do governo para com o país, naquele momento bélico, deveriam estar acima de qualquer divergência entre liberais e conservadores, ressaltando que a postura do presidente provincial estava alinhada a esse princípio.

> Desde que o senhor Franklin Doria foi encarregado pelo governo imperial de engrossar as fileiras do nosso exército, em operações de guerra, com voluntários da pátria e com a guarda nacional destacada, solicitado com maior empenho, o concurso de todos os piauhyenses. Quer correligionarios, quer adversários políticos. [...] Tem sido apenas a vara mágica, sob cuja influência, liberais, conservadores, fraternizados pelo mais ardente patriotismo se tem esforçado por coadjuvar o jovem e incansavel administrador a desempenhar o grandioso programa do gabinete de 12 de maio e a elevar o Piauhy à altura admiravel que elle tem chegado n' esta atcualidade (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 18, n.p., 25 nov. 1865).

[45] "De qualquer forma".

Mas, certamente, o ponto da matéria que melhor caracteriza a postura do periódico *A Imprensa* está no seu inusitado desfecho. A narrativa segue para questões alheias à temática do patriotismo que vinha sendo dissertada até então e passa a tratar das acusações levantadas pelo jornal *A Moderação* a respeito de uma expressão de linguagem usualmente utilizada por *A Imprensa*, cujo teor teria feito com que o "artiguista" da folha conservadora ficasse "chicanado"[46].

> Diz-se a cada passo- *linguagem de taberna* – para indicar essa linguagem descomedida e pouco delicada de que servem-se as pessoas de classe e educação que na maior parte frequentam aquelle lugar. Nesse sentido corriqueiro, e em referencia a expressão *ganhadores da presidencia*, e a outros doestos e injurias, que constituem a artilharia de grosso calibre da Moderação, alludimos aos escritores que não confundem a tribuna de marmore da imprensa com o balcão immundo do taberneiro (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 18, n.p., 25 nov. 1865).

O tom argumentativo que *A Imprensa* utiliza no trecho final da matéria transcrita acima é uma forma de desviar da grave acusação feita pelo jornal *A Moderação*, segundo o qual o órgão do Partido Liberal mantinha uma postura elitista, ofensiva à classe comerciante, ao recorrer à expressão "linguagem de taberna" para se referir aos jornais conservadores. *A Imprensa* reivindicava para si o lugar de "civilizado", acusando frequentemente seus oponentes de realizarem descomposturas na "tribuna de mármore da imprensa" e de utilizarem um linguajar próprio aos balcões de taberna, fato que foi interpretado pelo órgão do Partido Conservador como uma expressão máxima de prepotência, além de falta de respeito aos taberneiros.

Apesar de *A Imprensa* também realizar deselegâncias em sua redação, encerra a matéria supracitada afirmando: "é tradição seguida e respeitada em nossos periódicos não acompanhar os conservadores daqui no sistema de linguagem dos convívios" (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 18, n.p., 25 nov. 1865).

Ao longo de toda a sua atuação, *A Imprensa* mantém debate com vários periódicos de vertente conservadora, formulando matérias em resposta para as publicações de *O Piauhy*, *A Opinião Conservadora, Época* e a *Phal*ange. A estrutura desses de textos é, de certa forma, regular, cujo o "padrão" pode ser observado na matéria publicada na edição de 25 de novembro de 1865 do periódico a que nos referimos anteriormente: há a resposta a alguma acusação ou

[46] Contestar sem motivos*

uma argumentação levantada nos periódicos de oposição, que segue de uma desmoralização da ideia oposta e finaliza com a associação do rival em questão a ideia de atraso e/ou incivilidade.

O periódico *A Imprensa* utilizava o espaço de debate jornalístico para reafirmar a identidade que buscava construir tanto para o Partido Liberal quanto para si mesmo. Assim, a alcunha de "convício"[47] era atribuída aos opositores conservadores. O jornal, portanto, mantinha um nível de linguagem mais "pacífico", em comparação com folhas conservadoras como *A Moderação* e *O Piauhy*, ao abordar questões cotidianas da província. Mesmo em assuntos que causavam forte tensão política, como a Guerra do Paraguai ou os debates sobre a reforma eleitoral – uma "dúvida constante durante o Segundo Império" –, preservava certa cordialidade em sua linguagem (Rêgo, 2001, p. 82).

Ao contrário do que possa parecer, a pretensa "polidez" na linguagem adotada pelo jornal *A Imprensa* não deve ser confundido com alguma falta de combatividade do órgão liberal. O excesso de linguagem culta empregado nas respostas direcionadas as folhas de viés conservador tinha a intenção de demarcar a diferença, como elucidamos anteriormente o periódico requeria para si a caraterística de "civilizado" legando as descomposturas discursivas aos seus oponentes. O que não significa que o periódico fosse pouco engajado, sua própria função enquanto órgão de partido impossibilitava qualquer postura tíbia, além disso o periódico costumava incorrer nos mesmos "erros" de postura que apontava nas folhas conservadoras.

Frequentemente, *A Imprensa* direcionava aos seus rivais conservadores acusações repletas de metáforas excessivamente alegóricas e de cunho pessoal. O político conservador Antônio Coelho Rodrigues é uma das personalidades da vida política piauiense cuja a imagem é explorada amplamente pelo periódico. Depois de se formar bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, Coelho Rodrigues retornou ao Piauí em 1866. Em pouco tempo, ganhou destaque no Partido Conservador, fundando em 1867 o jornal do partido, *O Piauhy*, onde atuou como principal redator (Carvalho, 2016).

De acordo com o jornal *A Imprensa*, o político conservador Antonio Coelho Rodrigues era apenas um jovem impetuoso de vinte e poucos anos, cuja suposta personalidade explosiva alimentou a dualidade da narrativa do jornal, que o retratava como "incivilizado" demais para o trato político. As críticas direcionadas a Coelho Rodrigues, por vezes, buscavam atingir todo o corpo do Partido Conservador, ao qual o periódico procurava fazer uma oposição completa, abrangendo tanto a vertente política quanto o comportamento público de seus membros. Daí os

[47] Dito de teor injurioso; afronta ou injúria.

constantes ataques a Coelho Rodrigues, que, além de ser uma figura importante entre os conservadores, era redator do periódico órgão do Partido Conservador, *O Piauhy*.

Na edição de 25 de janeiro de 1868, *A Imprensa* publicou um extenso comunicado questionando a postura pública de Antônio Coelho Rodrigues em relação ao Capitão Tavares da Costa. Contudo, antes de apresentar os pontos da argumentação, o comunicado moldava uma imagem negativa do jurista, reforçando a ideia de sua inadequação ao cenário político:

> O Sr. Antônio Coelho Rodrigues formando-se no Recife e buscando sua província apresentou-se aqui arrotando foros, *um dos maiores inventores do mundo!* Pelo so facto de ter sido nomeado Procurador Fiscal da Thezouraria, arvorou-se em *cabo de guerra*, gerou um periodico ao qual deu o nome de Piauhy, e pensou e entendeu que derribava o Sr. Conselheiro Paranaguá da altura d'onde o mesmo conselheiro não se designa de lobrigar um tal pigmeu. O heroe paladino, como acertadamente foi chamado, ia entretanto sua romaria intemivel a opposição somente contra o Sr. Conselheiro, como era programa de sua gazeta. Esgotando esta matéria, começou elle de engrossar as indisposições e os odios que já si cavara, e ei-lo atirando-se com uma gana infernal a todos e a tudo, até mesmo aquellas pessoas que nem sequer o conheceram. Já antes disso escrevia elle a dous respeitaveis ministros d'estado, e segurava as cartas no correio, passando-lhes cartas com boa dóse de descomposturas. Censurar hoje com maior acrimonia, ao presidente da provincia ou a qualquer outro cidadão, e ir amanhã aperta-lhe a mão, dar-lhe um abraço e rende-lhe finezas é moda que não sabemos onde aprendeu o Dr. Coelho Rodrigues [...] Ninguem lhe nega intelligencia, mas está em vez de estender seus vôos pelas alturas de um ceo limpido, esvoaça pelo pó da terra, procurando o lodo pestilento da maledicencia... E' tempo ainda de emendar tantos erros e desatinos. Quem escreve estas linhas é um adversario politico, mas está dominado de inteira calma e sabe fazer justiça (Communicado, **A Imprensa**, Teresina, ano III, n. 131, n.p., 25 jan. 1868).

No comunicado publicado na edição de 25 de janeiro 1868, *A Imprensa* se refere ao órgão do Partido Conservador, dirigido por Coelho Rodrigues, como uma mera ferramenta de "cabo de guerra" para seu redator, ao qual direciona adjetivos como "pigmeu" e "paladino" com a intenção de desmoralizar suas colocações no jornal *O Piauhy*, principalmente as relacionadas ao então Ministro da Guerra, o Conselheiro Paranaguá. O argumento do texto segue afirmando que a respeito de Coelho Rodrigues "ninguém nega inteligência" e que "é tempo ainda de emendar tantos erros e desatinos", como forma de questionar a maturidade do jurista. Afinal, as afrontas desferidas por ele contra as autoridades da província e do governo central do Império provariam sua incivilidade para o jogo político.

O periódico *A Imprensa* buscava criar distinções para desacreditar seus opositores enquanto valorizava a si mesmo, nesse sentido a imagem do Coelho Rodrigues era associada ao atraso que os liberais pretendiam superar. A escrita aguerrida de Coelho Rodrigues no órgão

conservador, *O Piauhy*, junto ao seu suposto comportamento explosivo, foi contraposta por *A Imprensa* com textos excessivamente enfeitados, tentando, pelo cuidado na escrita, afirmar uma civilidade superior à de seus oponentes.Tal postura não deixa de ser irônica, posto que o proprietário do órgão liberal era amplamente conhecido pelos seus arroubos públicos.

Clodoaldo Freitas (2012) define Deolindo Moura – proprietário e redator de *A Imprensa* – sobretudo como um grande orador:

> A sua palavra vibrante, fluente, inspirada, tomada de todas as modulações da paixão quando diante de numeroso auditório, defendia questões de direito ou políticas ou quando se ocupava dos grandes assuntos da pátria. Os seus discursos escritos, dos raros que foram que foram publicados não dão sequer ideia remota do que eram ao desabrochar de seus lábios (Freitas. 2012, p. 71).

Como já mencionamos, Clodoaldo Freitas fez parte da última geração de colaboradores de *A Imprensa*, o que explica o tom nostálgico de sua narrativa. Deolindo Moura faleceu em 1872, aos 38 anos, mas foi desses indivíduos cuja altivez é capaz de "preencher toda uma época". No entanto, em outros momentos, Clodoaldo Freitas admitiu o gênio forte e impetuoso do fundador do periódico, escrevendo ao jornal *Imparcial*, em 1913, sobre o ímpeto boêmio e pouco afeito aos estudos do jovem Deolindo Moura durante seus anos de faculdade no Recife (Queiroz, 1994).

A falta de interesse pelo estudo das leis durante o tempo de estudante foi superada, e Deolindo Moura acabou por se encontrar no Direito. Segundo Wilson Carvalho Gonçalves (2003, p. 274), as artes jurídicas eram sua verdadeira vocação, e "réu defendido pelo Dr. Deolindo Moura era réu solto". O caráter explosivo do jurista deixou vestígios em sua conduta profissional. Nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 1872, podemos observar alguns fragmentos que revelam como se dava a atuação de Deolindo Moura no campo jurídico, assim como seu ofício era atravessado por suas ocupações na política e na imprensa.

Na sessão de 09 de janeiro de 1872 da Câmara dos Deputados, dedicada a discutir o parecer do inquérito sobre o reconhecimento dos deputados eleitos no pleito de 08 de agosto do ano anterior pela província do Piauí, o nome de Deolindo Moura é citado como suposto causador de tumulto no processo eleitoral. Na ocasião, Thomaz de Morais Rêgo acusa o jurista de propagar falsas informações em seu jornal, *A Imprensa*, sobre duas supostas tentativas de assassinato contra correligionários liberais.

Segundo a documentação apresentada na plenária, o liberal Domingos Gonçalves Pedreira retornava a cavalo do ato eleitoral ao lado de Deolindo Moura quando o soldado Francisco Ramos os atacou com sabre em punho. Ambos escaparam graças à habilidade de

Deolindo com o chicote, que desferiu uma pancada no braço do soldado, embaraçando-o. Preso, Francisco Ramos apresentou uma versão diferente dos fatos e, como não havia testemunhas além das vítimas, a veracidade da situação foi colocada em dúvida, o que levou o chefe de polícia a decidir pela libertação do soldado. Em contrapartida, Deolindo Moura apresentou um requerimento assinado por Pedreira, pedindo a prisão do acusado.

De acordo com a fala de Thomaz de Morais Rêgo, orador da sessão de 09 de janeiro de 1872 da Câmara dos Deputados supracitada, e também um dos políticos piauienses cuja validade da eleição estava sendo questionada pelos liberais, as acusações de Deolindo Moura não passavam de um falseamento para prejudicar o resultado do pleito e, consequentemente, afetar a posição do presidente da província em exercício, o conservador Pedro Afonso Ferreira.

> De tudo isso, que é a pura verdade, se dependendo do fim principal que teve em vista o Dr. Deolindo, quando lançou mão de semelhante expediente, foi levantar acusações menos verdadeiras, já contra o governo, já contra as autoridades, e, finalmente despertar no espirito do leitor em cantos fora dessa província, um certo sentimento de angustia e dubiedade sobre o estado das coisas dessa época de eleição que atravessamos; para melhor conseguir mandou estampar nas colunas da Imprensa esse mesmo requerimento por ele feito e abruptamente assinado por Domingos Pedreira (Rêgo, Thomaz de Morais, **Anais da Câmara do Deputados**. 09 de jan. 1872).

Não atingindo seus objetivos de colocar em xeque o resultado do pleito de 1871, *A Imprensa* publicou outro expediente com acusação semelhante. Na edição de 05 de janeiro de 1872, o periódico noticiou que Fernando Almendra, membro do Partido Liberal, teria sofrido uma tentativa de assassinato por parte de João Dias. No entanto, em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados, o Sr. Moraes Rêgo apresentou documentação com o intuito de provar que as acusações feitas por Deolindo Moura, por meio do órgão do Partido Liberal, não passavam de uma tentativa de gerar tumulto e desacreditar a eleição. Morais Rêgo afirmou que o próprio chefe de polícia da província havia admitido que "o partido contrário lançava mão de todos os meios para complicar a situação conservadora".

Entre as minúcias dos desafetos da província do Piauí trazidas pela ata da Câmara dos Deputados, podemos observar vestígios da atuação de Deolindo Moura enquanto advogado. O jurista liberal assumiu o caso de Fernando Almendra, cuja questão se complicou no momento em que o requerente admitiu, em interrogatório, "que o rapaz João Dias nenhuma má intenção tinha quando foi à procura de seu constituinte, Fernando Almendra, na noite do dia 20, embora levasse um tique de ponta redonda" (**Anais da Câmara dos Deputados**, 09 de jan. 1872).

O Sr. Moraes Rêgo chama a atenção para a postura de Deolindo Moura em relação ao inquerido, alegando que tal maneira de lidar com a circunstância seria prova suficiente da inveracidade dos fatos:

> Fez mais o Dr. Deolindo, advogado de Fernando: entregou o rapaz João Dias a quantia de 5$ para pagar carruagem quando fosse solto e comprou uma gravata amarela para ele trazer no pescoço. Em vista do que minuciosamente venho de expender, claro fica, como já disse a princípio, que não se deu nessa cidade o fato de tentativa de morte na pessoa de Fernando Almendra, e que essa alegação da Imprensa não passa de ardil, próprio dos enfermos de paixões partidária, principalmente nessa época de eleições, em que os aminos tanto se agitam (Morais, Rêgo. **Anais da Câmara do Deputados**. 09 de jan. 1872).

Ainda de acordo com o Sr. Rêgo Morais, o próprio acusado, João Dias, seria votante do Partido Liberal da província do Maranhão e, portanto, todas as denúncias feitas pelo periódico *A Imprensa* faziam parte da trama liberal para atrapalhar a situação política conservadora da província do Piauí. No entanto, o ponto que mais nos interessa em toda essa questão expressa pelos Anais da Câmara dos Deputados é perceber o esforço de Deolindo Moura em mesclar suas multifunções profissionais em prol da causa política liberal.

Ao longo dos documentos apresentados na plenária de 09 de janeiro de 1872 observamos o Dr. Deolindo Moura iniciar processos, elaborar requerimentos, "providenciar" circunstâncias e noticiar sobre elas. Movido pela "enfermidade da paixão partidária", o principal redator do periódico *A Imprensa* ficou conhecido pela entrega à política. Por ocasião da morte precoce de Deolindo Moura, o órgão do Partido Liberal publicou uma extensa biografia repleta de adjetivações que visavam dar conta da complexidade da singular figura de seu membro fundador:

> Hoje resta delle apenas a memória saudosissima! ... Sua poderosa voz emudeceu para sempre: não mais ouviremos na terra, nesta terra americana que tanto precisava de sua sorprendente actividade; de sua dedicação sem limites; de seu immenso desejo de bem servil-a sem olhar o sacrificio de sua própria existência, que todos nós reconhecemos ter sido das mais preciosas, como por muito tempo poderão atesttal-o as nossas lágrimas ardentes ou os nossos fundos suspiros [...] Deolindo era uma dessas personalidades que, sozinhos, enchem uma época (**A Imprensa**, Teresina, ano VIII, n. 362, n.p., 02 nov. 1872).

O texto biográfico publicado na edição de 02 de novembro de 1872 destinado a figura de Deolindo Moura menciona o estilo esbanjador do jurista, que tendo herdado boa fortuna de seus padrinhos não a soube manter, investindo além de suas posses no jogo político e em sua

representação na imprensa. Segundo Celso Pinheiro Filho (1997), a carreira política do jurista foi marcada por desafetos, tendo ocupado os cargos de procurador fiscal em 1861 e deputado provincial nos biênios 1858-1859, 1860-1861 e 1864-1865. Seus estrondosos discursos, dos quais sobraram apenas fragmentos no periódico *A Imprensa* e nos Anais da Câmara dos Deputados, renderam-lhe inúmeras inimizades, cuja a mais profunda foi com Antônio Coelho Rodrigues, personalidade que estaria sempre presente em suas matérias.

Mas, a trajetória de Deolindo Moura seria atravessada também pelo laço de amizade e companheirismo com o jornalista David Moreira Caldas. A relação entre os dois marcaria a tônica dos primeiros anos de atuação do periódico *A Imprensa*, ambos compartilhavam o gênio explosivo e a paixão pela política. David Caldas, ao contrário do seu companheiro nos prelos, não possuía estabilidade financeira e quebrando o padrão social da época, onde o jornalismo era dominado pelos bacharéis, não chegou a concluir os estudos superiores devido a dificuldades financeiras, mas apesar dos percalços do caminho acabou por se tornar um dos notáveis da história do jornalismo piauiense.

Natural de Barras, David Caldas teve educação em casa, pela figura do juiz de Direito da comarca, o Dr. Francisco Xavier de Cerqueira, que lhe deu instruções básicas de matemática, língua portuguesa e rudimentos de latim e francês, o restante descobriu sozinho. Autodidata e pragmático desde cedo. Foi enviado pelo referido juiz a Olinda para encaminhar-se aos estudos de Direito, tendo que retornar devido ao falecimento do pai e, sendo o filho mais velho da família, assume as responsabilidades financeiras da casa. Aos 19 anos se dirige a Campo Maior onde desempenha a função de procurador público até 1857, quando precisou se afastar devido a uma crise de depressão nervosa (Pinheiro Filho, 1997, p. 70-73).

Ao longo da vida, David Caldas alternou carreiras públicas e o magistério para se manter. Em 1859, novamente em Barras, foi nomeado professor de Letras, sendo realocado para Teresina no ano seguinte. Na capital lecionou aulas particulares de primeiras letras, contando com o apoio do impressor Antônio da Costa Neves. A escola mantida por ambos funcionava na Rua da Palma e, frequentemente, sofria com a falta de alunos, situação comum na capital província do Piauí, posto que a realidade da cidade ainda era atravessada pelo ruralismo e por uma educação pública insuficiente. Além disso, nem todas as famílias que tinham interesse em educar seus filhos possuíam condições financeiras para tanto (Pinheiro Filho. 1997; Queiroz. 1994).

Em 1860, já em Teresina, David Caldas iniciou sua carreira como jornalista, assumindo a direção do periódico *O Arrebol*, uma folha de teor científico e literário. Em 1863, iniciou sua parceria profissional com Deolindo Moura na redação do jornal *Liga e Progresso*, que então

desempenhava a função de órgão do Partido Liberal. O companheirismo entre os dois perdurou nos bastidores do periódico *A Imprensa* até 1867, quando, desgostoso com os rumos do liberalismo no Império, David Caldas rompe com o partido e, em junho de 1868, lança o *Amigo do P*ovo, um jornal combativo e eminentemente republicano. Ressaltamos que, inicialmente, David Caldas contou com o suporte material da tipografia de seu amigo Deolindo Moura para continuar atuando no jornalismo teresinense (Pinheiro Filho, 1997; Rêgo, 2001).

Já de posse de tipografia própria, David Caldas fez circular em Teresina, no ano de 1873, o periódico *Oitenta e Nove*. A folha foi atribuída ao signo de anunciação, pois carregava consigo a temporalidade do porvir, prevendo para o ano de 1889 o fim do Império e a instauração do regime republicano no país. No periódico, cujo subtítulo era "monitor republicano do Piauhy", o jornalista debatia questões tão urgentes quanto polêmicas para a época, como o fim da escravidão negra, que ainda se arrastava no Império brasileiro, e a separação entre o Estado e a Igreja Católica.

Em *Oitenta e Nove*, observamos características do modo de fazer jornal de David Caldas que já estavam presentes em seu tempo como redator de *A Imprensa*. Em ambos os periódicos, há a circulação de notícias vindas dos grandes centros urbanos do país e do exterior. Um exemplo disso é a edição de 25 de junho de 1874 de *Oitenta e Nove*, quando o jornal traz a matéria intitulada "Situação do Brasil", que é em parte uma reflexão do redator sobre um comunicado publicado originalmente na edição 41 do jornal estadunidense *Novo Mundo* [48] de New York. O texto publicado no *Novo Mundo* chamou a atenção de David Caldas, a ponto de ser reproduzido em seu jornal, por estar alinhado com suas ideias a respeito da política brasileira

> O actual Governo do Brasil é por mim. Costumes políticos em tal grao de corrupção que só o tempo (novo doctor brazileiro em materia de costumes) só o tempo dará remedio, e paiz sem honra política, são expressões synonimas, apenas uma com o laconismo da dor sincera do patriota, e a outra com a prolixidade hypocritamente sentida de um Governo, que o principal réo da corrupção (**Oitenta e Nove**, Teresina, ano II, n. 24, n.p., 25 jun. 1874).

O trecho selecionado no *Novo Mundo* para ser republicado em *Oitenta e Nove* revela uma animosidade contra o regime monárquico parlamentarista do Império brasileiro, que, anteriormente, havia sido defendido pelo próprio David Caldas quando era redator de *A*

[48] O *Novo Mundo* é um precursor da imprensa em língua portuguesa nos Estados Unidos da América, de propriedade de José Carlos Rodrigues o periódico circulou entre 1870 e 1879 e tinha a particularidade de ser voltado para temáticas brasileiras, sendo distribuído nas principais cidades do Brasil e destas para o interior. (Digaí. O Novo Mundo – Precursor da Imprensa Diaspórica Brasileira Nos Estados Unidos? 2016. Disponível: http://www.digaai.com/o-novo-mundo-precursor-da-imprensa-diasporica-brasileira-nos-estados-unidos/. Acesso: 01 jun. 2024.

Imprensa. Isso reflete a mudança nas posições políticas de David, que, ao lado de Deolindo Moura, fez parte de uma fecunda parceria na redação de periódicos liberais. Esse período coincidiu com momentos de forte tensão política no Império, marcados pela alternância entre gabinetes liberais e conservadores, além dos conflitos no Sul do país, provocados pela indefinição das nossas fronteiras.

Os primeiros anos de circulação do periódico *A Imprensa* enquanto órgão do Partido Liberal são marcados pelo ímpeto apaixonado desses dois indivíduos cuja a vida é atravessada pelo jornalismo político. Era do caráter de ambos a entrega completa às causas que defendiam, o que culminou em várias edições de uma escrita aguerrida que fez a tônica da defesa dos ideais liberais e patrióticos no periódico.

O estilo do periódico *A Imprensa* caraterizado por evitar descomposturas como forma de se afirmar "civilizado" e até mesmo superior as folhas conservadoras conviveu com os discursos ufanistas do período bélico enfrentado pelo Império brasileiro, que se encontrava em guerra contra o Paraguai desde dezembro de 1864. Nesse período, toda a narrativa do periódico foi atravessada pelas temáticas do combate, noticiando desde a primeira edição os acontecimentos do campo de batalha, movimentações das topas, editais de convocação de voluntários, documentações da província a respeito da guerra e finalmente os artigos onde os redatores demonstravam toda a força da sua opinião.

Além disso, a potente oratória de Deolindo Moura foi explorada pelos prelos do periódico *A Imprensa* no contexto da guerra, onde seus discursos, repletos de simbologias patrióticas, foram transcritos e publicados pelo jornal. De acordo com Clodoaldo Freitas (2012), as transcrições feitas pelo periódico *A Imprensa* não conseguiam capturar a emoção dos discursos de Deolindo Moura patrióticos. Afinal, faltava a emoção que somente a oratória permite, mas as palavras escritas transmitiam a mesma mensagem de apoio às tropas brasileiras e às medidas tomadas pelo imperador.

Na parte intitulada "Noticario" de *A Imprensa* podemos colher não somente dados da guerra, como também informes sobre os estrondosos discursos de Deolindo Moura:

> [...] As 6 ½ horas achava-se reunido dentro do palácio da presidência um numeroso concurso de cidadãos; covenientemente preparados para uma passeada patriótica: ao mesmo iluminaram-se as repartições públicas e as casas quase todas particulares, ainda as mais pobres. Antes de sair a passeata do palácio da presidência o S. Dr. José Manuel de Freitas, digno vice-presidente da província levantou vários entusiásticos vivas que foram calorosamente correspondidas pelo povo, que também saudou a S. Exc. uníssona. Nesta ocasião o Sr. Deolindo Moura improvisou um discurso análogo, curto, mas eloquente e pronunciado com verdadeiro entusiasmo, o

> orador foi saudado como deveria ser (**A Imprensa**, Teresina, ano III, n. 147, n.p., 16 maio. 1868).

A situação descrita pelo noticiário do jornal *A Imprensa*, citado acima, se refere a comemoração ocorrida no dia 10 de maio de 1868 devido a chegada de notícias favoráveis da Guerra do Paraguai vindas do Ceará. No momento, ambos os redatores do jornal proferiram discursos improvisados para compor a ocasião festiva. O periódico também deu conta de publicar na integra discursos mais elaborados proferidos por Deolindo Moura, como no expediente de 08 de outubro de 1870.

> Bravos voluntários da pátria, heróis Piauienses!
> Hosana a Deus nas alturas!
> Veneração ao símbolo de nossa nacionalidade, e de vossa intrepidez e denodo.
> Permiti que eu vos saúde com a alma transbordando em jubilo, e ao mesmo tempo alivio e orgulho.
> É um dever de todo Piauiense rende-vos preitos de homenagem, e profunda gratidão
> [...] Darei ainda uma vez exemplo dos vossos já bastante experimentados patriotismo e denodo.
> Saúdo aos vencedores da opressão!
> Saúdo aos conquistadores da liberdade!
> Viva ao contingente de voluntários Piauí (Voluntarios do Piauhy. **A Imprensa**, Teresina, ano VI, n. 263, n.p., 08 set. 1870).

O texto, que originalmente ocupa mais da metade da primeira página da referida edição, foi pronunciado oralmente no dia 03 de setembro de 1870, por ocasião do retorno das tropas voluntárias piauienses. Às seis da tarde daquele dia, desembarcou do vapor *Piauhy* na cidade de Teresina o Capitão do Exército, João Lustosa da Cunha, acompanhado de um contingente de oito oficiais, três cadetes e cento e quarenta praças, além de dois soldados mutilados e um tenente inválido pelos ferimentos do combate. Junto aos egressos da guerra, vieram também vinte e seis paraguaias e vinte crianças.

Esse discurso de Deolindo Moura proferido já nos momentos finais da Guerra do Paraguai traz a síntese da entonação dada pelo periódico *A Imprensa* ao acontecimento bélico. Mesmo quando se fortaleceu o movimento do jornalismo brasileiro em desaprovação às medidas do Império nas fronteiras do Sul, o periódico manteve seu posicionamento inicial de apoio à causa patriótica de defesa da nação. E, até quando a situação política passou a ser majoritariamente conservadora, tanto no governo central quanto provincial, as críticas feitas pelo jornal se direcionaram ao processo violento de recrutamento e ao dispêndio financeiro para

a manutenção da guerra, sem questionar diretamente as razões do Imperador. Afinal, a pátria havia sido "ultrajada" e defendê-la era uma questão de honra.

Segundo Jonhy Santana Araújo (2015, p. 82), entre os objetos possíveis da pesquisa histórica, "o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social, e o nível cultural do país e da época de que constitui reflexo". Logo, ao selecionar um periódico para temática de estudo estamos indo de encontro a um campo complexo de representações e intencionalidades.

A Imprensa, por sua posição enquanto órgão do Partido Liberal, e como folha de maior tempo de circulação na Teresina da segunda metade do século XIX, guarda em si uma vasta polifonia de vozes entre colaboradores, documentações oficiais, recortes de outros periódicos e até mesmo a réplica aos inimigos. Para os fins dessa dissertação, manteremos foco nos primeiros anos de atuação do jornal, bem como nos colaboradores dessa primeira fase, buscando nos aprofundar na representação que a Guerra do Paraguai ganhou nas páginas do periódico. Serão esses os pontos do nosso próximo capítulo.

4 DISCURSO BÉLICO E A SITUAÇÃO DAS FORÇAS NO PIAUÍ IMPERIAL: *A IMPRENSA* COMO ARENA DE CONFLITOS

O último capítulo desta dissertação examina a situação das forças de defesa da província do Piauí, abrangendo o Exército, a Polícia e a Guarda Nacional, além das circunstâncias que marcaram o recrutamento para a Guerra do Paraguai e sua representação na imprensa teresinense. A partir daí, aprofundamo-nos na análise da dimensão discursiva do periódico *A Imprensa*, destacando as particularidades da sua narrativa bélica, intimamente vinculadas ao seu papel como órgão do Partido Liberal. Embora o jornal não questionasse as razões que levaram o imperador D. Pedro II a iniciar a guerra contra o Paraguai – afinal, a pátria havia sido desrespeitada e, de acordo com os discursos oficiais, era necessário defender a honra da nação –, ao longo dos últimos anos do conflito, passou a criticar intensamente os custos financeiros e humanos da continuidade da guerra, tornando essa questão uma parte central de sua oposição à política conservadora, que se manteve no poder tanto no governo central quanto no provincial durante os momentos finais da guerra.

Aqui, privilegiamos como fontes os jornais *A Imprensa*, *Liga e Progresso* e *O Piauhy*, além das leis e decretos do Império do Brasil e dos relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra e da Assembleia Legislativa da Província do Piauí.

4. 1 Situação das forças do Império brasileiro e da segurança pública na província do Piauí

A organização militar e o financiamento das Forças Armadas no Império brasileiro durante a segunda metade do século XIX revelam as dificuldades enfrentadas por um país que buscava consolidar sua soberania e enfrentar desafios tanto internos quanto externos[49]. A lei nº

[49] O historiador argentino Tulio Halperín Donghi (1998), em uma revisão para a edição de 1998 de seu clássico *Historia Contemporánea de América Latina*, revisita a constituição das nações latino-americanas com o objetivo de identificar os fatores que permitiram a algumas delas consolidar um perfil nacional mais definido que outras. No prefácio dessa edição, o autor argumenta que tal diferença se deve a uma experiência histórica mais prolongada, orientada sobretudo pela inspiração política. Halperín Donghi aborda a construção das narrativas de independência e identidade latino-americanas no século XIX, enfatizando o papel das revoluções, insurgências e conflitos bélicos – de menor ou maior escala – que moldaram os limites geopolíticos da região. Ele discute desde o rompimento com as coroas europeias, com destaque para a Revolução de 1810 no Vice-Reino do Rio da Prata, até as guerras platinas de 1852 e 1864. Além disso, o autor explora a Guerra do Pacífico – conflito armado entre o Chile e as forças combinadas do Peru e da Bolívia, ocorrido entre 1879 e 1884 – e analisa os embates diplomáticos e militares envolvendo países latino-americanos e potências estrangeiras como Inglaterra, França e Estados Unidos.

1.220 de 20 de julho de 1864, responsável por fixar a Forças de Terra[50] para o ano financeiro de 1864 à 1865 estipulava, no parágrafo dois do seu primeiro artigo, o total de 18 mil praças para atuarem na defesa da nação em situações ordinárias e 24 mil praças para circunstâncias extraordinárias (Lei nº 1.220/1864).

Apesar disso, a aplicação dessa legislação evidenciava limitações econômicas e logísticas, pois o orçamento militar permanecia vinculado a um plano financeiro estabelecido ainda em 1862, sem previsão de aumento significativo para atender às demandas emergenciais da época. Esse contexto, marcado pela necessidade de recrutar voluntários ou mobilizar a Guarda Nacional, reflete os desafios de um país que, em breve, enfrentaria a Guerra do Paraguai – ou *La Gran Guerra*, como ficou conhecida no país rival —, um conflito que exigiria a reorganização das prioridades militares, sociais e políticas.

A referida lei também abordou outras questões do universo militar do Império brasileiro, como soldos, pensões e tempo de serviço para voluntários e recrutados. Apesar de seu texto abrangente, a lei nº 1.220, de julho de 1864, notavelmente não menciona qualquer alteração no orçamento destinado às Forças de Terra e Mar do Brasil (Lei nº 1.22/1864). Isso significa que permaneceu em vigor o orçamento previamente estabelecido pelo plano orçamentário de 1862, regulamentado pela lei nº 1.177 de 9 de setembro daquele ano. Esse plano fixava o teto dos gastos gerais do Império em 53.878:666$571 réis, valor a ser distribuído entre os "sete diversos Ministérios" imperiais (Lei nº 1.177/1862).

No ano financeiro de 1864 a 1865, marcado pelas tensões na fronteira brasileira com a região da bacia platina, o limite orçamentário destinado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra era de 11.637:364$684 reis. Desse total, apenas 6.110:420$780 seriam alocados aos quadros do Exército, mantendo o número de praças inalterado. Ainda de acordo com esta lei o Império poderia recorrer as forças da Guarda Nacional na ausência de voluntários ou recrutados, além de extinguir os Conselhos Administrativos para fornecimento de arsenais de guerra, revertendo as funções para os empregados da Repartição da Fazenda que fossem designados pelo próprio governo central do Império (Lei nº 1.220/1864).

Essa continuidade orçamentária revela a rigidez das finanças públicas do período, refletindo a dificuldade do governo imperial em ajustar os recursos disponíveis às crescentes necessidades militares. Tal cenário torna-se ainda mais evidente ao longo de 1864, um ano marcado pelo agravamento das tensões nas fronteiras do Sul, onde conflitos latentes intensificavam o clima de instabilidade. Essa situação expõe os desafios enfrentados pelo

[50] As Forças de Terra e Mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

Império para financiar e reorganizar suas forças armadas, que se viam pressionadas a responder às exigências de um contexto político e militar cada vez mais complexo.

O impacto da ausência de ajustes no plano de verbas foi prontamente documentado no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1865. Nesse documento, José Egídio Gordilho de Barbuda Filho, o Visconde de Camamu, à época Ministro da Guerra, detalhou as dificuldades enfrentadas pela administração imperial e seus efeitos nas operações militares. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, o documento ressaltou as consequências de uma política orçamentária inflexível, em um contexto de necessidade urgente de recursos para o esforço bélico na Guerra do Paraguai, destacando a falta de planejamento adequado para atender às exigências militares impostas pelo conflito.

> Nem a força para o caso ordinario, nem a decretada para casos extraordinarios são suficientes, como a experiencia o havia demonstrado e os ultimos acontecimentos comprovão. Não é possivel com a força decretada attender-se a todas as exigencias do serviço, e cada um de vós sabe perfeitamente, como é fraca muitas vezes a acção da justiça por não haver nas provincias força que a auxilie. Dezoito mil homens para ocorrerem á guarnição e serviço policial das provincias é numero tão diminuto que as nossas fronteiras ficarião indefesas, ou aquele serviço padeceria, como sabeis. Bem pouca tropa tinhamos nós em pontos fronteiros assaz importantes, e quando o dever indeclinavel de nos fazermos respeitar do vizinho turbulento, obrigou-nos a recorrer á ultima razão das nações offendidas, vós sois testemunhas das difficuldades que se encontram em fazer convergir para um ponto batalhões espalhados pelas provincias, e nestas mesmas subdivididos em longinquos destacamentos pelo interior, de modo que ainda hoje vem chegando á côrte contingentes de corpos, que marcharão incompletos para o theatro da guerra (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 02, 1865).

O relatório do Visconde de Camamu abordava também a questão das empreitadas militares nos territórios do Uruguai, enfatizando a importância dessas operações para a segurança e os interesses estratégicos do Brasil na região. O texto segue, no entanto, isentando o Império de qualquer responsabilidade pelos conflitos que surgiram após sua intervenção no equilíbrio político do país vizinho.

O Ministro da Guerra sustentou em sua argumentação que as intenções brasileiras no Estado Oriental eram motivadas exclusivamente por questões de propriedade, uma vez que muitos brasileiros possuíam fazendas na região. Ele atribuiu ao líder do Partido Blanco e então presidente do Uruguai, Atanasio Cruz Aguirre, a culpa pelas medidas militares adotadas pelo Império em território uruguaio, pois o mesmo não aceitou os parâmetros brasileiros de negociação (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 02-03, 1865).

Ainda de acordo com o Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, a defasagem na estrutura militar do Império brasileiro teve como primeiro resultado a dispersão e divisão das forças nacionais, resultando na falta de um exército que "de prompto pizasse o territorio inimigo e cohibisse os attentados de que forão victimas os subditos Brasileiros e suas propriedades". Como consequência, tanto eles quanto seus bens permaneceram desprotegidos em terras uruguaias (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 02-03, 1865).

Apesar das circunstancias adversas, o documento apresenta orgulhosamente os êxitos militares do Exército imperial no país Oriental.

> A tomada de Paysandú fortemente guarneccido, e amparado por seguras trincheiras attesta incontestavelmente que o soldado brasileiro em valor, disciplina e bravura, nada tem que invejar aos melhores soldados do Mundo; e esta verdade se reconhece gloriosamente quando vemos que cerca de cem homens puderão, no forte de Coimbra, conquanto tiverão munições, de repellir as cargas de mais de 4,000 que Paraguayos que acometterão (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 03, 1865).

Neste contexto, é importante lembrar que o governo uruguaio, representado pelo *Partido Blanco* sob a liderança do presidente Atanasio Cruz Aguirre, buscou o apoio militar do Paraguai para enfrentar a insurgência colorada em seu território. O inevitável choque de interesses entre o Paraguai e o Império Brasileiro delineou o tom de confronto que se aproximava entre os dois países. A Guerra do Paraguai começou a se desenhar, revelando desde o início as dificuldades que enfrentaria em sua execução.

Os acordos firmados entre o governo *Blanco* e o presidente paraguaio Francisco Solano López culminaram na invasão da província brasileira do Mato Grosso. Devido ao seu difícil acesso e às já conhecidas fragilidades nas forças de defesa do Império, a província se tornou um alvo fácil para o ataque inimigo. Como resultado direto a essa ordem de fatos o Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra reivindicava:

> A nossa força, pois, deve ser fixada, segundo as necessidades reaes do serviço, para que em tempo nenhum se reproduzão as scenas deploraveis, de que tantos Brasileiros estão sendo victimas [...] Apresentei-vos, como é dever meu, a proposta de fixação de forças, para a qual regulei-me pelas mais urgentes necessidades do serviço, e vós a tomareis na consideração que vos merecem a honra, a dignidade e a defesa deste povo brioso, que livre e espontaneamente vos conferio o honroso mandato de seus legisladores (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 04, 1865).

O horror[51] ao qual o relatório se referia dizia respeito não só as consequências da invasão paraguaia a província do Mato Grosso, mas também a hostilização a fazendeiros brasileiros em território uruguaio. Independentemente da perspectiva adotada para analisar a situação das forças militares brasileiras, a conclusão era a mesma: era fundamental reformular toda a logística operacional, pois o cenário bélico exigia um esforço redobrado de organização.

Segundo o Visconde de Camamu, essa questão já havia sido levantada em relatórios anteriores da Repartição dos Negócios da Guerra, e, portanto, naquele momento, as pautas que mereciam atenção eram muitas e estavam sendo reforçadas com a urgência que o contexto exigia:

> [...] Vos tem dito acerca da organização da nossa força de linha, para que em circunstancias, como as actuaes, possamos facilmente acudir aos pontos ameaçados. As provincias devem ter seus corpos policias em estado de auxiliarem a acção da justiça, e a força de linha elevada ao número necessario achar-se-a desembaraçada para receber a devida instrucção e guarnecer pontos importantes. Os corpos de guarnição devem ser todos convertidos em corpos moveis do Exercito, para que marchem para onde se lhes destinar, e fiquem permanentemente em localidades, onde se contrahem relações, que produzem funestos effeitos, envolvendo-se, como temos visto, muitos militares em questões de partidos, a que serão extranhos quando o Exercito se achar regularmente organizado (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 03, 1865).

Quebrar a influência dos poderes internos das províncias sobre os corpos militares era tão fundamental quanto conferir prioridade ao aspecto financeiro da manutenção das forças nacionais para a resolução das questões bélicas que se desenrolavam nas fronteiras do Sul do Império. O relatório aborda o obstáculo da limitação de verbas da seguinte maneira:

---

[51] A historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX costuma apresentar as consequências da guerra civil uruguaia – conflito entre *Blancos* e *Colorados* iniciado em 1839, com reincidências até o período da Guerra do Paraguai – como marcadas por episódios de extrema crueldade. Heitor Lyra, historiador e diplomata brasileiro, ilustra essa visão em sua obra *História de Dom Pedro II (1825–1891),* ao relatar a tentativa frustrada de trégua entre os dois partidos, em 1858, como a "tragédia de Quinteros". Nesse episódio, reacionários colorados rejeitaram a proposta de cessar as hostilidades e, como represália, correligionários *blancos*, sob o comando do então presidente Gabriel Pereira – originalmente colorado, mas favorável ao movimento fusionista – executaram 30 oficiais feitos prisioneiros na cidade de Quinteros. O episódio foi interpretado por membros do Partido Colorado como uma atrocidade em favorecimento dos *blancos*, o que desencadeou novos confrontos. O ato ocorreu mesmo após o corpo diplomático brasileiro receber, no dia anterior, a promessa de que as vidas desses indivíduos seriam poupadas, já que a ideia inicial do encontro era promover a paz. Lyra ecoa as palavras de indignação registradas no Senado do Império brasileiro à época, quando o Visconde de São Vicente, Pimenta Bueno, se refere aos *blancos* envolvidos no massacre como os "Tigres de Quinteros". O autor também detém atenção sobre a violência sofrida por fazendeiros brasileiros em terras uruguaias, reforçando a gravidade dos eventos no país oriental. A historiografia recente, representada por autores como Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022), aborda esses episódios de maneira mais analítica. Eles mencionam, por exemplo, a decapitação de súditos do Império em território uruguaio, reafirmando a brutalidade do período, mas evitando adjetivações como as empregadas por Heitor Lyra.

> Devo pedir-vos que na lei de fixação de forças concedais ao governo autorisação para rever a Tabella anexa ao Decreto n. 2161 de primeiro de março de 1856. Segundo o que a mesma Tabella dispõe, o commandante de um corpo regularmente organizado percebe os mesmo vencimentos, que se abonão a um corpo irregular. O official, que commandar duas ou quatro companhias. O mesmo póde-se notar quanto aos commandantes de fortalezas. O de uma fortaleza de 3º ordem tem vencimentos inferiores aos do seu ajudante, que percebe vantagens do estado-maior de 3º classe, quando áquele só se abonão as de exercicio privativo. E desta desigualdade resulta prejuizo aos cofres publicos, ao serviço e aos proprios officiais (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 06, 1865).

O Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra indicava instruções sobre as reformas que deveriam ser implantadas pelos "encarregados da repartição fiscal e caixa militar junto ás forças em marcha". O documento assegurava que, se o governo seguisse as recomendações feitas com vistas aos presidentes provinciais, "donde tem que seguir todas essas forças", não lhes faltariam "munições de boca, nem socorros e nem auxílios indispensaveis" (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 06-09, 1865).

Em relação à problemática do recrutamento, o documento, no tópico intitulado "Recrutamento, engajamento e inflluencia de voluntarios", apontava as seguintes questões a serem resolvidas:

> Nossa lei de recrutamento defeituosa, como todos reconhecem, subsiste, e sua revogação depende de estudo, e conhecimentos praticos para ser ella devidamente substituida. Vos tendes a peito dotar o paiz com uma boa lei de recrutamento, e por isso que o tributo de sangue é o mais precioso, marcheis com prudencia colhendo as informações, que vos habilitem a confeccionar uma lei conforme nossas circumstancias. Se a lei, que temos, não corresponde aos nossos desejos, não deixa o governo de sua parte de cohibir os abusos, que apparecem na sua execução. Sempre que ao seu conhecimento chegão reclamações dos recrutados, examina-as decide-as attenta e imparcialmente. Achareis appenso o mappa dos recrutas, e dos reengajados em o exercito; o seu numero não corresponde às necessidades do serviço (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 09-10, 1865).

Nesse ponto o relatório assumia a importância do movimento dos ditos voluntários da Pátria para formação de corpos de batalha, ressaltando que:

> De todas as classes da sociedade apresentão-se diariamente cidadãos pedindo a honra de alistarem-se nos corpos, que seguem para o Sul e Matto-Grosso. Pais de familia, empregados publicos, todos procurão concorrer para desafronta do paiz, sem olhar para trabalhos de viagem, e comodidades que abandonão. Enche-nos de ufania tão nobre espectaculo; e quando a Nação em peso ergue-se, como um só homem, no momento da aggressão externa,

> comprova que sabe devidamente apreciar os dons da independencia e liberdade, mantendo com o proprio a integridade do Imperio, e instituições, de que gozamos (Camamu, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 10, 1865).

Embora houvesse grande agitação entre a população em torno do alistamento, a situação geral das forças internas nas províncias era de precariedade. Manter a segurança e o policiamento era um desafio constante. Ademais, existia ainda o problema das relações ambíguas entre os militares e os poderosos locais, que, segundo o documento, eram passíveis de "funestos efeitos". O relatório do Visconde de Camamu deixava evidente que a insuficiência das forças de segurança pública era uma constante em todas as províncias, incluindo, portanto, a do Piauí, que não fugia a essa realidade.

De acordo com Odilon Nunes (2007), ao longo de 1865, a província do Piauí enviou mais de 2.000 soldados para a Guerra do Paraguai. Ao final do conflito, mais de 5.000 homens haviam sido mobilizados. Ainda assim, a província enfrentava sérias questões de segurança, agravadas pelo aumento contínuo no número de crimes registrados desde 1854, que atingiram seu auge em 1863, com 93 ocorrências.

Em relatório apresentado em junho de 1864 à Assembleia Legislativa do Piauí, o então presidente da província, Franklin Américo de Menezes Doria, expôs um quadro geral das ocorrências criminais. O documento destaca o aumento no número de delitos registrados ao longo do último decênio, acompanhado de um detalhamento comparativo desses números conforme a tipologia dos crimes. Contudo, o gestor negou que houvesse, de fato, um crescimento na criminalidade, atribuindo a diferença nos dados a uma maior eficiência nas investigações.

A seguir, apresentamos os dados de Franklin Doria à Assembleia Legislativa do Piauí no quadro abaixo:

Quadro 01: Números de crimes registrados na província do Piauí entre 1854 e 1863.

Annos	**Numero de Crimes**
1854	36
1855	40
1856	49
1857	38
1858	49

1859	31
1860	82
1861	56
1862	78
1863	93

Fonte: NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 06, 01 jul. 1864.

Franklin de Menezes Doria explica esses resultados, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí da seguinte forma:

> O machado da civilisação tem lançado por terra e arrasado mattas virgens que n'aquelle tempo sepultavam nos seus pavorosos mysterios o latrocino e a morte. No valhacouto temivel do scelerado campeia hoje, a face do sol, um casal, uma villa, um foco de população e de luz. Todavia, a estatistica criminal não é resumida como fôra para desejar, o que não admira n'uma provincia como esta, em que tem se podido propagar pelas ultimas camadas socais a educação intellectual, moral e religiosa; em que a policia e a justiça criminal é contrariada em seus multiplos fins pelos abstaculos physicos provenientes da vastidão e diffícil viação do territorio; pela escassez de força publica; pela inaptidão desidia de certos funccionarios policiaes; pela esperança, em summa, de impunidade que afaga os delinquentes (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 06, 01 jul. 1864).

O presidente da província encerra a exposição sobre a criminalidade no Piauí, cujos dados transcrevemos no quadro citado anteriormente, afirmando que "nenhum crime importante que eu saiba tem-se commetido depois da minha administração". No entanto, seu próprio relatório contradiz essa declaração, pois, ao detalhar os delitos cometidos entre 1863 e 1864, evidencia claramente o aumento tanto na frequência quanto na gravidade das infrações, refletindo um cenário de crescente instabilidade social e falta de controle pelas autoridades.

De acordo com o relatório apresentado por Franklin Doria à Assembleia Legislativa do Piauí, em 1863 foram indiciados 183 criminosos, destacando-se 82 casos de homicídio e 8 deserções no exército. Até junho de 1864, a província já havia registrado 80 prisões, das quais 25 por homicídio, 10 por ferimentos graves, 12 por ferimentos leves e 5 por deserção no exército (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 06, 01 jul. 1864).

Ainda de acordo com esse registro, até junho de 1864, a força pública da província do Piauí era composta por "um corpo de guarnição de 1ª linha, em uma companhia de policia, e na guarda nacional", totalizando 338 praças. Desses, 19 prestavam diligências em outras

províncias, enquanto 207 faziam parte da Guarda Nacional, que, conforme a lei imperial nº 602, de 19 de setembro de 1850, só deveria pegar em armas em casos excepcionais, e mesmo assim com a aprovação prévia de seus chefes, os quais só poderiam agir mediante autorização da Autoridade Civil competente (Lei nº 602 /1850).

Além disso, o corpo, sob o comando do coronel Manuel Rolemberg de Almeida e responsável pela manutenção da ordem piauiense, enfrentava uma grave escassez de suprimentos básicos necessários para o cumprimento de suas funções. Tal estado de precariedade incluía a falta de armamentos adequados, munições, uniformes e de estrutura física adequada, questões estas que dificultavam a capacidade de resposta da força pública. A situação se tornava ainda mais complicada perante as dificuldades logísticas impostas pela dispersão das tropas e pela limitação de recursos financeiros, que geravam inconsistência na resposta das forças, tanto na garantia da ordem pública provincial quanto no atendimento de possíveis demandas externas.

> O armamento do corpo, modêlo 1822, acha-se arruinado.
> Ha apenas 50 armas raiadas, enviadas da côrte em principio de 1862, e que até hoje precisam do competente cartuchame, o qual foi ultimamente tornado a requisitar por mim ao ministerio da guerra.
> O equipamento é novo, mas insufficiente.
> Distribui-se o fardamento, vencido no anno preterito.
> É soffrivel a frequencia da eschola regimental.
> A enfermaria militar funcciona regularmente.
> (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 11, 01 jul. 1864).

Ainda de acordo com os dados levantados por Franklin Doria, o estado completo da companhia de polícia deveria atender à Resolução nº 514, de 2 de agosto de 1861, que determinava a presença de, no mínimo, 60 praças atuantes na província. No entanto, o estado efetivo não ultrapassava 55 praças. No documento, o presidente provincial também ressaltava que a determinação do governo central de fixar 100 praças para a força policial da província do Piauí no ano financeiro de 1863 a 1864 deveria ser implantada urgentemente, posto que boa parte do corpo de guarnição de primeira linha era composta por Guardas Nacionais, que deveriam atuar apenas em situações excepcionais.

Embora Franklin Doria mantivesse um discurso otimista sobre sua gestão, o relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí revelava graves problemas de segurança pública. Como aponta a documentação apresentada as dificuldades incluíam todos os aspectos da vida militar, desde a escassez de efetivo até questões estruturais, como a inexistência de um “xadrez” adequado para a detenção de infratores do corpo militar e a falta de armas e munição.

Até julho de 1864 era precária também a situação do recrutamento para o Exército na província do Piauí, com dificuldades latentes sobre a mobilização de tropas e no cumprimento das quotas estabelecidas pelo governo central:

> Devia esta provincia fornecer para o serviço do exercito, no anno financeiro de 1863-1864 o numero de 77 recrutados, que não foi preenchido; pois alistaram-se de 22 e 34 voluntarios, afóra 22 praças
> enganjadas; sendo dos primeiros 9 e dos segundos 8, durante a minha administração, na qual se engajaram 2 praças. No presente anno financeiro foi fixado o recrutamento para o serviço do exercito em 83 recrutas. Tantos aquelles como estes são distribuidos por sete districtos.
> O numero marcado para o serviço da armada na'aquelle anno foi de 30 recrutas. Não sei quantos apuraram-se.
> (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 12, 01 jul. 1864).

Dentre os muitos aspectos que o referido documento expõe sobre a situação das forças internas da província do Piauí, destaca-se, de modo mais explícito, a problemática envolvendo a Guarda Nacional. Franklin Doria expressa profundo pesar pela situação da milícia, que a classificava como marcada por "indiferença e inércia". A opinião do presidente provincial revela uma sistemática de atuação da organização que se perpetuou por todo o Império Brasileiro.

De acordo com Johny Santana Araújo (2015, p. 54), a organização criada em 1831 sob a ideia de ser uma milícia cidadã havia se transformado durante a segunda metade do século XIX em uma "milícia eleiçoeira" servindo sobretudo a perseguições políticas no interior das províncias. Franklin Doria, em sua comunicação à Assembleia Legislativa da província do Piauí, ao mesmo tempo em que aponta a Guarda Nacional como uma instituição cujos valores haviam sido corrompidos, admitia as dificuldades enfrentadas por seus servidores decorrentes da legislação que a norteava:

> É pena que a guarda nacional, que devia estar preparada para os negros dias da provação do nosso paiz, seja apontada apenas como uma corporação de ostentação e apparato, em que vem cevar-se a vaidade dos que lhe aspiram e disputam os postos. Entre as causas que explicam o seu atrazo occorre-me em primeiro logar a falta de dedicação dos commandantes e dos officias ao serviço militar, e a antiphatia que a similhante serviço mostram os brasileiros em geral. Addiciono, particularmente em relação á provincia, a difficuldade com que se reunem os guardas, em virtude das longas distancias que os separam das sédes dos commandos __ e a penuria em que muitos vivem e que chega a tal ponto, que não podem deixar o lar domestico, para acudirem ao serviço, sem que suas familias fiquem privadas de pão. Lembre-se, entretanto, a guarda nacional de que a coragem e a bravura, que já lhe designa uma pagina preciosa na historia da patria, não basta para supprir a instrução e a disciplina,

> que ella deve se esforçar por adquirir (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 12, 01 jul. 1864).

Criada pela lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional teve suas diretrizes modificadas pela lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. Sua instituição visava extinguir os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças, reduzindo o controle dos poderes locais sobre os agentes militares do Império, consequentemente fortalecendo a autoridade do governo central, à época exercida pela Regência Provisória, que perdurou no Brasil entre 1831 e 1840.

Desde sua criação, a organização tinha como responsabilidade salvaguardar a nação em momentos de crise, assumindo um papel fundamental na defesa da ordem e da estabilidade do Império. A Guarda Nacional era designada a honrosa missão de "defender a Constituição, a liberdade, Independencia, e Integridade do Imperio; para manter a obediencia e a tranquilidade publica; e auxiliar o Exercito de Linha na defesa das fronteiras e costas" (Lei de 18 de agosto de 1831).

Tal como fez entre 1851 e 1852, na Guerra do Prata – ou Guerra contra Oribe e Rosas, como ficou conhecida devido à aliança entre os líderes dos regimes totalitários do Uruguai e de Buenos Aires –, quando o Império brasileiro uniu forças com os membros do *Partido Colorado* do Uruguai, que estavam insatisfeitos com a tirania de Manuel Oribe, e com as províncias dissidentes da Confederação Argentina, como Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, para derrotar Juan Manuel de Rosas e Manuel Oribe.

Juan Manuel de Rosas, então governador da província de Buenos Aires, mantinha um regime ditatorial que concentrava o poder político e econômico da Argentina na capital, e havia apoiado militarmente a invasão do Uruguai liderada por Manuel Oribe, membro do *Partido Blanco* e ex-presidente do país oriental. O ditador argentino pretendia, com essa manobra, ter total domínio sobre a navegação do Rio Paraná, além de reavivar o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, super-região que, no século XVIII, era formada pelos territórios que posteriormente compreenderiam a área onde se encontram a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, parte da Bolívia e do Rio Grande do Sul (Araújo, 2015; Doratioto, 2001).

A possível expansão das fronteiras argentinas representava uma ameaça à autonomia do Império brasileiro, que dependia dos rios platinos como única forma viável de comunicação com a capital de sua distante província de Mato Grosso. Assim, a vitória da aliança liderada pelo Brasil, na pessoa do Conde de Caxias, não apenas derrubou o governo expansionista de Juan Manuel Rosas, mas também foi decisiva para a reorganização política da região, resultando na descentralização do poder de Buenos Aires, oficializada pela constituição de

1852, ano do fim da Guerra do Prata. Essa constituição recebeu a aprovação das treze províncias da Confederação Argentina, com exceção de Buenos Aires, que adotou sua própria constituição em 1854.

Apesar de o período de hostilidades, que compreendeu a Guerra do Prata, ter sido relativamente curto, o conflito gerou mudanças geopolíticas profundas na região platina, além de consolidar a ascendência do Império brasileiro sobre os países fronteiriços.

Retornemos, então, à narrativa do presidente da província do Piauí, Franklin Américo Meneses Doria, a partir de um ponto específico: nenhuma das transformações proporcionadas pela ação militar imperial teria sido possível sem a atuação da Guarda Nacional. O passado glorioso ao qual o líder provincial se referia, de forma nostálgica, em seu relatório à Assembleia Legislativa da Província do Piauí dizia respeito diretamente ao destacamento militar brasileiro que lutou na Guerra do Prata, formado majoritariamente por guardas nacionais.

O que podemos inferir por meio das reminiscências daqueles que serviram nas trincheiras, como no relato do capitão Carl Eduard Siber, no texto *Reckblick auf den Krieg gegen Rosas und die Schickeale der deutschen Truppe im Diensto Brasilien*, baseado em sua experiência de combate como integrante do corpo de mercenários alemães contratados pelo governo brasileiro para atuar na Guerra do Prata, cuja tradução para o português foi publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1915:

> A constituição do Imperio obriga a todo brasileiro servir nas fileiras do exercito, para a defesa do paiz. Na realidade esta obrigação limita-se na Guarda Nacional, ao passo que nas fileiras do exercito permanente _ pois o Brasil mantem um exercito permanente relativamente considerável_ notam-se principalmente negros livres, mulatos e índios, alistados, ou antes recrutados. [...] A força total do exercito brasileiro propriamente dicto consta, é certo, de quatorze batalhões de infantaria; quatro chamados batalhões de artilharia, exercitados e armados como infantaria; quatro regimentos de cavallaria e um regimento de artilharia. Si calcularmos uma força militar, sempre disponivel de cerca de quinze mil combatentes. Além deste exercito movel, existem ainda em quase todas as províncias corpos fixos, igualmente assoldados, que, principalmente no Norte, na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, são indispensaveis á manutenção do regime monarchico, servem de guardas de segurança nas províncias ainda percorridas por selvagens. A força total destes corpos estáveis não pode, pois, ser empregada numa guerra no extrangeiro, e mesmo mal satisfaz aos fins para que foi creada. Em compensação, é muito mais importante a organização da Guarda Nacional em todo Imperio (Siber, 1915, p. 408).

Tomando como referência o relato do capitão Carl Eduard Siber, podemos constatar que, desde a Guerra do Prata até os desdobramentos dos momentos iniciais da Guerra do

Paraguai, a força militar móvel do Império brasileiro permaneceu praticamente inalterada[52]. E apesar dos êxitos alcançados pelo Exército de Libertação[53], os problemas estruturais na defesa e segurança do Império continuaram a persistir.

No entanto, uma transformação latente pode ser percebida na comparação entre os relatos do capitão Carl Eduard Siber e do presidente provincial Franklin Doria: o papel desempenhado pela Guarda Nacional. Embora ambos reconheçam a importância da instituição nesse passado "glorioso", marcado por sua participação na Guerra do Prata, o presidente da província do Piauí, pouco mais de uma década após o conflito, observa a Guarda Nacional em declínio no cumprimento de suas obrigações.

De acordo com o relatório de Franklin Doria, de julho de 1864, a província do Piauí contava com 27.142 guardas nacionais, dos quais apenas 2.227 estavam inativos. No entanto, esse número não representava garantia de qualquer incremento na segurança pública da província. Desde a sua criação pela lei de 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional esteve reservada para atuar em momentos críticos, como a Guerra do Prata, e durante períodos de relativa paz a instituição funcionava como um corpo invisível, sem atribuições factuais.

Entre as resoluções da lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, relativas à Guarda Nacional, a mais relevante foi, certamente, a estabelecida pelo art. 6º das "Disposições Gerais", que determinava que, a partir daquele momento, a organização responderia diretamente ao Ministro da Justiça e aos presidentes provinciais. Além disso, conforme os parágrafos 1º e 2º do art. 87 do Capítulo II da referida lei, a Guarda Nacional deveria fornecer destacamentos, dentro ou fora de seus respectivos municípios, nos seguintes casos:

> § 1º Quando faltar a tropa de Linha e de Policia para o serviço ordinario da guarnição, para escoltar de hum lugar para outro as remessas de dinheiros ou de quaesquer effeitos pertencentes á Nação, ou á Provincia, ou para conduzir os pronunciados, condemnados, e quaesquer outros presos.
> § 2º Para soccorrer algum Municipio da mesma ou de diversa Provincia, no caso de ser perturbado, ou ameaçado de sedição, insurreição, rebellião ou qualquer outra comoção, ou de incursão de ladrões, ou malfeitores (BRASIL. Lei nº 602/1850).

A normativa segue seu texto, deixando claro no art. 89 que, apesar das prerrogativas dos artigos anteriores, a Guarda Nacional permanecia sujeita à autoridade civil, destacando que: "A Autoridade Militar não tomará o commando da Guarda Nacional para manutenção da segurança

[52] De acordo com Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares (2022), ao começo da Guerra do Paraguai o Império brasileiro não dispunha se quer um terço do número de soldados da República do Paraguai.
[53] Aliança formado entre o Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes liderada pelo Império brasileiro na Guerra do Prata.

publica senão á; requisição da competente Autoridade Civil". As características presentes na referida lei contribuíam para reforçar a equivocada ideia de que o serviço na Guarda Nacional representava "um impedimento ao serviço na 1ª linha (o Exército) " (Araújo, 2014, p. 49).

Segundo Johny Santana Araújo (2014), essa percepção estava tão enraizada no imaginário da época que, no início da Guerra do Paraguai, houve casos em que guardas nacionais procuraram diretamente o Exército para se voluntariar no conflito, temendo não serem convocados devido ao posto que ocupavam na Guarda Nacional. Esse cenário evidenciava a falta de conhecimento quanto à real função da Guarda Nacional, que se perdia em meio à inércia dos dias de relativa "paz".

Meses após a entrega do primeiro relatório de Franklin Américo de Meneses Doria à Assembleia Legislativa da província do Piauí, no qual o presidente provincial lamenta o pouco empenho da Guarda Nacional em suas funções e a acusa veementemente de se dedicar à "ostentação", movida pela vaidade daqueles que almejavam os postos mais altos, eclode, ao Sul do Império, a Guerra do Paraguai. Diante do conflito, a Guarda Nacional é novamente acionada para suprir a carência das forças militares do Brasil, colocando à prova sua capacidade de atuação em meio às críticas e à necessidade urgente de reforço no combate.

Em 1865, diante das crescentes dificuldades do Império em arregimentar homens para os campos de batalha, agravadas pelo avanço da Guerra do Paraguai, foi promulgado o decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865. O objetivo da medida era reorganizar e fortalecer os esforços de recrutamento, em um momento em que a propaganda de guerra já não conseguia atrair voluntários, como anteriormente. Essa situação intensificava ainda mais a crise, pressionando o governo central a exigir maior empenho das províncias para suprir as crescentes necessidades do conflito.

O decreto estava fundamentado nos art. 117 e 118 da lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, que determinava que os corpos destacados da Guarda Nacional para atuar em situações de guerra deveriam ser convocados exclusivamente por meio de lei especial. Ainda de acordo com a normativa da lei nº 602, em casos de rebelião ou invasão repentina de inimigos durante o intervalo das sessões da Assembleia Geral, a convocação poderia ser feita por decreto do governo no Município da Corte ou por ordem dos presidentes nas províncias, com a obrigação de informar a Assembleia Geral assim que fosse reunida. O art. 119, por sua vez, estipulava que a lei, decreto ou ordem que determinasse o envio de corpos destacados para o serviço de guerra deveria especificar o número de homens a ser recrutado e a duração do serviço.

Com base nessas atribuições, o decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865, determinou o destaque de 14.796 guardas nacionais provenientes dos diferentes corpos e províncias do

Império brasileiro para servir na Guerra do Paraguai. A medida, assinada pelo então presidente do Conselho de Ministros, além de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o piauiense natural de Oeiras, Francisco José Furtado, estabelecia a cota específica a ser cumprida por cada província, cujos dados transcrevemos na tabela abaixo.

Quadro 02: efetivo de Guardas Nacionais destinado à Guerra do Paraguai por província.

Região/Província	**Número de Guardas Nacionais**
Côrte	300
Província do Rio de Janeiro	1.384
Província da Bahia	2.440
Província de Pernambuco	2.424
Província do Maranhão	1.060
Província de Sergipe	644
Província do Piauhy	1.160
Província da Parahyba	624
Província do Ceará	1.060
Província do Rio Grande do Norte	624
Província das Alagôas	484
Província do Espírito Santo	208
Província do Pará	1.040
Província do Amazonas	230
Província do Paraná	416
Província de Goyaz	490
Província de Santa Catharina	208

Fonte: BRASIL. Decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865.

De acordo com o decreto nº 3.383, de 21 de janeiro de 1865, os guardas nacionais convocados para integrar as fileiras durante a Guerra do Paraguai deveriam cumprir apenas um ano de serviço. No entanto, a Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, estabelecia que aqueles

que se evadissem após a convocação em tempos de guerra seriam punidos com o dobro do período de engajamento de um soldado regular do Exército, o que correspondia a 18 anos de serviço militar obrigatório.

Apesar da aparente brevidade do período de serviço estipulado pelo decreto, especialmente quando comparado à severidade da pena aplicada aos insubmissos, as províncias enfrentaram grandes dificuldades para atender às exigências do chamado "tributo de sangue". Os desafios para cumprir a cota de 14.796 guardas nacionais, estabelecida pelo governo central para reforçar os fronts na Guerra do Paraguai, eram variados. Eles iam desde a resistência dos guardas nacionais ao alistamento até entraves administrativos que dificultavam a organização das levas de recrutas.

O desconforto provocado pelo processo de recrutamento entre os guardas nacionais foi registrado pelo coronel da Guarda Nacional, José Francisco Miranda Osório, em ofício dirigido ao presidente da província do Piauí em junho de 1865: "[...] os convocados fazem sentir o receio de serem enviados para a campanha. Na sede municipal, dispunha apenas de [um guarda chamado] Pedro José Nunes que vinha comandando a guarnição" (Ofícios do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional, 05 jul. 30 jul. 1865 *apud* Araújo, 2014, p. 53).

De acordo com Johny Santana Araújo (2014), desde a publicação do Decreto nº 3.383, motins envolvendo guardas nacionais em protesto contra a convocação passaram a ser registrados em várias vilas do Piauí, confirmando a aversão generalizada da população tanto ao recrutamento forçado, que voltava a fazer parte do cotidiano devido à constante demanda da guerra por corpos para o campo de batalha, quanto às determinações impostas pelo decreto.

Ainda segundo o autor, os dissidentes da província do Piauí recorriam ao banditismo, seja como forma de manifestar oposição às medidas governamentais, seja como meio de sobrevivência, em meio às perseguições impostas aos considerados traidores da pátria.

> A agressividade da população sujeita ao alistamento militar dificilmente poderia ser catalisada, e em dias como aqueles a violência era acelerada, sobretudo pela efetivação da designação indiscriminada de guardas nacionais apadrinhados dos inimigos da situação. Aqueles que conseguiam fugir e se enveredavam. Pelas estradas e campinas do interior, e para sobreviver quase sempre tinham que roubar se tornando verdadeiros salteadores (Araújo, 2014, p. 53-54).

Outro ponto importante sobre a convocação da Guarda Nacional para compor as fileiras do Exército de primeira linha durante a Guerra do Paraguai, destacado por Johny Santana Araújo (2014) no trecho mencionado anteriormente, é o fato de que a perseguição aos desertores

também possuía um caráter político e frequentemente era direcionada aos inimigos daqueles que estavam no poder, refletindo-se em dissimulações para ocultar guardas nacionais que não desejavam servir no conflito.

Passados pouco mais de cinco meses da divulgação do Decreto nº 3.383, o presidente da província do Piauí, Franklin Américo de Meneses Doria, encaminhou seu segundo relatório à Assembleia Legislativa Provincial, no qual se queixava novamente da qualidade da Guarda Nacional piauiense, destacando que os números oficiais sobre a instituição eram resultado de negligência ou fraude. Na ocasião, suas críticas eram motivadas principalmente pela dificuldade de atender às requisições do governo central, já que, segundo ele, muitos guardas nacionais existiam apenas como nomes nos registros:

> A força guarda nacional da provincia continua distribuida por 12 commandos superiores, sendo o de Oeiras e Picos, bem como o de Campo-maior e União, augmentados com um batalhão cada um pelos decretos n. 3341 de 15 de novembro do anno passado e n. 3343 de 18 do mesmo mez e anno. Dos mapas existentes na secretaria do governo consta que existem qualificados 30, 962 homens – 28:226 do serviço activo e 2,736 do da reserva, comprehendendo 30 batalhões de infantaria activa, 4 secções de batalhão e 2 companhias de reserva, 5 corpos e 5 esquadrões de cavalaria. A qualificação da guarda nacional tenho verificado que é muito defeituosa e enexacta: além de não classificar escrupulosamente os guardas que devem pertencer aos duos serviços, abrange grande quantidade de individuos, dos quaes existem apenas somente os nomes, e é esta circunstancia, filha da negligencia ou da fraude, que a eleva ao numero avultado que referi [...] na quasi desorganização e sensível atraso em que aqui se acha a guarda nacional, veio colhê-la o decreto n.º 3383, de 21 de janeiro d' este anno, que chamou a serviço extraordinario de destacamento 14:796 guardas do serviço activo, dos quaes foi distribuido o numero de 1,160 a esta provincia (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 20, 12 jul. 1865).

Ainda de acordo com o segundo relatório de Franklin Doria, enquanto presidente da província do Piauí, não foram poupados esforços para alcançar as metas de recrutamento estabelecidas pelo governo central. Até o dia 12 de julho de 1865, data em que o documento foi apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, o presidente provincial já havia organizado dois batalhões, cada um composto por seis companhias, cujo comando ficou a cargo do coronel sexagenário Francisco José de Miranda Ozorio (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 20, 12 jul. 1865).

Além disso, um dos impactos mais marcantes da Guerra do Paraguai na província do Piauí foi o desmonte do já precário sistema de segurança pública. Mesmo que a reivindicação de Franklin Doria, feita no relatório anterior, por um aumento na força policial interna tenha sido atendida, esses recursos humanos acabaram sendo redirecionados para a guerra. Como

resultado, o presidente provincial recorreu mais uma vez à Guarda Nacional, utilizando seus membros para preencher a lacuna deixada pela ausência de uma força policial regular. (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 20-21, 12 jul. 1865).

Os guardas destacados para manter a segurança interna da província foram organizados da seguinte forma:

Quadro 03: Número de efetivo destinado à segurança interna da província do Piauí.

Localidade	**Guardas Destacados**
N'esta capital	200
Na cidade de Parnahyba	30
Na cidade de Oeiras	20
Na villa Principe-Imperial	20
Na villa da Independencia	10
Na villa de Barras	7
Na villa de S. Gonçalo	7
Na villa de Jurumenha	7
Na villa de Jaicoz	4
Na villa de Piracuruca	6
Na villa de S. Raymundo Nonnato	5

Fonte: NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 20-21, 12 jul. 1865.

No total, Franklin Doria destacou 318 guardas nacionais para o policiamento interno da província. Em seu relatório, o presidente provincial apelou ainda à Assembleia Legislativa para que os postos dos policiais direcionados à guerra fossem preservados após seu retorno dos "azares da guerra". Ao todo, 100 integrantes da companhia de polícia da província do Piauí serviram na Guerra do Paraguai. (NUPEM. Doria, **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Pihauy**, p. 20-21, 12 jul. 1865).

Como podemos observar na documentação apresentada, a relação entre o governo provincial e os guardas nacionais destacados para o serviço da guerra era marcada por tensões, o que levou à necessidade de adotar medidas para acalmar os ânimos e reduzir o risco de novas insurgências, buscando garantir alguma estabilidade interna naqueles tempos de grandes adversidades.

A administração provincial recorria frequentemente às estratégias utilizadas nas campanhas de voluntariado, adotando os jornais como principal meio de divulgação tanto das

iniciativas relacionadas à guerra quanto das medidas destinadas a apaziguar a relação entre o governo provincial e a Guarda Nacional. Isso significava aproveitar o alcance das informações transmitidas pelos jornais, pois "numa sociedade onde mais da metade da população era analfabeta a propaganda falada construída pelas conversas dos transeuntes, pelo boato da esquina que circulava de boca em boca, gerando um movimento de circularidade das informações", transmitindo o que era lido nos jornais por meio da oralidade (Araújo, 2015, p. 111).

As notícias sobre as "exceções" criadas para amenizar a tensão entre o oficialato e a Guarda Nacional eram divulgadas por diversos jornais da capital, Teresina, integrando a "parte official", seção em que a maioria dos periódicos apresentava uma espécie de prestação de contas do governo, fosse este central ou local, para com a população. Na edição de 7 de julho de 1865, o periódico *A Imprensa* inaugurou sua "parte official" com um comunicado intitulado "Governo Central", assinado pelo então Ministro da Guerra do Brasil, Ângelo Moniz da Silva Ferraz[54].

> Decreto - Perdoa o crime de 1ª deserção e o de 2ª simples dos militares dos differestes corpos dos exercito e da guarda nacional em destacamento, que apartaram-se de suas bandeiras.
> - Commiaserando-me das circumstancias em que se acham os militares dos differentes corpos do exercito, e os da guarda nacional em destacamento, que tiveram a infelicidade de desertar apartando-se das suas bandeiras: hei por bem perdoar-lhes o crime de 1ª deserção e o de 2ª simples, apresentando-se os réus dentro do prazo de três mezes, contados da publicação do presente decreto em cada uma das comarcas do imperio; incluindo-se tambem neste indulto os que já estiveram sentenciados e para sentenciar - (Ferraz. Governo Central, **A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865).

Os resultados de medidas como a noticiada na edição de 27 de julho de 1865 do periódico *A Imprensa* são bastante questionáveis. Afinal, se tivessem realmente conseguido abrandar a tensão entre os governos central e provincial em relação à Guarda Nacional, não haveria, posteriormente, tantas chamadas relacionadas a ordens de prisão para desertores da instituição.

[54] O político baiano Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana, nasceu em 1812 na cidade de Valença e formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda em 1834. Atuou como jurista, exercendo os cargos de juiz e promotor. Em 1857, presidiu a província do Rio Grande do Sul. Foi também deputado e senador pela Bahia entre 1843 e 1856, além de ocupar o cargo de Presidente do Conselho dos Ministros e Ministro da Fazenda em 1859. Entre 1865 e 1866, exerceu as funções de Ministro da Guerra e da Marinha, tornando-se Conselheiro de Estado em 1866, ano em que recebeu o título de Barão, falecendo em 18 de janeiro de 1867 na cidade de Petrópolis, na província do Rio de Janeiro. Em relação ao Ministério da Guerra, os mandatos de Ângelo Moniz da Silva Ferraz foram breves e intercalados com os de outras personalidades importantes. O primeiro ocorreu entre 12 de maio de 1865 e 8 de julho do mesmo ano, quando foi sucedido pelo Conselheiro José Antônio Saraiva. Ele retornou ao cargo em duas ocasiões: de 10 de novembro de 1865 a 3 de agosto de 1866 e de 3 de agosto de 1866 a 7 de outubro de 1866 (Marotta, 2015).

As decisões sobre o destino dos desertores do Exército e da Guarda Nacional, apesar de frequentes, poderiam passar despercebidas pelo público leitor, uma vez que eram apresentadas de maneira discreta nos periódicos, inseridas entre as transcrições dos ofícios trocados pelas autoridades do governo central, da administração provincial e pelos chefes de polícia. Sem qualquer esforço para destacar esse tipo de informação, essas notícias permaneciam diluídas na "parte official" dos jornais.

No decorrer desta pesquisa de mestrado, tivemos acesso aos periódicos *Liga e Progresso*, *A Moderação*, *O Piauhy*, *O Amigo do Povo* e *A Imprensa*. Observamos que todos esses jornais traziam uma "parte oficial", na qual eram veiculadas as trocas de ofícios da administração provincial. Essa recorrência nos leva a acreditar que esse era o padrão de atuação do jornalismo teresinense. Ao longo de toda a Guerra do Paraguai, *A Imprensa*, assim como outros jornais de Teresina, manteve esse padrão, noticiando a troca de ofícios da administração provincial e, entre essas publicações, deixando visíveis notas sobre ordens de prisão para os destacados que se recusassem a cumprir o dever que lhes era imposto.

> - Idem ao delegado de policia do termo das Barras, - Fico de posse do seu officio de 17 corrente e inteirado de quanto n'elle me communicou acerca da demora n'essa villa do cabo da companhia de policia, Valdevino Joaquim de Oliveira, da providencia, por Vmc. Tomada afim de seguir para Parnahiba a correspondencia, que elle levava, assim como a respeito dos desertores do corpo de guarnição, Raimundo Rodrigues de Souza e Herculano José da Silva, que foram ahi capturados; convindo que Vme. declare a quem deve ser entregue n'esta capital a importancia das despesas que fez (Parte oficial. **A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 15, n.p., 04 nov. 1865).

Como podemos observar no trecho transcrito da matéria "A Imprensa", publicada na edição de 4 de novembro de 1865 do jornal *A Imprensa*, a troca de ofícios revelava, inclusive, a identidade dos desertores nos jornais, mesmo quando esse não era o objetivo principal da comunicação.

> - Idem ao delegado de policia do termo de Parrnahiba. – Em resposta ao seu officio de 28 de abril ultimo, cabe-me declarar-lhe que remetta para esta capital os desertores que foram capturados da companhia de policia de nomes Bernardo d' Araujo e Silva, João José de Paula e Gabriel Telles das Flores, de que Vmc. tracta no seu citado officio (Parte oficial, **A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 19, n.p., 02 dez. 1865).

Apesar da publicação do decreto que concedia perdão aos crimes de primeira e segunda deserção aos guardas nacionais que se apresentassem à justiça, divulgado na edição de 27 de

julho de 1865 do periódico *A Imprensa*, as transcrições de ofícios na "parte official" do jornal continuaram a expor os nomes de integrantes da Guarda Nacional que se recusavam a servir na Guerra do Paraguai, além de desertores do Exército. Esse padrão de comunicação permaneceu até o fim da guerra, revelando que a tensão entre o oficialato e os corpos destinados ao campo de batalha não foi superada em nenhum momento.

Como já ressaltamos anteriormente, Johny Santana Araújo (2014) associa parte da perseguição sofrida pelos guardas nacionais a suas possíveis conexões políticas. Segundo o autor, aqueles no poder buscavam designar para o serviço de guerra os agregados de seus opositores políticos. Mas, como podemos constatar pela transcrição de ofícios da administração provincial, presente no periódico *A Imprensa*, os guardas nacionais também eram designados para capturar e recrutar desertores:

> - Officio ao Dr. Chefe de policia. – Acuso recebimento a seu officio de 22 d'este. Em resposta tenho o dizer-lhe que não é possivel, por ora, ter um destacamento permanente na villa de Bom Jezus da Gurgueia; devendo entretanto empregar-se na captura dos desertores os guardas nacionais que para tal fim devem ser requisitados, de accordo com o artigo 20 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842 e conforme já determinei para todos os pontos da provincia (Parte oficial, **A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 41, n.p., 05 maio 1866).

Os fragmentos da comunicação oficial da província do Piauí, publicados em periódicos como *A Imprensa*, revelavam um ambiente cada vez mais hostil para os designados para a guerra. À medida que o conflito avançava, a propaganda patriótica promovida pelos jornais deixava de surtir efeito na captação de voluntários, enquanto as deserções se tornavam cada vez mais frequentes. Nesse contexto, o "exército invisível" da Guarda Nacional foi acionado para preencher as lacunas que a estrutura de segurança pública provincial já não conseguia suprir. Entre suas atribuições, destacavam-se a recaptura de desertores e o policiamento urbano, especialmente diante da ausência dos policiais enviados para o campo de batalha no Paraguai.

O impacto negativo entre a oficialidade piauiense e os homens enviados para a Guerra do Paraguai era inevitável, independentemente de quem estivesse no comando da província. Tanto liberais quanto conservadores não apenas não podiam conter as remessas de tropas para o conflito, como também demonstravam pouco interesse em fazê-lo.

De acordo com Odilon Nunes (2007), a província do Piauí manteve uma constância no envio de tropas para sustentar o esforço de guerra até seus últimos anos:

> As remessas constantes de tropas recrutadas concorreram, já nos últimos anos da guerra, para o êxodo de certas populações rurais, e, ainda mais para o afastamento destas, do amanho da terra, trazendo em consequência, a absoluta falta de víveres em 1869, notadamente nos municípios de Jaicós, Valença e Picos, expostos seus habitantes desvalidos à fome e a miséria. Há, ainda, digno de registro outra influência negativa ao desenvolvimento e à intensificação da campanha cívica no Piauí: a hostilidade entre os partidos locais, conservador e liberal (Nunes, 2007, p. 235).

Nas fugas, os desertores, fossem estes guardas nacionais ou não, traçavam um caminho rumo ao apagamento de suas histórias, adentrando o sertão, "que está sempre mais longe de onde estamos" (Knox, 1995, p. 144), um recanto onde "ninguém tinha passado" (Araújo, 2014, p. 69). Para os desertores, os confins do Piauí tornavam-se um lugar de esquecimento, onde reconstruíam suas vidas de forma precária, longe das contradições do discurso oficial. Nesse contexto, jornais como *A Imprensa*, ao exaltarem o esforço patriótico do povo piauiense, acabavam, quase inadvertidamente, revelando a perseguição aos corpos considerados aptos para o confronto.

4.2 Política e Ideologia Liberal em *A Imprensa*

A primeira edição do periódico *A Imprensa* é marcada pela defesa do eixo político liberal que fundamentava sua existência. Podemos afirmar, que sua matéria inaugural definiu o tom da narrativa que o jornal manteria ao longo de toda a sua trajetória. Nos primeiros momentos de sua veiculação, sob a direção do jornalista David Caldas e do proprietário da folha, o jurista e político Deolindo Moura, a redação considerava uma grande sorte o fato de o presidente do Conselho de Ministros do Império, Pedro Araújo Lima, o Marquês de Olinda, que havia assumido o cargo pouco mais de um mês antes, servir "simultaneamente ao paiz e ao partido a que aludimos" (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865).

Durante sua primeira reunião à frente do Parlamento, o Marquês de Olinda – figura frequentemente citada pelo periódico *A Imprensa* por sua simbologia liberal no ambiente político brasileiro –, diante das "circunstâncias melindrosas" impostas pela declaração de guerra, apelou à colaboração dos parlamentares, declarando: "Estes nobres cavalheiros não duvidarão em acompanhar-me na penosa tarefa da administração do Estado". O mandato liberal de Pedro de Araújo Lima na chefia do Parlamento do Império teve características próprias decorrentes do contexto bélico em que o país se encontrava. Naquele maio de 1865, as ideias que cercavam o conceito de ser "liberal" na política brasileira fundiam-se ao conceito de

patriotismo, elemento primordial para sustentar o esforço de guerra (Olinda, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio1865).

> Á questão do dia é a guerra. Debellar essa guerra, guerra emprehendida contra todos os direitos divinos e humanos, guerra inaugurada com a espoliação, o roubo e o assassinato, debellar uma tal guerra é o grande programma do governo. Para o conseguir confia o governo primeiramente no auxilio divino, depois disto confia na cooperação e coadjuvação da assembléa geral legislativa, e finalmente confia nesse fervente patriotismo que se tem desenvolvido em todos os cantos do Imperio, mandando todas as classes da sociedade seus filhos para a satisfação da honra e dignidade nacional, sacrificando para isso suas mais caras afeições (Olinda, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio 1865).

Apesar da postura engajada demonstrada pelo presidente do Parlamento, houve vozes dissonantes que, a todo momento, rompiam o caráter unívoco que o Marquês de Olinda procurava conferir à sua gestão. Embora as falas transcritas nos Anais do Parlamento do Império, referentes à reunião de 13 de maio de 1865, não apresentem oposição direta ao tema da guerra tratado no pronunciamento do presidente, a documentação revela indícios de descontentamento entre os parlamentares, manifestados por meio de intervenções incisivas, carregadas de cobranças marcadas pelo ressentimento.

Ainda na reunião de 13 de maio de 1865, o deputado geral pela província do Ceará, José Liberato Barroso, pontuou que todos os parlamentares estavam cientes das razões que levaram à guerra contra a República do Paraguai. O deputado ressaltou que, desde a gestão anterior, sob o comando do Gabinete de Francisco José Furtado, do qual também havia feito parte, "os interesses do paiz e os preceitos constitucionaes" haviam sido devidamente consultados e respeitados. Liberato Barroso declarou que, diante da manifestação da Câmara dos Deputados, o Gabinete Furtado "pediu simplesmente à coroa a sua demissão, que lhe foi concedida". O deputado concluiu sua comunicação destacando que a gestão anterior havia feito tudo o que estava ao seu alcance para evitar a situação de guerra que se desenrolava ao Sul do Império (Barroso, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio 1865).

Assim como na narrativa de José Liberato Barroso sobre os acontecimentos que levaram à dissolução do Gabinete de Furtado, na reunião de 13 de maio de 1865 também houve protestos, pois a guerra já começava a se tornar dispendiosa. As justificativas de Liberato Barroso e mesmo o tom patriótico das falas do Marquês de Olinda não convenciam todos os parlamentares, já que o tributo de sangue era pago com intensidades diferentes entre as províncias do Império do Brasil.

Segundo os registros dos Anais do Parlamento, as falas de José Liberato Barroso foram recebidas com um coro de "apoiado" por muitos dos deputados presentes. No entanto, Aristides Silveira Lobo[55], deputado geral pela província de Alagoas, respondeu com um sonoro "não apoiado". Essa reação pode estar associada ao íntimo de seus pensamentos, que talvez já desaprovassem o regime político monárquico. Embora fosse uma figura de destaque no pensamento político liberal, Silveira Lobo se declararia republicano poucos anos depois, em 1868. Além disso, o parlamentar também era jornalista e possivelmente já tinha acesso a discursos de oposição ao movimento de guerra do Império, cada vez mais discutidos na imprensa da época.

Após o protesto de Silveira Lobo, a reunião prosseguiu com o doloroso relato de Silva Pereira, deputado geral pela província de Mato Grosso.

> Sr. presidente, V. Exr. e a camara comprehendem a posição do deputado que hoje levanta a sua debil voz neste recinto, e em uma occasião tão solemne. As palavras que acabão de ser pronunciadas pelo illustre e venerado Sr. presidente do conselho vierão reviver as dores que dilacerão o meu coração; vós todos, senhores, conheceis os ultimos e gravissimos acontecimentos de que tem sido theatro a minha infeliz provincia. Ainda neste momento, Sr. presidenta, parece me estar ouvindo as queixas, os gemidos pulgentes daquelles que soffrem, porque são Brazileiros, daquelles que soffrem na vida, na honra e na fortuna, porque confiarão sempre na solicitude do governo do paiz! Ante uma situação tão grave, Sr. presidente, o meu espirito não se volve para o campo da política interna, e a meu ver os mais altos interesses do paiz exigem, que fique ella reservada para épocas mais felizes. Como Brazileiro, senhores, e ainda mais como filho e representante da provincia de Mato-Grosso, só tenho neste momento um pensamento, á o de desaffrontar o paiz dos graves e inauditos insultos que tem recebido (Pereira, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio 1865).

A província de Mato Grosso enfrentou os horrores da guerra de maneira distinta do restante do Império. Desde dezembro de 1864, seu território foi transformado em trincheira de batalha, quando as tropas paraguaias atacaram o Forte de Coimbra e ocuparam a zona fronteiriça da província, com toda a violência característica de tempos de guerra, diante da qual as forças provinciais não puderam reagir de imediato.

[55] Ver Manuel Ernesto de Campos Porto (1890). Em seu livro *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brazil*, o autor apresenta algo que pode ser interpretado como uma ode ao pensamento republicano, onde a atuação de personalidades como Aristides Silveira Lobo na construção do golpe republicano é exaltada. A obra, publicada dois anos após a Proclamação da República, foi dedicada ao chefe do primeiro governo provisório, o general Manuel Deodoro da Fonseca.

Francisco Doratioto ressalta que, em meados de 1864, as circunstâncias das forças da província de Mato Grosso eram tão delicadas que acabaram facilitando o acesso do inimigo ao seu território:

> […] habitada por aproximadamente 75 mil pessoas [e] encontrava-se no momento de maior fraqueza militar, ao dispor de apenas 875 efetivos do Exército, quando seu número deveria ser de 3879, e a Guarda Nacional não alcançar 3 mil homens (Doratioto, 2002, p. 98).

De acordo com Francisco Doratioto (2002, p. 98-99), "a negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utilizá-las". A essa fragilidade na segurança provincial somava-se a dificuldade – já mencionada aqui – de acesso à administração central do Império, uma vez que a comunicação com a distante província se fazia exclusivamente pelos rios platinos.

Apesar da insegurança que persistia na província do Mato Grosso, o protesto do deputado geral, Silva Pereira, limitou-se a questionar a prioridade dada aos interesses da política interna, que, segundo sua análise, se sobressaíam mesmo diante da excepcionalidade do momento bélico vivido pelo país. Na década entre 1856 e 1866, ocorreram dez alternâncias de gabinetes, com gestões que variaram entre Conservadores, Liberais e Progressistas.

Para o deputado Silva Pereira, a inconstância política enfraquecia o Império Brasileiro, pois dificultava a definição de interesses comuns entre as províncias, comprometendo a coesão necessária para enfrentar os desafios e singularidades daquele momento bélico. Além disso, Silva Pereira destacava a necessidade de uma "reparação completa e efficaz", afirmando que era fundamental abandonar a "politica indecisa e imprevidente", que, segundo ele, apenas serviu para causar "embaraços de todo gênero e pois accumular os materiaes que aumentão hoje as difiiculdades da situação" (Pereira, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio 1865).

Silva Pereira encerra sua fala declarando apoio ao governo, tanto como brasileiro quanto representante da província do Mato Grosso, no esforço de salvar a "integridade e dignidade do Imperio". Contudo, deixou claro que esse apoio dependia da compensação dos prejuízos sofridos pela população mato-grossense, reforçando que "todas as reparações serão exigidas" (Pereira, **Annaes do Parlamento Brazileiro**, Tomo I, p. 19, 13 maio 1865).

Embora o deputado tenha destacado a constante oscilação entre gabinetes, associando esse fato aos prejuízos para a manutenção da segurança em sua província, o Império vivia um

período de relativa estabilidade política. Depois da primeira fase Liberal, entre 1844 e 1848, que contou com cinco gabinetes, compostos por Liberais e Liberais Palacianos[56], o país passou por um período conservador de 1848 a 1857. A partir daí houve alternâncias políticas até 1862, quando um período majoritariamente Liberal teve início e se estendeu até julho de 1868 (Ferraz, 2013).

Essa alternância de gabinetes pode ser parcialmente explicada pelas análises de José Murilo de Carvalho (1998). O autor destaca o aumento das tensões entre Liberais e Conservadores ao longo da década de 1860, período em que a questão da representatividade junto ao governo ganhou centralidade entre os Liberais. Para eles, o Poder Moderador simbolizava um mecanismo de distorção do sistema parlamentar, enquanto a centralização administrativa era alvo de críticas severas. Os Liberais condenavam, em particular, a prática de submeter questões provinciais e locais ao poder central, como a nomeação direta dos presidentes de província pelo Imperador, o que restringia a autonomia política desses representantes.

Em meio às dissonâncias entre Liberais e Conservadores, e às reivindicações por responsabilidade dirigidas ao chefe do Parlamento do Império diante da Guerra do Paraguai e de suas consequências para o Brasil, o discurso bélico também se configurou como uma arena de enfrentamento. Nesse contexto, as diversas facções políticas recorriam à noção de patriotismo não apenas para mobilizar o apoio popular, mas também para legitimar suas posições no cenário político.

No Parlamento, o patriotismo se manifestava em discursos ufanistas, que, por vezes, incluíam críticas que, embora discretas, podiam ser bastante ácidas em relação aos rumos adotados pelo Império na Guerra do Paraguai. Nas províncias, o discurso patriótico se espalhou pela imprensa, onde os jornais alinhados aos partidos políticos usavam a "causa da nação"[57] para consolidar suas próprias narrativas. Com isso, ser "patriota" passou a ser um aspecto fundamental da posição política, quer se fosse Liberal, quer Conservador.

No entanto, é preciso considerar as nuances de cada localidade refletidas na imprensa. Na província do Piauí, à qual nos dedicamos de forma mais detida nesta dissertação ser Liberal

[56] Ilmar Rohloff de Mattos (2017), na obra *O Tempo Saquarema*, ressalta que a construção do Estado imperial brasileiro ocorreu a partir de uma classe senhorial interessada em defender seus próprios interesses na estrutura administrativa governamental. Dito isso, é possível compreender que, embora Liberais, Conservadores sejam frequentemente apresentados em documentos e parte da historiografia dedicada à política brasileira como opostos, havia, em muitos casos, nuances de negociação e parceria entre eles. Assim, a distinção entre as facções políticas do Império nem sempre se revela evidente, tampouco segue um padrão uniforme em todas as províncias.

[57] A expressão "causa da nação" era constantemente empregada na imprensa como uma forma de cobrar do povo brasileiro o compromisso com a defesa do país.

não significava, apenas, opor-se aos mandos e possíveis desmandos do poder central. Quanto mais o debate se restringia às questões locais, mais as "questões dos Liberais" se conectavam ao cotidiano provincial, especialmente na capital, Teresina. O que não os impedia de participar de debates mais amplos e filosóficos, até porque essa era uma forma de inserir a província no que havia de mais atual no pensamento político.

Na província do Piauí, os periódicos *Liga e Progresso* e *A Imprensa* atuavam como órgãos do Partido Liberal, sendo a própria existência de *A Imprensa* condicionada a essa função. A narrativa liberal no periódico *Liga e Progresso* durante o período bélico concentrava-se principalmente em apoiar o esforço do presidente provincial, Franklin Américo de Meneses Doria, na mobilização de homens para o campo de batalha. Ao longo de 1865 – ano ao qual corresponde o material digitalizado desse jornal –, o periódico dedicou-se a enaltecer cada ação de Franklin Doria na administração da província, além de defender sua imagem dos ataques das folhas conservadoras, como, por exemplo, *A Moderação*.

Na edição de 27 de março de 1865, o periódico *Liga e Progresso* publicou o discurso proferido pelo presidente provincial por ocasião do embarque do primeiro corpo de Voluntários da Pátria da província do Piauí, destinados a atuar na Guerra do Paraguai:

> Srs. Commandante, officiaies, praças do corpo de guarnição do Piauhy e voluntarios da patria.
> O governo de SM. o Imperador em nome da mãe – patria offendida. Chamou-vos ao campo de batalha. Fieis e ponctuaes ao seu apello, ei vos em macha para longuinquo theatro. A fé, srs. que a vossa sorte é diggna. – Deixais o remanso da paz pelos lances de uma causa sacrossanta.
> [...] Viva a religião catholica! Viva a nossa constituição politica! Viva ao corpo da de guarnição do Piauhy! Vivam os voluntarios da patria!
> (**Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 90, n.p., 27 mar. 1865).

Após a transcrição do discurso de Franklin Américo de Meneses Doria, o jornal trouxe o detalhamento da portaria que estabelecia o número de guardas nacionais que cada comando superior da província deveria disponibilizar. É importante destacar que notícias como essas eram comuns no jornalismo provincial. Periódicos alinhados à vertente conservadora também publicavam atualizações sobre a legislação voltada a atender à excepcionalidade do contexto de guerra, editais de convocação e informações oriundas de outros jornais sobre os acontecimentos nos campos de batalha.

Como já mencionado, ser patriota tornou-se parte da performance política tanto de liberais quanto de conservadores, com a diferença de que os periódicos conservadores atacavam

diretamente o presidente da província e outras figuras ligadas à manutenção da participação piauiense na Guerra do Paraguai, devido ao vínculo dessas figuras com o Partido Liberal.

Na edição de 1º de maio de 1865, o *Liga e Progresso* publicou uma extensa matéria como resposta às ofensas desferidas pelo jornal *Moderação* contra o presidente da província do Piauí, Franklin Doria. Destacamos ainda que a fonte do referido texto era visivelmente menor que a do restante da edição, possivelmente como estratégia para incluir o máximo de palavras sem comprometer o espaço reservado para outras matérias e anúncios.

> A Moderação acesta as suas baterias contra a presidencia; já disparou os primeiros tiros. Espalhou-se a noticia na cidade com um certo movimento de estranheza.
> Porque? Diz nos, pois agora? Exclamavão outros.
> Não queremos saber a razão.
> O que é certo, é que esse jornal teve a infeliz lembrança de dizer alguma cousa que justifique os boatos. Já nos causava admiração – tanta moderação na MODERAÇÃO. Não era possivel: mesmo nome se repellem. Nós, colocado na direcção de um jornal, que presta á administração da provincia o mais sincero e delicado apoio, sentimos logo que corria-nos o dever de vir á campo em defesa da administração (**Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 94, n.p., 01 maio. 1865).

O *Liga e Progresso* seguiu o texto reafirmando seu conhecido posicionamento em relação à administração de Franklin Doria, além de destacar seu próprio papel na imprensa piauiense. De acordo com a matéria publicada no *Liga e Progresso* na edição de 1º de maio de 1865, as acusações feitas pelo jornal *Moderação* eram tão infundadas que não mereciam uma refutação séria. No entanto, o órgão do Partido Liberal justificou sua manifestação como uma medida tomada quase que forçosamente para preservar a ordem no campo do jornalismo provincial:

> Entretanto, o exame da accusação formulada nos força tambem a declarar, que, se desde já occupamos a nossa posição de honra, não é porque nos mereça séria refutação o thema que servio de base á opposição começada: porem e unicamente para que nossa presença na imprensa faça arredar dos animos, ainda os mesmos credulos, qualquer idéa de que os actos do actual administrador receão o embate ou discussão. Esta circunstancia especial, nos leva a já empunhar as armas de cavalheiro [...] Isto posto, aceitamos a luva da MODERAÇÃO (**Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 94, n.p., 01 maio. 1865).

No *Liga e Progresso*, até mesmo as matérias publicadas a pedido[58] dos leitores seguiam a mesma linha de raciocínio, com ataques aos conservadores e defesa das questões provinciais e dos esforços de guerra associadas a Franklin Doria. Na edição de 13 de maio de 1865, foram publicados dois textos que, supostamente, teriam sido escritos pelos leitores do periódico.

> Apreciando as demonstrações de verdadeiro patriotismo, da parte de quem quer que seja, não podemos deixar de pedir-lhe, senhor Rectador. O favor de mandar inserir nas colunas de seu jornal a felicitação abaixo transcripta com aqualo Ilm. Sr. tenente coronel Joze Rodrigues Elvas, comandante do 1º batalhão desta capital, acompanhado de toda officialidade sob seu commando, manifestou ao delegado de S.M Imperador os puros sentimentos de seu coração, com a queda dos caudilhos de Montevideo. Sim, são puras as manifestações de seus sentimentos; por que a linguagem fementida roce os labios que affeito ao serviço de seu paiz veste gradualmente, por seu merecimento desde a farda de simples soldado até a do alto posto que se acha collocado. Cabe-me tambem a vez de felicitar ao sr. tenente coronel por suas demonstrações patrioticas (**Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 96, n.p., 13 maio. 1865).

A referida matéria, publicada na seção "A Pedidos", foi assinada apenas com o pseudônimo "Um Soldado da Reserva". Na mesma edição, também foi veiculada, a pedido, a matéria intitulada "Felicitações. Ilm. e Exm. Sr. Presidente da Província", novamente divulgada sob anonimato, mas sem o uso de pseudônimo.

> É com grande praser que hoje nos embriaga o coração: o triunfo solemne que acaba de receber a nação brazileira pelo honrozo deslance com a republica do Uruguay, é um desses factos gloriosos que hão de marcar ao Brasil uma epocha de verdadeiro heroismo: e, como filhos desta nação que se coroa de tanto explendor e brilhantismo, aqui viemos apresentar á v.exc., como delegado do governo do nosso Augusto Monarca, os mais enthusiasticos sentimentos de felicitações por tam glorioso feito (**Liga e Progresso**, Teresina, ano IV, n. 96, n.p., 13 maio. 1865).

Apesar do frequente uso de pseudônimos, desde sua primeira edição, lançada em 6 de outubro de 1862, o periódico trazia, logo abaixo do cabeçalho com o nome do jornal, um pequeno texto em fonte quase cursiva informando que o *Liga e Progresso* aceitaria artigos e correspondências, desde que "assinados por seus authores", mas abria exceção para temas

[58] Ao longo da pesquisa realizada para a construção desta dissertação, constatamos que muitos periódicos da província do Piauí reservavam um espaço para publicações "a pedido", onde a população letrada podia se expressar por meio de discursos, reflexões políticas, poemas e denúncias sobre acontecimentos que incomodavam a sociedade piauiense. Esses textos eram, em sua maioria, assinados, mas, ocasionalmente, eram publicados de forma anônima. Pelo teor dos textos anônimos, é possível supor que alguns fossem produzidos pelos próprios redatores dos jornais, como uma forma de refletir sobre a sociedade ideias alinhadas às posições das publicações que divulgavam.

relacionados a "politica, administração, sciencias, e artes, defeza ou censura ao governo, e autoridades" (**Liga e Progresso**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 06 out. 1862). Nas edições de 1865 do *Liga e Progresso* às quais tivemos acesso, o mesmo texto informativo permanece, mas agora escrito com fontes maiores e destacado em negrito.

As publicações anônimas desempenhavam uma dupla função. A primeira, e mais evidente, era oferecer aos assinantes do periódico um retorno pelo investimento na assinatura, permitindo-lhes projetar suas vozes individuais no debate público. A segunda, mais complexa e que exige uma análise cuidadosa das matérias, é que não há garantia de que esses textos fossem realmente "a pedido". É possível que esses textos tenham sido produzidos pelos próprios redatores do jornal, com o intuito de apresentar os posicionamentos defendidos pela publicação como se fossem opiniões da população, quando, na verdade, eram do próprio periódico.

Tanto as matérias publicadas a pedido quanto os textos assinados pela redação do *Liga e Progresso* defendiam os ideais liberais de maneira personalista, vinculando o debate político à proteção direta da reputação dos indivíduos alinhados ao Partido Liberal. Isso evidencia que, como órgão partidário, o *Liga e Progresso* se dedicava com mais afinco a questões locais. Mesmo ao abordar aspectos mais amplos da política imperial, seu foco permanecia nos acontecimentos concretos, sem se aprofundar muito nos conceitos políticos subjacentes.

Já a atuação do periódico *A Imprensa*, enquanto órgão do Partido Liberal, era marcada por debates filosóficos acerca de seu papel perante a sociedade piauiense, bem como sobre os parâmetros norteadores do partido. A narrativa moldada desde a primeira edição, quando o periódico, em sua matéria de apresentação, afirmou seguir os ideais desse "grande partido Liberal", cujos dogmas respeitavam a "liberdade e a constituição", permaneceu como base da atuação de *A Imprensa* ao longo de toda a sua existência, tornando-se mais ou menos evidente conforme o momento político (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 01, n.p., 27 jul. 1865).

Em sua terceira edição, *A Imprensa* inicia um debate sobre o papel dos jornalistas e dos periódicos locais na representação do governo provincial:

> Desde que se tem conseguido uma verdadeira alliança entre liberdade e o poder torna-se uma realidade aprezivel a harmonia entre a autoridade e os sectarios da liberdade bem entendida. Bem séria se torna a missão do jornalista, que só deve gastar seu tempo no estudo do que diz respeito ao bem commum. A moderação em todos os actos da vida humana foi e será sempre uma arma respeitavel; a coragem sem a precedencia tem sido e será sempre o maior inimigo da sociedade. A quillo que se alcança pelo enthusiasmo só conserva-se pela moderação [...] Nos governos constitucionaes á tribuna parlamentar, como mais competente, authorisada e judiciosa, cabe a iniciativa da analyse e apreciação dos actos dos agentes da autoridade [...] Cumpre agora ao jornalista com escalpelo da critica judiciosa, e sensata e como já dissemos,

> na esphera de acção independente das influencias de poder adscrito ao rigoroso dever de ouvir a voz dos governados, com calma e reflexão, apreciar os actos administrativos do presidente da provincia, e sobre elles em face dos beneficios e resultados de suas aplicações, emitir conscienciozo juizo (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 03, n.p., 12 ago. 1865).

O suposto alinhamento entre liberdade e poder, mencionado pela redação de *A Imprensa*, estava relacionado ao avanço Liberal na política, tanto em âmbito central quanto provincial. O texto é revelador de uma série de aspectos ideológicos que orientavam o periódico, entre os quais se destaca a exaltação da razão. Essa ideia se manifesta, na matéria em questão, como a "moderação" que deveria ser mantida tanto pelo representante da província quanto pelos "sectários da liberdade bem entendida", denominação que, nesse caso, fazia referência aos membros do parlamento e da imprensa.

De acordo com Norberto Bobbio (1998), a palavra "Liberal" é de difícil conceituação, pois, ao longo dos séculos XIX e XX, foi utilizada para definir movimentos opostos[59] à sua ideia geral. No entanto, quase sempre aparece associada aos conceitos de "liberdade e democracia". O esquema conceitual apontado pelo autor, em parte, ajuda a compreender o debate nas páginas de *A Imprensa*, já que, como discutimos ao longo desta dissertação, o conceito de "liberal" apresenta certas permanências ao longo do tempo, entre elas a noção de "bem comum", claramente perceptível no discurso do periódico. Segundo o próprio jornal, a busca por esse ideal deveria ser a principal ocupação dos jornalistas, recaindo sobre eles a responsabilidade de atuar como mediadora, equilibrando a relação entre o poder monárquico e a sociedade, um papel essencial para a manutenção da ordem e da justiça social.

Quando, em 1878, Américo Brasiliense organiza sua exposição dos programas dos partidos políticos do Segundo Reinado, definindo as pautas liberais como "Monarchia federativa, extincção do Poder Moderador, eleição biennal da Camara dos deputados, senado electivo e temporario, suppressão do Conselho de Estado, Assembléas Legislativas Provinciaes com duas Camaras, intendentes nos municípios" (Brasiliense, 1878, p. 10), é possível enxergar apenas parcialmente a conduta adotada pelo periódico piauiense *A Imprensa*. Conquanto, ao longo dos primeiros três anos de sua atuação na província do Piauí, o órgão liberal tenha sido atravessado pelos discursos bélicos decorrentes da Guerra do Paraguai, também encontrou um

[59] Ao longo dos séculos XIX e XX o termo liberal na Alemanha e Inglaterra estava ligado a um posicionamento político conservador de caráter moderador enquanto nos Estados Unidos ganha ares de estrema esquerda (Bobbio, 1998).

espaço favorável aos seus paradigmas, favorecido pela administração provincial sob o comando de Frank Doria e pela oscilação do governo central entre gabinetes liberais.

A situação política favorável aos princípios norteadores do periódico *A Imprensa* pode explicar, ao menos em parte, a conduta menos agressiva que o órgão buscava manter como base de sua *performance* de civilidade. O pretenso tom ameno era reafirmado por meio de acusações contra folhas conservadoras, que seriam culpadas de praticar "doutrinação" em vez de verdadeiramente contribuírem para o jornalismo da província.

Ainda de acordo com a matéria da terceira edição do periódico, de 12 de agosto de 1865, caberia aos "jornalistas na esphera de acção, independente das influencias de poder, adstringuir-se ao rigoroso dever de ouvir a voz da provincia", disponibilizando aos leitores apreciações ou censuras condizentes com "actos emanados da administração publica" (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 03, n.p., 12 ago. 1865). A reflexão ética sobre o compromisso dos jornalistas com a sociedade estava diretamente ligada ao fazer jornalístico das folhas de oposição, que pautavam grande parte de suas publicações em críticas ao governo provincial – questão que se fazia presente em quase todos os debates levantados por *A Imprensa*.

As respostas às críticas dos opositores da administração de Franklin Doria apareciam em matérias enunciadas com o próprio nome do periódico. "A Imprensa", em letras grandes e destacadas em negrito, indicava que ali se seguia um texto dedicado ao debate político e filosófico da realidade. Nesse segmento do jornal, os redatores discutiam temas considerados urgentes, especialmente as eleições provinciais e as provocações de jornais conservadores.

Na edição de 09 de setembro de 1865, o periódico apresenta, em matéria intitulada "A Imprensa", um extenso texto elaborado em resposta ao número 28 do jornal *A Moderação*:

> A linguagem virulenta a Moderação, n. 28, se exprime ao respeito do Exc. Sr. presidente da provincia já se approxima d'aquella de que se usou com o penultimo administrador e d'aqulles que de que antes d'elle foram victimas outros presidentes. [...] Desde que a Moderação, rompendo esse silencio suspeitoso a que condemnou quasi um anno inteiro em relação á administração do S. Exc. estava reservada a sorte dos outros seus antecessores; conjecturamos que, com elles o S. Exc. tambem seria atrozmente molestado. Depressa verificou-se a nossa supposição. A Moderação tomando ares de quem recebeu graves offenças na resposta que lhe demos em o n. 2 desde periodico, derrama com profusão em suas primeiras columnas todo o genero de doestos; e, como se o presidente da provincia não estivesse rodeado de amigos, capasez de repelir na imprensa, em nome da opinião publica, as injustas aggressões que lhe são dirigidas (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 07, n.p., 09 set. 1865).

Como podemos observar na análise da matéria publicada em 09 de setembro de 1865, na sétima edição de *A Imprensa*, a defesa do então presidente da província do Piauí, Franklin Doria, era encarada pelos redatores não apenas como parte de um pacto partidário, mas também como uma missão de amizade. Nesse sentido, política e afeto se misturavam, assim como os rancores.

Em relação à cobrança de responsabilidade dos jornalistas para com a sociedade, havia uma nítida confluência entre os discursos que circulavam na Corte, no Rio de Janeiro, e o que era publicado pelo periódico *A Imprensa*. Na edição de 05 de maio de 1866, em mais uma matéria enunciada pelos dizeres "A Imprensa", o periódico alinha sua narrativa ao comunicado da Sociedade Internacional de Imigração, publicado na mesma edição.

O referido comunicado intitulado "A IMPRENSA DAS PROVINCIAS" aludia à necessidade de atrair braços livres para o trabalho, como forma de edificar a nação:

> A Sociedade Internacional de Immigração, fundada n'esta côrte, faz um apello á imprensa nacional. Pede o concurso da inteligencia e da adesão patriotica de quantos se interessão pela prosperidade do paiz, e nesse empenho, era de seu dever, dirigir-se com preferencia a illustrada imprensa das provincias. Aos honrados cavalheiros que a dirigem não pode ser estranha a alta missão que se propoz a Sociedade Internacional de Immigração. O seu programa esta no seu titulo. Attrair a espontanea vinda do braço livre que aperfeiçoa o trabalho do capital intelligente que fecunda as fontes da riqueza e prosperidade das nações, tal é o fim que se propõe a Sociedade de que temos a honra de ser orgãos (Almeida; Bastos. A' Imprensa Das Provincias, **A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 41, n.p., 05 maio 1866).

A matéria publicada por *A Imprensa*, ao lado do comunicado da Sociedade Internacional de Imigração, transmitia essencialmente a mesma mensagem, ressaltando que entre as urgências nacionais estava a "palpitante necessidade do Brazil attrahir braços livres, a fim de substituir o trabalho escravo". Segundo os textos publicados na edição de 5 de maio de 1866 de *A Imprensa*, a substituição dos cativos negros por "braços livres" estrangeiros era vista como um meio de valorizar as riquezas do país e impulsionar a nação rumo ao progresso por meio de um trabalho "inteligente". Além disso, atrair o estrangeiro branco para habitar o Brasil era apresentado como um ato de patriotismo (**A Imprensa**, Teresina, ano I, n. 41, n.p., 05 maio 1865).

Embora o esforço intelectual do século XIX para definir os princípios liberais do Segundo Reinado associasse a questão da abolição do trabalho servil aos "Liberais exaltados" ou "Liberais radicais", não identificamos essa vertente do pensamento liberal em *A Imprensa*. Pelo menos em seus primeiros anos de circulação, o periódico adotou uma postura ideológica moderada, justificável, em parte, pelas forças políticas que estavam no poder, tanto na província

– onde até mesmo o chefe de polícia em exercício, Dr. José Manuel de Freitas, fazia parte do diretório do Partido Liberal do Piauí[60] – quanto no governo central.

No entanto, após a mudança geral da situação política, tanto nos gabinetes ministeriais quanto na província, que passaram a se alinhar aos ideais conservadores, o posicionamento do periódico *A Imprensa* tornou-se mais aguerrido, chegando a expressar falas que facilmente se encaixariam nas vertentes radicais do liberalismo no Segundo Reinado.

Em julho de 1868, com a substituição do gabinete liberal de Zacarias de Góis pelo conservador Gabinete de Itaboraí, liderado por Joaquim José Rodrigues Torres, os liberais responsáveis pela redação de *A Imprensa* passaram a se referir à data como o "golpe de 16 de julho". Desse modo, as edições de agosto de 1868 do periódico já apresentavam uma estrutura discursiva distinta daquela que pregava a civilidade como um valor liberal e marcou as primeiras publicações de *A Imprensa*.

Por ocasião do início da gestão do Gabinete Itaboraí, o periódico publicou a seguinte matéria, novamente enunciada pelo título "A Imprensa", em letras grandes e destacadas:

> Ave Cesar, morituri te salutant![61]
> Eis o brado angustioso do partido liberal, no momento supremo em que fazem entrar na arena, para bater-se heroicamente contra o despotismo feroz!... Este grito doloroso ira repercutir nos ouvidos imperiaes; pouco importa porem, que o magnanimo coração se commova ou não: nem por isso deixaremos cahir inerte o gladio refulgente da liberdade. Achamo-nos dentro do circo: pode vir sobre nós – até mesmo tigres e leões!... Pelejaremos, por honra nossa: embora sem nem uma esperança de salvação: não nos lembraremos mesmo, para que assim não venhamos a cruzar os braços, de que apenas esta pugna serve para recreio augusto ou – passa tempo imperial, - como acontecia na côrte dos cesares, de execranda memoria! (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 161, n.p., 22 ago. 1868).

O texto, marcado por um tom de revolta, encerra-se com as primeiras críticas abertamente dirigidas ao movimento de guerra mantido pelo Império brasileiro desde 1865:

> No memmoravel dia 17 de julho ultimo, disse no senado o Sr. Visconde Itaborahy que o ministerio se applicaria, em primeiro logar, em levar a termo a guerra contra o Paraguay, de modo que desaggravasse a honra nacional. ?Por ventura, no mesmo dia de sua ascenção ao poder, o novo gabinete demittiu algum general poltrão, accusado de ter procrastinado indefinidamente o triumpho das armas brasileiras? Não!... Mas, no mesmo dia, demitiu a todos os presidentes de provincia e chefes de policia! Esta providencia *importunissima* equivaleo a passagem de 40 vasos de guerra, fazendo figas á

[60] Na edição 189 de 10 de março de 1869 do periódico *A Imprensa* consta os nomes dos membros do Partido Liberal da província do Piauí.
[61] "Ave Cesar, os que morrerão te saúdam! ", tradução própria.

> fortaleza de Humyatá. Lopez ha de ficar agora bastante incommodado, quando chegar a saber de similhante evolução! O Sr. Itaborahy não podia pois deixar de acceitar a dictadura: não lhe era o mesmo licito – "furta-se ao sacrificio que delle se exigia." (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 161, n.p., 22 ago. 1868).

Antes de prosseguirmos com a análise do texto, ressaltamos que, a partir da edição 154 do periódico, veiculada em 04 de julho de 1868, o cabeçalho passou a apresentar, em letras maiúsculas, o nome do jornalista David Moreira Caldas como redator-chefe, logo abaixo de seu subtítulo padrão "PERIODICO POLITICO". Desse modo, podemos entender que o tom mais alterado do periódico se deve, em parte, à própria personalidade combativa de seu principal redator.

A escolha do número 154 para anunciar a gestão de David Caldas à frente da redação do jornal não foi aleatória, pois esta edição marcava o "segundo período de existência e o 4.º anno de publicação" de *A Imprensa.* Na ocasião, foi veiculada uma matéria enunciada com os dizeres " A imprensa", na qual a redação lançava ao seu público leitor a responsabilidade de avaliar se a folha havia cumprido satisfatoriamente a missão de "directores da opinião publica de um grande partido – aquele que nesta provincia representa as ideias de liberdade e progresso". Além disso, ressaltava que todos que compunham a construção do periódico *A Imprensa* estavam de conciência tranquila por jamais terem "desmerecido o conceito dos co-religionarios" do Partido Liberal da província do Piauí (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 154, n.p., 04 jul. 1868).

Voltando ao texto supracitado da edição de 22 de agosto de 1868 do periódico *A Imprensa*, onde se encontra uma das primeiras críticas à guerra em curso contra o Paraguai, nota-se que a narrativa menciona o conflito, mas direciona a carga negativa exclusivamente ao Gabinete Itaboraí e, indiretamente, aos aliados do Partido Conservador. No entanto, à medida que a influência conservadora se expandia tanto na administração pública central quanto na provincial, as matérias do periódico tornavam-se cada vez mais aguerridas, com a Guerra do Paraguai e a questão eleitoral figurando entre os temas mais contestados.

Na edição seguinte, de 28 de agosto de 1868, o periódico noticiou a nomeação do Sr. Dr. Simplício de Souza Mendes[62] como primeiro vice-presidente da província do Piauí, um acontecimento que fortalecia a posição conservadora no cenário político local. A notícia foi

[62] O Dr. Simplício de Souza Mendes formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1845, tornando-se o primeiro piauiense a obter o diploma de médico. Primo de Antônio Coelho Rodrigues, foi colaborador do periódico *O Piauhy*, órgão do Partido Conservador. Além disso, ocupou importantes cargos na administração pública central e provincial, destacando-se como presidente da província do Piauí em 1853, 1857, entre 1858 e 1859 e, por fim, entre 1868 e 1869. Também exerceu mandato como deputado provincial pelo Piauí na legislatura de 1848 (M.A.G, 1894; Nunes, 2007).

publicada em tom de protesto por *A Imprensa*, que criticava o fato de o conservador piauiense ter assumido o cargo antes mesmo da chegada do presidente nomeado pelo Imperador à província, o "Exm. Sr. Dr. Augusto de Olympio Gomes de Castro"[63].

Com a situação política amplamente conservadora, *A Imprensa* passou por uma mudança quase completa em seu discurso sobre a guerra conduzida pelo Império contra o Paraguai. Elementos como a Guarda Nacional, a fuga dos convocados e a violência do recrutamento passaram a ser abordados sob uma nova ótica, na qual os aspectos negativos, antes tratados quase sem pretensão, tornaram-se evidentes e centrais na narrativa bélica.

Na seção "Noticiário" da edição de 07 de novembro de 1868, a questão do tratamento dado aos convocados da Guarda Nacional se mistura às críticas sobre a situação eleitoral, com base em notícias colhidas na vila de Picos:

> Picos.- Muitas prisões tem se dado ultimamente, com especialidade nos guardas nacionaes destacados, que são recolhidos na cadeia de envolta com criminosos, não obstante ter uma casa de camara, quartel, e o disposto no art. 116 da lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850. Verificou-se a existencia de uma *estrategia*. Todos os dias tem lugar uma mais prisões; e recolhido o individuo apparece um conservador, empenha-se por elle e alcança-lhe a soltura, já se sabe sob condição de dar-lhe voto nas eleições de janeiro. Os que não procuram um padrinho, embora tenhão as mais provadas isempções, se cahem na asneira de requerer, sem pedir soltura—são detidos e conservadores por muitos dias para punição do *desaforo* de haver requerido. No dia 13 de outubro prenderão um pobre velho pelo crime de-rir-por ver uma filha de Jerusalem estar soltando foguetes! Este velho, José Fernandes da Silva, fez uma petição ao delegado, provando ter mais de 50 annos, ser bastante doente, ser negociante, e official de selleiro com tenda aberta, e o despacho foi que estava preso por *recruta!* Continuou o velho preso, pelo *desaforo* de ter requerido, e não pedido sua soltura (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 172, n.p., 07 nov. 1868, grifos do autor).

Os grifos em itálico do texto original fazem parte da comunicação visual do jornal. O destaque indica os termos que o leitor deve considerar essenciais para a interpretação da notícia. Estão em realce as palavras *estratégia*, *desaforo* e *recruta*, para retratar o que seria a convocação ilegal de um senhor de 50 anos nos arredores da vila de Picos. O texto chama atenção por diversos motivos, entre eles o cuidado na construção da ideia de corrupção em torno do caso.

[63] O jurista maranhense Augusto de Olympio Gomes de Castro formou-se bacharel em Direito pela tradicional Faculdade de Direito do Recife em 1861. Filiado ao Partido Conservador, construiu uma sólida carreira política, exercendo os cargos de 35º e 38º presidente da província do Maranhão, entre 1870 e 1875, e presidindo a província do Piauí em seu 23º mandato em 1868. Além disso, foi deputado geral pelo Maranhão nos períodos de 1867-1868, 1869-1870, 1872-1873, 1877 e 1882-1889. Sua influência política manteve-se mesmo após o fim do Império, levando-o a ocupar o cargo de governador do Maranhão em 1890 e a exercer mandato como senador pelo estado entre 1894 e 1909 (M. A. G, 1894; Chaves, 2011).

O noticiário de *A Imprensa*, antes de explanar sobre a prisão do senhor José Fernandes da Silva, menciona as disposições do artigo 116 da lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. De acordo com a normativa: "A pena de prisão imposta a Officiaes, Officiaes inferiores, Cabos e Guardas Nacionaes só será cumprida em cadeias publicas onde não houver fortalezas, quarteis, Casas de camaras e outros edificios que se possão destinar a esse fim". O referido artigo também estabelecia que os recrutados poderiam cumprir as penas necessárias em suas próprias residências, garantindo que o processo transcorresse com o mínimo de violência possível. Além disso, determinava que os convocados não fossem mantidos na mesma cela que criminosos perigosos (Brasil. Lei nº 602/1850).

Como podemos observar na matéria veiculada no "Noticiário", da edição de 07 de novembro de 1868 de *A Imprensa*, o periódico aliava aspectos legais e jurídicos a supostos acontecimentos do conflituoso cotidiano político da província, construindo para o leitor uma atmosfera que expunha as corrupções e estratégias amorais que, segundo os redatores da folha, eram utilizadas pelos conservadores para se manterem no poder. Segundo o texto, o picoense José Fernandes da Silva fez uma petição ao delegado da vila de Picos, na qual comprovava ter mais de 50 anos de idade, possuir um comércio e não estar apto fisicamente para o combate. Contudo, continuou preso, pois lhe faltava o apadrinhamento de um conservador.

Segundo o "Noticiário", o picoense José Fernandes da Silva encaminhou a mesma documentação que havia enviado, em requerimento de soltura ao delegado da vila de Picos, para o presidente da província do Piauí, a qual, em novembro de 1868, era representada pelo conservador Augusto de Olympio Gomes. O periódico *A Imprensa* insinuava que o gestor não havia concedido a soltura do recrutado, por considerar inapropriado ser constrangido mediante um requerimento, além de o senhor Fernandes da Silva ter desafiado a regra invisível que impunha aos convocados a necessidade de serem apadrinhados por um político aliado aos conservadores, caso quisessem escapar dos horrores da guerra.

Após a descrição desse caso, *A Imprensa* segue o "Noticiário" daquela edição com denúncias semelhantes vindas da cidade de Oeiras, da vila de Valença e da própria capital, Teresina. As matérias que compõem o "Noticiário" do periódico apresentam uma discussão reduzida em comparação com aquelas anunciadas com os dizeres "A Imprensa". No entanto, são suficientes para ilustrar a crescente violência do processo de recrutamento para a Guerra do Paraguai. Somente na edição de 07 de novembro de 1868 foram relatados uma invasão à propriedade privada, uma convocação ilegal e o despotismo entranhado entre os requerimentos de soltura dos recrutados.

Ressaltamos que, desde a edição de 16 de setembro de 1868, o nome do proprietário e fundador do jornal, Deolindo Mendes da Silva Moura, passou a aparecer no cabeçalho ao lado do nome de David Caldas, que também atuava como redator responsável, evidenciando uma narrativa cada vez mais personalista, na qual as disputas locais ganhavam "nome e rosto" tanto entre os redatores do jornal quanto entre os inimigos apontados. Mesmo com o avanço das tropas da Tríplice Aliança sobre a capital paraguaia, Assunção[64], *A Imprensa* não amenizou o tom aguerrido que assumira em seu discurso bélico.

Na edição de 20 de janeiro de 1869, poucos dias após a notícia da tomada de Assunção, o periódico publicou uma matéria com críticas corrosivas às consequências financeiras da guerra. Mais uma vez, o texto era introduzido pelos dizeres "A Imprensa":

> Vexações de todo o genero, e em todo sentido sobre a população, tributada desmesuradamente para a guerra, e para o thesouro: offensa grave à lavoura, a creação e a toda industria; abandono das artes; impecilios de toda a sorte á educação; obstaculos á instrucção mesmo acanhada q' temos-eis uma das faces da situação: menospreço aos mais salutares principios de justiça e moral: deixação completa da lei; abandono tencional do dever; manifesta tendencia para a violencia; desenvolvimento do capricho e da oppressão por parte dos agentes do poder; negação absoluta e completa de justiça; impunidade ao crime; perversão notavel de costumes-eis ai outra face. O resultado? Corrupção geral; a mais horrivel catastrophe para o paiz; um passo retrogado e difficil de ser reparado por muitos annos! (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 182, n.p., 20 jan. 1869).

E de fato os altos custos da prolongada campanha contra o Paraguai chegaram a levar o então Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Manuel José Vieira Tosta, o Barão de Muritiba[65], a criticar abertamente o funcionamento da Comissão de Compras. Criada em 1868 para equilibrar despesas e garantir eficiência nas transações comerciais decorrentes do conflito, a comissão foi alvo de questionamentos no relatório apresentado por Tosta à Assembleia Geral do Império em 1869 (Muritiba, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 42-43, maio 1869).

[64] cidade onde, em batalha travada no primeiro dia de 1869, os aliados garantiram, após mais de dois anos de cerco, a tomada do centro político e militar inimigo.

[65] Manuel José Vieira Tosca, primeiro Barão de Muritiba, foi Ministro dos Negócios da Guerra entre 1868 e 1870 e, como político engajado, assumiu também as pastas da Justiça e da Marinha, além de presidir diversas províncias no Império do Brasil. Cursou Direito em Coimbra, onde integrou o batalhão acadêmico em defesa da carta constitucional de Dom Pedro IV, sendo forçado a seguir os estudos em Paris em 1828. Retornou ao Brasil em 1830, matriculando-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de São Paulo, onde se bacharelou em 1831. Por sua formação e influência, foi nomeado Juiz de Direito em Cabo Frio e Macaé, no Rio de Janeiro, e Juiz de Fora em sua terra natal, Cachoeira, na província da Bahia (Grinberg, 2023).

Segundo o Barão de Muritiba, a Comissão de Compras reunia-se constantemente para adquirir matéria-prima destinada a alimentar as oficinas militares. No entanto, sua atuação foi falha, não correspondendo às "vistas que a dictarão". O Barão destaca que, com o trabalho da Comissão de Compras, esperava maior concorrência entre fornecedores[66], o que, no entanto, não ocorreu, "comparecem os mesmos que se apresentavão no arsenal de guerra". A explicação para essa situação vexatória estava na "morosidade nos exames de aceitação das fazendas" e também na burocracia para o pagamento dos valores devidos após a assinatura dos contratos. Esses fatores afastavam fornecedores com mercadorias e preços mais vantajosos, como os do mercado europeu 1869 (Muritiba, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 42-43, maio 1869).

Além disso, o Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, elaborado pelo Barão de Muritiba, detalhava os gastos bélicos. O documento chama a atenção, sobretudo, porque, após quase cinco anos de combate, a principal reivindicação do Barão enquanto Ministro e Secretário da pasta ainda era a mesma dos primeiros anos do conflito: "O credito ordinário concedido ao ministério a meu cargo [...] é manifestamente insuficiente para occorrer ás despezas da guerra, que em desaffronta da honra nacional sustentamos contra o governo do Paraguay" (Muritiba, Decretos e Creditos, **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, p. 03, maio 1869).

Como já mencionado nesta dissertação, o descompasso na estrutura financeira de manutenção da guerra alimentou a imprensa oposicionista, e *A Imprensa* apresentava alguns traços desse tipo de jornalismo. Diante do cenário político conservador, todas as ações governamentais tornaram-se alvo das críticas dos jornais liberais, e o órgão liberal piauiense não fugiu a essa lógica.

Segundo Carl Von Clausewitz (1832), "a guerra é um ato de força para obrigar o inimigo a fazer nossa vontade", mas sua motivação é essencialmente política. À medida que as contingências reduzem a intensidade da violência empregada na batalha e as paixões se amenizam, o fator político ressurge. Essa análise sobre a natureza da guerra ajuda a compreender a mudança nos discursos jornalísticos em relação à Guerra do Paraguai. Embora os anos finais do confronto tenham sido marcados por sucessivas vitórias dos aliados no campo de batalha, a manutenção do aparato militar já há muito se tornara custosa, além da crescente

[66] O abastecimento, nesse caso, não se restringia apenas a armas, mas incluía tecidos para os uniformes, calçados, remédios e até mesmo suprimentos alimentícios, essenciais para atender às necessidades dos soldados em campo de batalha na Guerra do Paraguai **(Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra**, maio. 1869).

dificuldade em arregimentar tropas para o enfrentamento. O sangue já não fervia nas veias dos soldados, e, com isso, o propósito político da guerra passou a ser questionado com mais intensidade.

A Imprensa, que outrora defendia intensamente as ações do presidente da província do Piauí enquanto este era simpatizante do Partido Liberal e se empenhava na formação de corpos para a guerra, tornou-se mordaz em relação a toda ação bélica do Império e ao tributo de sangue que era continuamente exigido do Piauí. Afinal, um conservador havia se tornado representante legal da província, alinhando a situação interna ao que prevalecia no governo central.

Dessa forma, a já conhecida violência extrema do processo de recrutamento militar brasileiro passou a ocupar as páginas do órgão liberal. Entre as edições 189 e 195 do periódico, que corresponderam às publicações de 10 de março a 21 de abril de 1869, *A Imprensa* trouxe, em primeira página e antecedendo todas as outras matérias, um pequeno texto que discorria sobre o direito constitucionalmente garantido de todo cidadão sentir-se seguro dentro de sua propriedade:

> Todo cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não poderá entrar nella, sinão por seu consentimento, ou para defender de incendio ou innundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira que a lei determinar. *Constituição politica do Imperio artigo 179 § 7*. De noite nenhuma casa poderá entrar, salvo nos casos especificados no artigo 209 do codigo criminal. *Codigo do processo artigo 197.* Para recrutamento não se póde entrar em casa do cidadão, nem de dia e nem de noite. *Codigo criminal artigos 209 e 211*. O cidadão que resistir a autoridade ou seus emissarios que tentarem invadir a sua casa com o fim de recrutar algum individuo que nella esteja asylado, não commette crime; podendo até matar os que profanarem o seu lar domestico, si assim for preciso para manter illeso o direito garantido pela Constituição. *Codigo Criminal artigo 14 § § 2 e* 5 (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 195, n.p., 21 abr. 1869, grifos do autor).

Os grifos do autor do texto original servem para destacar os pontos que o periódico pretendia ressaltar aos seus leitores. A sequência de publicações idênticas foi marcada pela escrita jurídica do proprietário e redator do jornal, Deolindo Mendes da Silva Moura[67], e ocorreu após a veiculação da edição 188 de *A Imprensa*, de 3 de março de 1869, na qual foi feita a explícita denúncia de que a convocação de Guardas Nacionais para os campos de batalha no Paraguai estava sendo utilizada para perseguir eleitores do Partido Liberal. Segundo a matéria, todo o recrutamento na província do Piauí ocorria de forma ilegal, pois o direito à

[67] Podemos também associar a escrita jurídica do periódico às próprias características do jornalismo do século XIX, quando o campo da comunicação era dominado por bacharéis, especialmente juristas (Queiroz, 1994; Rego, 2001).

soberania do indivíduo dentro de seu lar estava sendo desrespeitado (**A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 188, n.p., 03 mar. 1869).

As publicações do periódico *A Imprensa* mostram como a imagem da Guerra do Paraguai sucumbia aos fatores políticos, um movimento que, como já apontamos, se repetia por todo o Império Brasileiro, mas que obedecia às subjetividades de cada província. Embora não possamos simplesmente classificar o órgão liberal como parte da oposição à guerra que se moldava em outras folhas fora dos limites piauienses, é certo que o confronto já não era visto como ideal pelos liberais da província do Piauí. Isso se devia, principalmente, ao fato de que o esforço bélico estava cada vez mais associado à política conservadora, inclusive na figura de seu principal comandante, o Marquês de Caxias.

Uma vez reconhecido o caráter político da guerra – baseando esta análise na teoria de Von Clausewitz (1832) – admite-se que nem todas as facções político-ideológicas de um Estado-nação necessariamente se sentiram representadas por esse conflito. Quanto aos liberais brasileiros, especialmente os piauienses analisados ao longo da pesquisa, observou-se uma mudança no foco de suas prioridades, que oscilou da propaganda patriótica para o enfrentamento do que *A Imprensa* chamava de "dictadura conservadora", da qual a Guerra do Paraguai foi, por vezes, retratada como uma extensão.

A política provincial, de forma irremediável, ocupava um lugar de destaque entre as prioridades do periódico *A Imprensa*. Isso se refletia até mesmo no uso de imagens, que, nas poucas vezes em que foram empregadas, serviam para ilustrar desafetos da política local, jamais sendo utilizadas para representar a Guerra do Paraguai.

Figura 03: Simulação pejorativa de panfleto conservador sob o título *Sentina de Ladrões do Estado*.


SENTINA
DE
ADRÕES DO ESTADO.
Consti-tuição
o XLVIII do Baixo Imperio.
II do Estellionato e da Olympiada Piauhyense.
SENDO:
FORÃO DESIGNADOS:
Antonio Coelho Rodrigues.
Aureliano Ferreira de Carvalho.
Antonio Francisco de Salles.

Fonte: **A Imprensa**, Teresina, ano IV, n. 192, n.p., 31 mar. 1869.

A figura 03 foi publicada na edição de 31 de março de 1869 do periódico *A Imprensa* e traz uma imagem que simula um panfleto anunciando uma "Sentina de ladrões do Estado". A palavra "sentina", costuma estar associada a contextos de corrupção e degradação, remetendo à ideia de imundície. Literalmente, porém, refere-se aos porões dos navios, onde se acumulam águas estagnadas e apodrecidas. O texto apresenta a palavra "constituição" de cabeça para baixo, cortada pela imagem de uma caveira sobre um livro. Os demais detalhes fazem alusão aos membros do Partido Conservador da província do Piauí: Simplicio Mendes de Sousa, Domingos Monteiro Peixoto, Antonio Coelho Rodrigues, Aureliano Ferreira de Carvalho, Antonio Francisco Sales e o maranhense Augusto Olympio Gomes de Castro. Além disso, a imagem trazida por *A Imprensa* fazia referência ao órgão do Partido Conservador na província, o periódico *O Piauhy*.

Em 1870, a Guerra do Paraguai chegou ao fim com o dramático episódio da cassada do presidente paraguaio, Francisco Solano López, assassinado pelo Exército Imperial em 1º de março daquele ano. Contudo, *A Imprensa* noticiou o fato apenas na edição de 22 de abril de 1870, em uma matéria publicada na primeira página e enunciada pelos dizeres "A Imprensa", acompanhada do subtítulo "regosijo publico", detalhe que indicava aos leitores que aquele texto se tratava da opinião dos redatores da folha.

A matéria que abordava as festividades na capital da província do Piauí, em alusão ao fim da guerra, não deixava de apresentar uma crítica sutil à duração do conflito, sem, no entanto, romper com o tom comemorativo e patriótico que o momento proporcionava:

> A cidade tem trajado pomposas galas desde 20 até o momento em que traçamos estas linhas. A noticia da conclusão da guerra, pela maneira já sabida, motiva a mais esplendida manifestação de prazer, da parte de todos os habitantes de Theresina. O sentimento de patriotismo é um só. O paiz já estava fadigado da luta; ella só era mentida pelo generoso impulso da honra nacional ultrajada: todos sentião carência indeclinável da paz, e, felizmente, a paz nos veio com honra, com os louros inerentes e immurchessiveis de estrondosa victoria de nossas armasnos inhospitos campos do Paraguay (**A Imprensa**, Teresina, ano V, n. 245, n.p., 27 abr. 1870).

O texto seguiu louvando a participação das senhoras da sociedade piauiense na organização dos festejos, destacando suas vestimentas brancas decoradas com faixas nas cores verde e amarela. A narrativa associava a duração do conflito à virtuosa entrega desse "sexo que tanto sofreu durante essa luta desastrada, é justo, portanto o desafogo pela volta da paz, = é natural o regosijo pela conclusão da guerra" (**A Imprensa**, Teresina, ano V, n. 245, n.p., 27 abr. 1870). O jornal, desse modo, apropriava-se em sua narrativa da dolorosa experiência das

mulheres brasileiras, que tiveram de assistir a seus filhos, irmãos e esposos partirem para uma guerra que parecia não ter fim, com a incerteza do retorno, transformando essa chaga em mais um signo do patriotismo piauiense.

Nas edições seguintes, o periódico dedicou-se à manutenção da memória patriótica da Guerra do Paraguai, oferecendo aos leitores desde poesias até uma espécie de entrevista concedida pelo "plenipotenciário do Brazil junto às repúblicas do Prata", o Conselheiro de Estado e ex-presidente da província do Piauí, José Antônio Saraiva[68], ao representante do Partido Liberal, Dr. Silva de Almeida.

Recorrer à figura de José Antônio Saraiva era uma maneira de abordar a Guerra do Paraguai sem associar a narrativa do jornal a personalidades marcadamente conservadoras. A fala do diplomata foi publicada na edição de 25 de maio de 1870 do periódico *A Imprensa* e revela o seu "olhar triste para dentro do paiz", descrevendo as misérias deixadas pela Guerra do Paraguai. No entanto, Saraiva acabou por se contradizer em nome do compromisso patriótico para com a nação e afirmou que a guerra foi: "uma obra providencial; collocando o Brazil entre outros estados, dotando-o de mais recursos e de mais rapido desenvolvimento [...]". Além disso, associava os logros do Império na guerra à atuação dos agentes liberais nas tomadas de decisões sobre o conflito (**A Imprensa**, Teresina, ano V, n. 249, n.p., 25 maio. 1870).

Ao tentar compreender a atuação de *A Imprensa* em sua complexidade durante a cobertura da Guerra do Paraguai, deparamo-nos com uma polifonia de vozes. Afinal, ressoavam nas páginas do periódico não apenas as reflexões de David Caldas e Deolindo Moura, mas também visões de mundo mais amplas, nas quais a performance liberal servia como principal prisma de interpretação. Em *A Imprensa*, todos os elementos da linguagem política daquele período bélico eram traduzidos pelo conceito de "liberalismo", cuja amplitude se ajustava conforme os temas debatidos. "Ser liberal" dentro da província significava, essencialmente, opor-se às personalidades do Partido Conservador, enquanto "ser liberal" em relação à Guerra do Paraguai representava denunciar as barbáries do recrutamento – abusos que, outrora, haviam sido silenciados em nome da política da situação, quando esta estava alinhada ao pensamento do Partido Liberal.

[68] O conselheiro e estadista José Antônio Saraiva, que exercia funções diplomáticas nos países da Bacia Platina, havia sido presidente da província do Piauí entre 1850 e 1853, sendo responsável pela construção da capital planejada, Teresina. Além disso, Saraiva estava alinhado ao Partido Liberal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "*Piauienses! Qual de vós será indifferente a similhante espectaculo? Qual de vós, podendo, deixara de partir sem demora para o campo de honra?"* (**A Imprensa.** Teresina, ano I, n. 05, n.p., 28 ago. 1865).

O trecho que destacamos para abrir as considerações finais desta dissertação foi elaborado por Franckin Americo de Meneses Doria, enquanto presidente da província do Piauí, e publicado na edição de 28 de agosto de 1865 do periódico *A Imprensa*, com o propósito de incentivar o voluntariado dos piauienses para a Guerra do Paraguai. No entanto, a resposta oculta à pergunta retórica do magistrado mudou ao longo do conflito. Enquanto, nas primeiras hostilidades, a propaganda patriótica dos jornais mantinha acesa a chama do voluntariado, já naquele agosto de 1865 o retorno dado a essas palavras se mostrava contrário à convocação; inclusive, o próprio jornal, que até então difundira o chamado bélico, passou a adotar uma postura quase que completamente distinta (**A Imprensa.** Teresina, ano I, n. 05, n.p., 28 ago. 1865).

"Piauienses! Qual de vós será indifferente a similhante espetáculo?" A resposta esperada era: ninguém. De fato, como observamos ao longo das fontes pesquisadas, nenhum piauiense pode permanecer indiferente ao movimento de guerra do Império brasileiro. Entre os Guardas Nacionais e os homens aptos ao serviço militar, o temor da convocação era constante, resultando em inúmeras fugas e deserções. Para as personalidades políticas da província que figuravam na imprensa, a representação do conflito fazia parte do cotidiano, misturando as pautas habituais do jornalismo provincial com questões das relações internacionais do Brasil e dos sangrentos embates em solo paraguaio.

Ao questionamento de Franckin Doria, "Qual de vós, podendo, deixara de partir sem demora para o campo de honra?", poderíamos opor outro, mais simples, mas carregado de revolta: "Qual de vós lutaria de livre e espontânea vontade pela pátria?". Por meio da investigação dos jornais que circularam no Império durante a Guerra do Paraguai e, para os interesses desta pesquisa, mais especificamente na província do Piauí, podemos alcançar inúmeras respostas possíveis a esses questionamentos, bem como perceber que tais respostas variam de acordo com o momento do conflito que abordamos.

Tais exemplos são uma amostragem do potencial da problemática que norteia esta dissertação: qual a narrativa construída pelo jornal *A Imprensa* sobre a Guerra do Paraguai, enquanto órgão ligado ao Partido Liberal, considerando suas articulações com a imprensa nacional na cobertura do conflito e as particularidades de seu discurso bélico? Dessa forma, os

caminhos que trilhamos entre História, Jornalismo e Teoria Militar levaram-nos a perceber com mais atenção as nuances de sentido presentes no discurso do periódico *A Imprensa*. Logo, o conceito de "polifonia de vozes", cunhado por José D'Assunção Barros (2023) para se referir à multiplicidade de narrativas, documentos e influências que formam o texto jornalístico, foi aqui flexionado para abarcar também nossa atuação historiográfica: o pesquisador dedicado à História do Jornalismo deve se munir de uma "polifonia teórica" que dê respaldo à sua atuação.

Essa reflexão sobre o conceito de "polifonia de vozes" nos conduziu aos objetivos específicos desta dissertação com uma bagagem teórica diversificada, em que as contribuições de Johny Santana Araújo (2015), Francisco Doratioto (2002), Nelson Werneck Sodré (1966) e Carl von Clausewitz (1832) nos auxiliaram a nos aproximar de possíveis respostas para as questões que se mantiveram latentes ao longo do processo de pesquisa.

Dessa forma, a partir de nossos objetivos específicos chegamos às seguintes conclusões: O jornal *A Imprensa* mantinha constante comunicação com o jornalismo da Corte, no Rio de Janeiro, e com os demais periódicos das províncias do Império do Brasil, além de divulgar notícias internacionais provenientes de diversas partes do mundo, como Inglaterra, Nova York, Argentina e o próprio Paraguai. *A Imprensa*, assim como os demais periódicos que circulavam em Teresina, contribuiu para a propaganda patriótica voltada ao recrutamento para a Guerra do Paraguai, combinando as notícias sobre as convocações com textos ufanistas de variados formatos em defesa da causa nacional. Isso incluía desde a publicação de editoriais com esse propósito até a transcrição de discursos proferidos em praça pública, poesias e crônicas, além de contar com a colaboração da classe letrada piauiense, que expressava seu compromisso com a guerra na seção "A Pedido" do jornal. Contudo, esses discursos apresentavam-se de forma mais incisiva nos primeiros anos do conflito, quando os governos central e provincial estavam sob liderança liberal.

Por fim, *A Imprensa* retratava tanto a Guerra do Paraguai quanto as questões da política local através do prisma ideológico do liberalismo, adaptando esse conceito político para abarcar todas as discussões possíveis. A própria guerra era utilizada como ferramenta na construção da narrativa liberal do periódico, a ponto de o teor do discurso bélico do jornal ser completamente alterado quando os conservadores assumiram o poder. Além disso, as violências associadas ao processo de recrutamento passaram a ser incisivamente questionadas, inserindo-se no contexto das desavenças políticas locais, uma vez que o jornal acusava os recrutadores de perseguirem os aliados do Partido Liberal na província do Piauí.

Deixamos claro que não se pretendeu escrever uma narrativa definitiva sobre a cobertura da Guerra do Paraguai na Província do Piauí, pois ainda há muito espaço para pesquisas nesse viés, nem tampouco uma análise completa do fazer jornalístico do periódico *A Imprensa*, mas sim conferir o *status* de objeto a um material que há muito vem sendo utilizado como fonte nas pesquisas sobre o Piauí oitocentista. Por meio do texto polifônico do periódico, poderíamos facilmente discutir trabalho, gênero, discursos abolicionistas e política, mas optamos pela guerra, por se tratar de uma paixão antiga de quem aqui disserta.

Ao longo da pesquisa, acompanhamos o espectro bélico permear discursos diversos, desde o Relatório da Pasta dos Negócios da Guerra do Império do Brasil e os Anais do Parlamento Brasileiro até os relatórios encaminhados pelos magistrados que assumiram a presidência da província do Piauí à Assembleia Legislativa Provincial. Ao cruzarmos esses textos, deparamo-nos com a tônica que o governo imperial pretendia imprimir à narrativa da guerra, mas também com as contradições e dissonâncias que permeavam as variadas representações do conflito.

Nesse sentido, privilegiar fontes jornalísticas permite identificar contradições, desavenças e expectativas para o futuro em diferentes escalas, do âmbito nacional ao regional. Os periódicos da segunda metade do século XIX abarcavam uma ampla gama de discursos, desde debates filosóficos sobre a complexidade da humanidade até questões políticas, que envolviam tanto as relações internacionais do Império do Brasil quanto os embates da política local.

No repertório do periódico *A Imprensa*, o discurso patriótico foi traduzido por meio dos prismas ideológicos que orientavam sua atuação. Enquanto órgão do Partido Liberal, o jornal aplicava uma interpretação própria do "agir liberal" às pautas debatidas, intrinsicamente ligada às particularidades do cotidiano político da província do Piauí.

Ao esforço para interpretar o discurso bélico do periódico, esta dissertação procurou examinar as redes de sociabilidade de seus principais redatores. A narrativa de *A Imprensa* estava imersa no laço de amizade entre seu fundador, Deolindo Moura, e o jornalista David Caldas, assim como no dissabor existente entre Deolindo e Coelho Rodrigues. Relações que extrapolavam o âmbito pessoal, ganhando representação na política e, especialmente, na imprensa, onde se desdobravam em páginas e páginas de declarações e acusações mútuas. Entendemos que o afeto move a escrita jornalística, assim como orientou esta dissertação.

A contribuição desta dissertação para a academia reside na ampliação da discussão sobre a representação da Guerra do Paraguai na imprensa piauiense. Em um primeiro momento, expandimos os debates sobre a imprensa brasileira naquele período de guerra, para, enfim,

aprofundar a análise, focalizando nosso objeto de estudo: o periódico *A Imprensa*. Dessa forma, observamos seu discurso patriótico oscilar, adquirindo novos contornos à medida que a guerra avançava e a situação política conservadora se fortalecia no Império.

Tendo a consciência de que uma pesquisa histórica jamais chega ao fim, apontamos horizontes possíveis para investigações futuras. O primeiro, e acreditamos ser o mais urgente, é alinhar o que já se sabe sobre a cobertura da Guerra do Paraguai na imprensa piauiense aos estudos de História Comparada. Isso implica voltarmo-nos para o jornalismo de trincheira paraguaio e para os autores que se dedicam ao tema no restante da América do Sul. Ou seja, o Brasil precisa se voltar para o que é produzido dentro do continente, rompendo com esse falso cordão umbilical que ainda nos liga à Europa, como se fôssemos uma colônia incapaz de elaborar as próprias ferramentas teóricas para interpretar a realidade. Troquemos por espelhos nossos; quebremos os europeus.

Outro ponto que pode enriquecer as pesquisas sobre a Guerra do Paraguai e o jornalismo é a conexão entre as reminiscências dos correspondentes de guerra – como Carl Eduard Siber, cujo texto *Reckblick auf den Krieg gegen Rosas und die Schicksale der deutschen Truppe im Dienste Brasiliens* foi utilizado nesta dissertação – e a forma que essas narrativas foram representadas na imprensa. No caso da escrita do militar alemão, capitão Siber, nos deparamos com suas impressões de batalha durante a Guerra contra Oribe e Rosas. A existência desse documento nos faz crer que é possível encontrar correspondentes que se dedicaram à Guerra do Paraguai, permitindo uma comparação entre suas narrativas de guerra e o que a imprensa, especialmente a piauiense, divulgava sobre o combate.

Quando nos dedicamos a "imprensa em tempos de guerra", somos surpreendidos por uma escrita que é, sobretudo, tomada pela emoção. Nesta dissertação, convidamos o leitor a refletir sobre a narrativa de guerra do periódico *A Imprensa* em sua complexidade, levando em consideração os prismas ideológicos, afetos, rancores e a realidade política na qual foi produzida. Reconhecemos as limitações dessa investigação, pois as possibilidades de avanço são muitas, e não podemos percorrer todos os caminhos; ficam, assim, abertos os horizontes para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. **O imaginário e a identidade política regional construídos pela imprensa mineira no século XIX.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ANAIS do Parlamento Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 1. 19 mar 1848.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império:** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

ARAÚJO, Johny Santana de. La Guerra Civil en el Atlántico Sur o Cuando Estados Unidos y el Imperio de Brasil entraron en crisis diplomática en el siglo XIX. **Revista de Historia de América**, n. 170, p. 9-43, 2025. Disponível: A Guerra Civil no Atlântico Sul ou quando os Estados Unidos e o Império do Brasil entraram em crise diplomática no século XIX | Jornal de História Americana. Acesso em: 05 jan. 2025.

ARAÚJO, Vinicius Leão. **Impressos de uma monarquia em abandono:** modernização, escravidão e propaganda republicana na imprensa piauiense de 1868 a 1889. Tese (Doutorado em história) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021

BALABAN, Marcelo de. **Poeta do lápis:** a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial, São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

BASTOS. Aureliano Tavares. **A Provincia**: estudo sobre a descentralização no Brazil. 1. ed. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1870.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico político A Imprensa. Disponível: https://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=783765&pagfis=1. 20 fev. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico *O Piuahy*. Disponível: https://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=783765&pagfis=1. 05 maio. 2024

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico *Oitenta e Nove*. Disponível: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=812854&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=9 Acesso: 25 maio. 2024

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico *político Liga e Progresso*. Disponível:https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844080&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=1 Acesso: 20 maio. 2024

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico *O Alabama***.** Disponível: http://memoria.bn.br/docreader/818968/47. Acesso: 02 maio. 2024

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos políticos e o 2º reinado**: exposição de princípios, tipografia de Jorge Seckler, São Paulo, 1878.

BRITO, Edilson Pereira. A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai 1865-1870. Dissertação (mestrado em História Cultural). Programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011

AO ACASO: Crônicas da Semana, Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, de 1864 a 1865. Disponível: https://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/58_2661c528cc6a04510138db04073d221e. Acesso: 28 maio. 2024

BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Impressões de um tempo:** a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. 1. ed. Petrópolis, RJ: 2023.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem:** a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** um longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO. José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de História e Política. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí, no Período Regencial e início do Segundo Reinado. *In*: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas:** história, imprensa e política no Brasil. São Paulo: Mentes abertas, 2020.

CHAVES, André Aparecido Bezerra. **A revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro:** uma proposta para a identidade jurídica nacional brasileira. Tese (Doutorado em História). Programa de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Nelson Nery. Prefácio à 3ª edição de A República Na América do Sul de A. Coelho Rodrigues. *In*: RODRIGUES, Antônio Coelho. A república na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos latino-americanos. Senado Federal. Brasília. 2016.

DAROS. Otávio. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia oitocentista da imprensa. História e Historiografia, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e1937, p. 1-26, 202. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1937/1051. Acesso em: 09/07/2024

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
FERRAZ. Sérgio. A Dinâmica Política do Parlamentarismo do Império: Gabinetes, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840- 1889). In: **Anais do III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, 2013, São Paulo. para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2013, v.1.

FILHO, Celso Pinheiro. **História da imprensa no Piauí.** 3. ed., Zodíaco editora. Teresina. 1997.

FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses:** apontamentos biográficos. 3. ed., Academia Piauiense de Letras. EDUFPI, 2012.

GERUDE, Bernardo Saldanha da Gama de Paiva Coelho Freitas. **A Guerra do Paraguai na imprensa ilustrada carioca:** a construção dos heróis e vilões. Monografia (Licenciatura em História). Graduação em História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2019.

GRINBERG, Keila; MUAZE, Mariana. **O 15 de Novembro e a queda da Monarquia: Relatos da princesa Isabel, da baronesa e do barão de Muritiba**. Chão Editora, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed., Atlas. São Paulo. 2008.

HOBSBAWM, Eric, 1982. **A Era do Capital**, 1948-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1998.

JOHANSSON, María Lucrecia. Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870). **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti" Córdoba**, Argentina. v. 10, n. 10. p.189-210, nov., 2011. Disponível: https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuarioceh/article/view/23154/22891. Acesso em: 23 jun. 2024.

JOHANSSON, María Lucrecia. Un nuevo frente de batallala prensa durante la guerra del Paraguay (1864-1870). **Dialet. La Rioja**, Espanha. n. 47, p. 113-188. 2012. Disponível: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6441673. Acesso: 13 jun. 2024.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa Oficial de Mato Grosso 170 Anos de História.** Memorial a imprensa mato-grossense publicado pelo Governo do Estado do Mato Grosso, 2009. Disponível: https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/imprensa-oficial-de-mato-grosso-completa-170-anos-como-a-segunda-mais-antiga-do-brasil. Acesso em: 15 maio 2024.

JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. **Imagens em guerra:** Imprensa, nacionalismo e formação do estado brasileiro na Guerra do Paraguai. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de filosofia e ciências humanas da universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2012.

JUNIOR, Arnaldo Lucas Pires. **Imagens em guerra:** imprensa, nacionalismo e formação do estado brasileiro na Guerra do Paraguai. Tese (doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

KNOX. Miridan Britto. **Escravos do sertão, demografia, trabalho e relações sociais:** Piauí. 1826-1888. 1. ed. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1995.

Lei de 29 novembro de 1832. **Código do Processo Criminal de primeira instância**. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

KRAUSE, Thiago Nascimento; SOARES, Rodrigo Goyena. **Império em disputa:** coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870). 1. ed., FGV Editora, 2022.

LIMA, Luiz Octavio de. **A guerra do Paraguai.** 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

LIMA, Vivaldo da Costa. O Alabama. **Revista da Bahia**, Salvador, n.15, p. 17-18, jan. 1990. Disponível: http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?documento=documento-o-alabama-periodico-critico-e-chistoso. 10 maio 2024

M. A. G. Relação dos cidadãos que tomaram parte do governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. **Imprensa Nacional.** Rio de janeiro, 1894

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Cesar Eugênio Macedo de Almeida. A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai 1865-1870. Dissertação (mestrado em História). Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Francisco de Sousa. Progresso do Jornalismo no Brasil. **Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. Tomo VIII. n. 91, p. 262- 275. 1867

MACHADO, Humberto Fernandes. **A atuação da imprensa do Rio De Janeiro no Império do Brasil.** IHGB. Rio de Janeiro. v. 171, n. 448, p. 29-61, set. 2010. Disponível: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-448/item/108372-a-atuacao-da-imprensa-do-rio-de-janeiro-no-imperio-do-brasil.html. Acesso: 24 abr. 2024

MATOS, Maira Delmondes de. **A palavra e o conceito:** a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político *A Imprensa* (1865- 1889). Monografia (Licenciatura em História). Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Picos, 2019.

MAROTTA. Marconni Cordeiro. **As sociedades do Império:** política, economia e associativismo beneficente no Rio de Janeiro do segundo reinado. Dissertação (Mestrado em História). Pós-graduação em história da universidade fluminense. Niterói, 2015.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo:** a saga dos cães perdidos. 1. ed. São Paulo: Hacker, 2000.

MEMORIA DO JORNALISMO PIAUIENSE, Periódico *O Telegrafo***.** Disponível: Memória do Jornalismo Piauiense Acesso: 02 jan.2025

NASCIMENTO. Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

NEVES, Abdias. Estado do Piauhy: jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1835 a 1908. **Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro**. Parte I. Imprensa Nacional, Tomo consagrado a exposição comemorativa do primeiro centenário da imprensa periódica no brasil. Rio de Janeiro, 1908.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí:** lutas partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. 1. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

PANDOLFI, Fernanda C. A imprensa e a abdicação de d. Pedro I em 1831: história e historiografia. ANPUH/SP. *In*: **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. UNESP/Assis**, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível: http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2006/Fernanda%20Cl%E1udia%20Pandolfi.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

PAULA, Edgley Pereira de. **Guerra na imprensa ou imprensa de guerra?:** a imprensa brasileira nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. 1. Ed. São Paulo: Scortecci, 2020.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná 1854-1954**. Memorial a imprensa paraense editado pelo Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. 1976. Disponível:https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/100anosdeimprensa.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024

PORTO. Manuel Ernesto de Campos. **Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brazil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas:** história, imprensa e política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Mentes Abertas, 2020.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Fundação Monsenhor Chaves. Teresina, 1994.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense:** atuação política no século XIX. 1. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REGASSON, Bruno Veçozz. O liberalismo de Rui Barbosa entre o Império e a República. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. *In*: **Anais Intercom. V Congresso Nacional de História da Mídia.** São Paulo, 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível: http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

RIBEIRO, Filipe Nicelotte. **Império das incertezas:** política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868- 1889). Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai:** caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese (Doutorado em História Social). Programa de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai.** Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.

SANTOS. Nádia Narcisa de Brito. Considerações acerca da saúde e da doença na transferência da capital do Piauí (1850). In**: Anais II Encontro Internacional História, Memória, Oralidade E Culturas**, 2014, Fortaleza. II Encontro Internacional História, Memória, Oralidade e Culturas, 2014. v. 1.

SCHÄFER, Gabriel. **A Guerra do Paraguai na imprensa do Rio Grande do Sul:** apoio e crítica nos discursos sobre a guerra. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012.

SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai, essa desconhecida... Ensino, memória e história de um conflito secular.** 1. ed. Campo Grande: UCDB, 2002.

SANTANA, Nilvânia de Souza. O Rio de Janeiro oitocentista sob a perspectiva do Correio Mercantil. **Contraponto. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.** Teresina, v. 10, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível: https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/13747/8357. Acesso: 25 abri. 2024

SILVA, Leonardo de Oliveira. **Armas do Império:** Guerra do Paraguai e literatura do Brasil. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de pós-graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA FILHO, José Atanásio de. **Cruzando os caminhos do passado:** história, sociedade e literatura na participação de Goiás na guerra do Paraguai. Tese (Doutorado em História). Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2008. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf.

TELLES, Angela Cunha Motta. **Desenhando a nação:** revistas ilustradas do Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860 – 1870. 1. ed. Brasília: Fundag, 2010.

TORAL, de Amaral André. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. USP. **Revista eletrônica de Estudos avançados.** São Paulo, SP. p. 287-296. v. 9, n. 24. Agosto, 1995. Disponível: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8880. Acesso: 26 jan. 2024.

VON CLAUSEWITZ, Carl. **De la guerra**: táctica y estrategia. Barcelona, 1832.